

ATITUDE - Construindo Oportunidades
Periódico da Faculdade Dom Bosco
de Porto Alegre - Ano I - N° 1 - Fevereiro de 2006
Porto Alegre - Faculdade Dom Bosco

ISSN 1809-5720

Tem por finalidade a produção e a divulgação do conhecimento nas áreas das ciências aplicadas produzidos particularmente pelo seu corpo docente e colaboradores de outras instituições, com vistas a abrir espaço para o intercâmbio de idéias, fomentar a produção científica e ampliar a participação acadêmica na comunidade. Reserva-se o Conselho Editorial o direito de não aceitar a publicação de matérias que não estejam de acordo com esses objetivos. Os autores são responsáveis pelas matérias assinadas. É permitida a cópia (transcrição) desde que devidamente mencionada a fonte.

Endereço para permuta:
Rua Mal. José Inácio da Silva, 355
Passo D'Areia - Porto Alegre - RS
Tel: (51) 3361.6700
www.faculdade.dombosco.net

Porto Alegre, 2006

Diretor:

P. Marcos Sandrini

Conselho Editorial:

Coordenador:

Prof. Ms. José Nosvitz Pereira de Souza

Secretária:

Prof^a. Ms. Aurélia Adriana Melo

Conselheiros:

Prof. Dr. Luis Fernando Fortes Garcia, Prof. Ms. Luiz Dal Molin
Prof. Ms. Jorge Morgan de Aguiar Neto

Conselho Consultivo:

Prof. Dr. Carlos Garulo – IUS/ Roma, Itália
Prof. Dr. Ernelo Schallenberger – UNIOESTE/Cascavel, PR
Prof. Dr. Fábio José Garcia dos Reis - UNISAL/Lorena, SP
Prof. Dr. Fábio Mesquiatti – UNISAL/ Americana, SP
Prof. Dr. José Néri da Silveira - Porto Alegre, RS
P. Ms. José Valmor César Teixeira – Porto Alegre, RS
Prof. Dr. Stefano Florissi – UFRGS/Porto Alegre, RS

Redação e Administração:

Revista Atitude

Rua Mal. José Inácio da Silva, 355 – Porto Alegre – RS
CEP: 90.520-280 – Tel.: (51)3361.6700
e-mail: revista.faculdade@dombosco.net

Produção Gráfica:

Arte Brasil Publicidade
R. P. Domingos Giovanini, 165
Pq. Taquaral - Campinas - SP
CEP 13087-310
Tel: (19) 3242.7922
Fax: (19) 3242.7077

Revisão:

Fernanda Junqueira Juliano - Mtb 31.257

Sumário

Apresentação.....	7
1. Principios Rectores para una política de Estado en materia de Educación Superior	
<i>Luis Enrique Orozco Silva.....</i>	9
2. Os caminhos da educação superior e a trajetória dos salesianos do Sul do Brasil	
<i>Ernelo Schallenberger.....</i>	21
3. A Inspetoria Salesiana de Porto Alegre e o ensino universitário	
<i>José Valmor César Teixeira.....</i>	33
4. Sensibilidade, preventividade, solidariedade e cidadania	
<i>Marcos Sandrini.....</i>	45
5. O Curso de Administração: da concepção à implementação - uma realidade	
<i>Nilo Valter Karnopp.....</i>	61
6. Concepção e Desenvolvimento do Curso de Ciências Contábeis	
<i>Aécio Cordeiro Neves e Luiz Dal Molin.....</i>	67
7. O curso de Sistemas de Informação da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre: a diferença está na atitude	
<i>Letícia Silva Garcia.....</i>	71
8. Resenha Bibliográfica: O Sistema Educativo de Dom Bosco	
<i>José Jair Ribeiro.....</i>	75

Apresentação

ATITUDE – Construindo Oportunidades é uma Revista de Divulgação Científica da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre, RS, Brasil. Nossa Faculdade insere-se no grande esforço salesiano em ser uma presença eficiente e eficaz junto à juventude. Nosso patrono – São João Bosco (1815-1888) – viveu, batalhou, comprometeu-se até o fim de sua vida com a educação das novas gerações. Educar é participar com amor na construção de pessoas para que sejam “bons cristãos e honestos cidadãos”.

ATITUDE é palavra-chave em nossa Faculdade. Atitude significa decisão, coragem, determinação, bravura. Com outras três palavras, representa nossa postura de vida: empreendedorismo, cooperação e responsabilidade social. Empreendedorismo significa atitude pró-ativa. A dinâmica do mundo exige esta postura e não mais atitudes reativas. Cooperação significa apostar no trabalho em grupo, no associacionismo, na vivência de comunidade. Responsabilidade Social está na linha da geração da cultura da solidariedade. As novas gerações herdaram um mundo com grandes desafios. Queremos que elas e eles recebam uma educação forjada na perspectiva da esperança e da utopia. Esta é a missão desta Revista.

ATITUDE, número 1, foi organizada para relatar um pouco a vivência do grupo de pessoas mais envolvidas com a concepção, gestação e nascimento de nossa Faculdade com seus três cursos iniciais: Administração, Ciências Contábeis e Sistemas de Informação. É uma partilha de vidas. Nosso Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) foi realizado de forma coletiva desde a primeira pedra.

Luiz Enrique Orozco Silva, Diretor da Cátedra UNESCO na Universidade dos Andes de Bogotá, apresenta um artigo magistral sobre as Políticas de Estado em Educação Superior. Numa época de globalização e mundialização, quem não tiver uma visão ampla da realidade e das grandes tendências da educação superior, corre o risco no mínimo de pouco ou não influenciar nos rumos da sociedade e da história. Orozco é consultor das IUS, organização internacional encarregada de coordenar a presença salesiana nas Instituições de Ensino Superior.

Ernelo Schallenberger, com formação salesiana da licenciatura ao doutorado, com larga experiência adquirida no reitorado da UNIOESTE de Cascavel, PR, reconhecido internacionalmente por suas pesquisas, quer da história missionária, quer da educação cooperativa, estabelece algumas coordenadas da presença dos salesianos na educação superior no sul do Brasil.

A Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre é mantida pela Inspeção Salesiana São Pio X, com sede também em Porto Alegre. Ela é presidida pelo P. **José Valmor César Teixeira**. A ele cabe um dos artigos da revista no sentido de anunciar as grandes propostas da presença salesiana na educação superior. Estas políticas procuram manter-nos nos rumos do carisma de Dom Bosco. Muito contribui para a educação das novas gerações a definição de uma identidade institucional.

No mesmo caminho, insere-se o artigo de **P. Marcos Sandrini**, salesiano, diretor da Faculdade, situando a proposta do sistema de educação iniciado por Dom Bosco e

enriquecido pela tradição salesiana. Da segunda metade do século XIX até os nossos dias, o Sistema Preventivo de Dom Bosco continua sendo uma proposta corajosa e aderente aos jovens e aos tempos.

Iniciamos nossa Faculdade com três cursos: Administração, Ciências Contábeis e Sistemas de Informação. Quisemos que o testemunho dos três coordenadores destes cursos mostrasse aos leitores os passos seguidos na sua concepção, elaboração e implantação.

Finalmente, há a resenha bibliográfica do livro mais recente do maior estudioso de Dom Bosco, docente da Universidade Pontifícia Salesiana de Roma. Nele o leitor encontrará um estímulo para engajar-se na educação das novas gerações para transformá-los em bons cristãos e honestos cidadãos. **P. José Jair Ribeiro**, salesiano igualmente, esmera-se em debulhar este livro animando o leitor a lê-lo e saboreá-lo com avidez até o fim.

Levar a termo este número exigiu uma **ATITUDE** de honestidade intelectual, amor desinteressado e apaixonante, desejo de partilhar com instituições congêneres nossa humilde, mas ao mesmo tempo forte e robusta proposta de educação superior.

Conselho Editorial da Revista Atitude – Construindo Oportunidades

1. Principios Rectores Para una Política de Estado en Materia de Educacion Superior*

Luis Enrique Orozco Silva

Director de la Cátedra UNESCO en la Universidad Los Andes, Bogotá, Colombia

Resumo: La educación superior es un factor del desarrollo; de éste depende en gran parte la posibilidad de insertarnos en el escenario de la globalización. La educación superior es “un servicio público de naturaleza cultural” ofrecido por el gobierno y los particulares en Colombia. Así siendo, el gran desafío de este proceso de desarrollo es ofertar una educación de calidad y amplia para la mayor parte de nuestra sociedad. Así como elegir cuáles los tipos de políticas y modelos que mejor se adecuan nuestra sociedad.

Palabras-chave: educación superior, desarrollo, políticas y modelos educacionales.

Abstract: The university degree education is a factor of the development; and this is very important to grant us a possibility to access globalization. The university degree education got to be "a public service of cultural nature" provided by the government and private in Colombia. So the great challenge of this process of development is to supply an education with high quality and open for most of our society, as well as choosing which types of policies and methodologies are most appropriate to our society.

Keywords: superior education, educational development, policies and models educational.

1. PRINCIPIOS

1. El sistema de la educación superior se rige por la Carta Política, por los referentes universales del conocimiento y las necesidades de la sociedad. El servicio público de la educación superior tiene como finalidad propiciar el desarrollo integral de la persona y la adquisición de competencias básicas para ser, hacer, comprender, participar y convivir.

2. La educación superior es un factor del desarrollo; de éste depende en gran parte la posibilidad de insertarnos en el escenario de la globalización y en la sociedad del conocimiento evitando sus posibles efectos nocivos; Es, a su vez, una mediación necesaria para construir una sociedad justa y solidaria. Incrementar la educación para un mayor número de personas es una

condición básica de una cultura de paz.

3. La educación superior es “un servicio público de naturaleza cultural” ofrecido por el gobierno y los particulares. La Ley y sus Decretos reglamentarios constituyen su marco jurídico inmediato. En consecuencia, el compromiso de cada uno de ellos en su propia esfera en la prestación del mismo con calidad, pertinencia, equidad y eficiencia es una responsabilidad ineludible. De aquí la importancia de la intervención de los gobiernos con un criterio pluralista en dos grandes campos: fomento y supervisión (inspección, vigilancia y control).

4. La educación superior comprende

* Extraído do Guia 7 do “Plan de las IUS: Asegurar los cimientos (los fundamentos) de las instituciones”.

los programas académicos de nivel práctico, profesional y avanzado que puede cursar una persona, una vez que ha concluido el undécimo grado de escolaridad. Niveles que involucran tipos de conocimiento diferentes, en las siguientes áreas: científico, técnico y tecnológico (Ciencias Naturales y Exactas, Ciencias Sociales y Humanas, Ciencias de la Salud, las Ingenierías), las Artes, la Filosofía y la Pedagogía.

5. La autonomía, garantizada por la Carta Política a las Universidades, constituye una responsabilidad y compromiso de éstas con la calidad y efectividad en el cumplimiento de las funciones que les son propias en relación con su carácter, misión y vocación institucional.

6. La apropiación de la cultura universal, la preservación de la diversidad natural y cultural, el cuidado del medio ambiente, la educación a lo largo de la vida, el desarrollo y consolidación de las comunidades académicas, la incorporación de nuevas tecnologías en los procesos pedagógicos y la formación del estudiante como agente de cambio y ciudadano responsable constituyen un interés central del Estado con el sistema de la educación superior.

7. Las instituciones que integran el sistema de educación superior, de conformidad con su carácter, vocación y perfil institucional, tienen un compromiso con las exigencias que dimanar de la necesidad de construir una sociedad justa, abierta y flexible; con los referentes universales del conocimiento; con las urgencias de la sociedad colombiana y con los aspectos ético políticos del desarrollo.

8. Los gobiernos adelantarán políticas, estrategias y acciones específicas en favor del desarrollo y consolidación del sistema de la educación superior, del incremento de los procesos de la autoevaluación y acreditación de programas académicos y de instituciones; de la educación avanzada;

de los exámenes de Estado; de mejoramiento de la información y de la modernización de la gestión de las instituciones.

2. AMPLIACION DE COBERTURA CON CALIDAD

Motivaciones

9. Tenemos problemas de cobertura y de calidad. La expansión de la matrícula, de instituciones, de programas académicos, en la última década, tanto como los niveles de formación de los docentes y el efecto que este tipo de expansión ha tenido sobre la calidad del servicio educativo, en un contexto de escasez de recursos, nos indica que a pesar de los esfuerzos realizados y los logros alcanzados por los gobiernos y las instituciones adolecemos de limitaciones en materia de cobertura, situación que pone en tela de juicio la equidad del sistema y su pertinencia para el país. El ingreso de la población de 17 a 24 años a la educación superior sigue siendo un privilegio de los hogares de mayores ingresos. Si en 1.991 la matrícula alcanzaba la cifra de 510.606 estudiantes, para el año de 1.999 esta cifra se eleva a 877.944; es decir, que el incremento equivale al 72%. encontrándose ampliamente concentrada en las profesiones liberales. A su vez, aumentaron las instituciones durante la década, habiéndose creado 39 nuevas, lo que significa un incremento del 13.8% y, particularmente, los programas académicos; los cuales pasaron de 2.389 en 1992 a casi 8.000 en el año 2.000 sin que las condiciones de aprendizaje y la calidad de los docentes se haya incrementado sustancialmente. Según las cifras del “Informe de Desarrollo Humano. Colombia 2000”, la mayor proporción de los asistentes a instituciones de educación superior oficiales proviene de los hogares de mayores ingresos; no porque estas instituciones discriminen, por razones

distintas de las académicas, según estrato, sino porque desde la básica, se da un proceso creciente de deserción entre los estudiantes de menores recursos haciendo más amplia la brecha entre pobres y ricos en este nivel educativo. Finalmente, hacia 1.992 el número de docentes universitarios con título doctoral era 1.223, sobre un total de 54.414. En la actualidad, sobre un total de 86.166, sólo 1.882 poseen dicho título; es decir, el 2.2% aunque pueda considerarse como positivo que haya aumentado entre ellos el número que posee el grado de especialista, pasando a significar del 13% a comienzos de la década al 23% en 1.999.

10. El aumento de la matrícula no ha significado mayor calidad. Ahora bien, a pesar del aumento de cobertura que indica las cifras anteriores, la demanda continúa desbordando la oferta. Aquella ha sido asumida en su mayoría por el sector privado; la participación actual del sector oficial en la matrícula total no pasa del 33%. La inexistencia de cupos en la universidad pública sigue alimentando la expansión de programas académicos en instituciones privadas que no han iniciado procesos de autoevaluación, o de evaluación por pares. Si se tiene en cuenta que el 40% de la matrícula total se encuentra en la jornada nocturna y en los programas de modalidad a distancia, la insuficiencia del profesorado con formación de postgrado y la escasez de recursos nacionales existente para su formación en universidades del exterior o en programas doctorales nacionales, podemos inferir que el aumento de cobertura no sólo no ha sido suficiente sino que no ha significado incremento sustantivo de calidad. Esta última situación es inaceptable; por el contrario, si deseamos incorporar al sistema los estratos de menores ingresos, el esfuerzo de incrementar cobertura con calidad debe ser mayor con el fin de enriquecer el proceso de socialización y subsanar las limitaciones que podamos encontrar en la

formación primera de los candidatos.

El incremento de la calidad se encuentra comprometido mientras mantengamos limitaciones para tener programas académicos bien diseñados; para contar con una nómina de docentes bien formados; para disponer de condiciones físicas y ambientales que incentiven aprendizajes de calidad y con estudiantes realmente comprometidos con los procesos de formación; pero sobre todo mientras se permitan en los programas académicos métodos pedagógicos en los que no se trasciende la cadena tradicional de hablar, copiar, memorizar y reproducir, sin más mediación que el texto y centrados en la acción del docente. Aumentar cobertura exige compromiso efectivo con la calidad del servicio que se presta. Pero la lucha por la calidad no se puede resolver en contra de los pobres. Cada vez aumenta la preocupación de diferentes sectores sociales que hacen uso de los servicios que prestan las instituciones acerca de ¿Cómo van a proceder para aumentar cobertura sin disminuir calidad? ¿Cómo van a establecer mecanismos de calidad sin que ello signifique una lucha en contra de los estudiantes que adolecen de una formación previa deficiente?

11. La demanda por educación superior irá en aumento. En la medida en que un mayor número de estudiantes terminen su formación básica y media se incrementará la demanda por educación superior. A su vez, las nuevas realidades permitirán a los individuos valorar los beneficios que reporta el poseer una formación de nivel superior; lo que significará que nuevos grupos de edad, por la necesidad de una educación a lo largo de la vida asistirán a las aulas. Todo ello significa que habrá más colombianos que tocan a las puertas de las instituciones de educación superior. Por ello mismo, no podemos permitir en adelante la persistencia de fenómenos que se alimentan mutuamente: una baja cobertura, una tasa de deserción extremadamente alta y un alargamiento exagerado del número de períodos académicos para graduarse. Lucha

por cobertura con calidad significa también preocupación por la eficiencia académica.

12. La calidad debe poder ser apreciada. Esta calidad se expresa en un conjunto de atributos que deben poder predicarse de los programas académicos y de las instituciones como un todo; atributos que deben poder verificarse y compararse internacionalmente. Se trata de características identificables por los pares académicos, apreciables por los organismos competentes y sobre cuya base el Ministro de Educación, en cumplimiento de lo exigido por la Carta Política, expide el acto administrativo de la acreditación de los programas académicos y de las instituciones, sin que se agote en este mecanismo la posibilidad de rendir cuentas ante la sociedad y el Estado, de la calidad de la oferta educativa.

13. Cobertura con calidad favorece la equidad y posibilita el atender los desafíos ético políticos que enfrentamos en el país. Sin la calidad como objetivo final todas las demás acciones que se definan en materia de educación superior carecen de sentido. A cada una de las instituciones se le pide que haga una oferta con calidad y que favorezca la equidad social. La impunidad, la corrupción, el enriquecimiento ilícito, como fenómenos ampliados, cuestionan el tipo de formación que se ofrece a la juventud del país. La tasa de escolaridad alcanzada para finales del siglo y la conversión de la lucha por la calidad en lucha contra los pobres convierten la forma de funcionamiento del sistema de educación superior en una buena estrategia para incrementar la brecha entre ricos y pobres, generando marginalidad, polarización, y exclusión; y cada vez, con mayores posibilidades de llegar a ser instituciones exitosas en una sociedad fracasada. La sociedad reclama y lamenta la inexistencia de un liderazgo claro de la universidad colombiana en un momento de crisis de valores, de carencias de visiones comprensivas de los fenómenos y de posibles hipótesis de solución a los problemas

ya crónicos en los campos económico, social y político.

14. En la actualidad, y a pesar de los esfuerzos realizados, no podemos hablar de la existencia de un “sistema” de educación superior y carecemos de información oportuna. Una de las características de la expansión del sistema de la educación superior en la última década la constituye la diferenciación. Es decir, que han surgido nuevos tipos de instituciones y nuevos proveedores del servicio con un inusitado número de programas y de títulos. No hay homogeneidad alguna en el sistema y éste, como tal, no ofrece la posibilidad al usuario de captar con transparencia la oferta existente en el mercado. En el caso de la educación superior, nos encontramos con un mercado lleno de asimetrías y sin información; lo que hace pensar que la calidad promedio haya disminuido, haciéndose imposible apreciar cuáles son los resultados que el denominado sistema de educación superior arroja al país.

Recomendaciones

El primer pilar de la política en materia de educación superior consiste en la ampliación de cobertura con calidad. Para ello será necesario:

15. Ampliar la base social del sistema de la educación superior. Aumento de cupos en las instituciones de carácter oficial que ofrecen el servicio público de la educación superior. Tales cupos estarían orientados a favorecer los sectores más pobres y vulnerables.

16. Diversificar la oferta educativa. Ampliar las modalidades educativas técnica y tecnológica, asumiendo su carácter específico respecto de la modalidad universitaria, y convirtiéndola en opción de calidad deseable para los jóvenes. Se buscará que tales programas formen para el trabajo en el campo técnico y en el de las tecnologías duras. Estos últimos,

constituirán a su vez un primer ciclo dentro del sistema de la educación superior, de modo tal que se favorezca la movilidad estudiantil al interior de la formación profesional y hacia la avanzada.

17. Orientar la política de crédito estudiantil hacia instituciones y programas académicos acreditados. Aunque el crédito educativo forma parte de la política de financiamiento, se resalta la importancia que tiene para el fomento de la calidad de la oferta y como instrumento para direccionar el sistema hacia objetivos deseables en el marco del interés público. Adicionalmente, se consolidará la acción del Consejo Nacional de Acreditación para introducir en todas las instituciones una cultura del rendimiento de cuentas y en la que la calidad sea un valor que compromete el ser y el hacer de cada una de ellas.

18. Buscar la transparencia del sistema de la educación superior. En tal sentido es prioritario el Desarrollo del Sistema Nacional de Información, creado por la Ley 30 de 1992. Esta transparencia estará orientada a acabar con las asimetrías del mercado educativo de este nivel y a darle transparencia al funcionamiento del sistema.

19. Seguir consolidando una política pertinente en materia de formación avanzada que haga posible la formación de los docentes universitarios y de investigadores de alto nivel. En esta dirección se apoyará la acción de la Comisión Nacional de Maestrías y Doctorados en materia de acreditación de programas y se creará un mecanismo de financiamiento de los doctorados en el país.

20. Formar los docentes. Una preocupación central en la lucha por la calidad consiste en desarrollar programas agresivos en materia de formación de nuevos académicos y de perfeccionar aquellos que se encuentran en ejercicio.

Se trata de una tarea que será asumida a través de esquemas que responsabilicen a los gobiernos, a las instituciones y a los interesados, de modo que a futuro todo académico posea el doctorado, sin detrimento de los talentos actuales que están en ejercicio. La carrera académica será fortalecida, corrigiendo sus fallas actuales y urgido como criterio último el mérito académico, apreciado por los pares.

3. FINANCIAMIENTO PARA LA EQUIDAD

Motivaciones

21. No tenemos consenso en materia de una política de financiamiento. Según datos de Planeación Nacional, “el total del gasto en educación superior entre 1985-1998 se multiplicó por 3.7, incremento que se dio fundamentalmente a partir de 1992. Hasta 1991, el crecimiento, el crecimiento anual promedio fue de 1.2% (7% en total); entre ese año y 1998, fue del 35% anual promedio (146% en total), teniendo en 1998 el crecimiento anual y el nivel más alto de todo el período”. La promulgación de la Ley 30 de 1992 estableció que los aportes anuales del presupuesto nacional y el de las entidades territoriales a las universidades estatales debían tener un incremento real tomando como base los presupuestos de rentas y gastos de 1993, con la consecuencia de un incremento en términos reales desde este último año. Sin embargo, en los últimos años, no sólo sobre los montos de las transferencias de recursos sino sobre su alcance y significación hay diferencias marcadas en la discusión nacional. Las diferencias, son con frecuencia radicales sin que hasta el presente se tenga un consenso en esta materia entre los diferentes actores de la educación superior. Como sucede en otros países, hacia el futuro será necesario poder avanzar en la discusión trascendiendo las posiciones unilaterales sustentadas en información parcial e

intereses particulares hacia una salida cuya base se fundamente en los desafíos actuales, en un manejo lúcido de los nuevos contextos y en la conciencia del interés general.

22. La educación superior tiene un valor en sí misma. En relación con el financiamiento, todos los sectores de la sociedad y el gobierno reconocen el valor intrínseco de la educación superior, como estrategia para el desarrollo del país y medio insustituible para el logro de una cultura de paz, inspirada en los valores de la justicia y la solidaridad entre los ciudadanos. Sin ella no es posible, en el mundo actual y para el inmediato futuro, que las personas adquieran la capacitación requerida para insertarse con dignidad en el mundo laboral; ni que el país pueda aumentar su productividad y competitividad en el escenario internacional; ni que las exigencias mínimas de un Estado social de derecho cobren realidad; y ni siquiera que la identidad cultural se mantenga de modo consistente dentro de una cultura planetaria.

23. El Estado tiene una obligación con el financiamiento de la universidad pública y con la producción de nuevo conocimiento. Corresponde a los gobiernos asegurar que exista en el país una distribución adecuada de oportunidades educativas del nivel superior en la cantidad y calidad que requiere el desarrollo del país y que se mantenga y amplíe el potencial de investigación tecnológica y científica en todas las áreas del conocimiento. Para ello, aquellos cuidarán de modo explícito por la coherencia entre la política de ciencia y tecnología y la de educación superior, velando en ambos casos por el financiamiento directo de tales actividades realizadas en el marco de la Constitución, de la Ley y de la tradición de excelencia, garantizada a través del cumplimiento de estándares de calidad.

24. Debemos acordar valores no negociables en la asignación de los recursos en educación superior. La situación actual del país interroga el sentimiento de eticidad de todos los agentes que intervienen en el funcionamiento del conglomerado de las instituciones y, a pesar de las limitaciones, todos los sectores valoran los esfuerzos realizados por cada uno de ellos en mayor o menor grado y los insta a comprometerse de manera más decidida con el futuro del país, desde su particular posición en el entramado social. El país necesita que en materia de financiamiento se asuman como valores fundamentales no negociables: la vinculación de la asignación de recursos con objetivos propuestos y eficiencia en el uso de los mismos; la integridad institucional; la coherencia, la competitividad, la eficacia y eficiencia de su acción con conciencia del interés general y de la naturaleza de bien público que tiene el servicio que prestan.

25. Los gobiernos deben velar por el uso correcto de los recursos. En materia de educación superior, la intervención de los gobiernos no es arbitraria. Tal intervención es exigida por la Carta Política, de modo respetuoso respecto de las instituciones que ejercen su autonomía con responsabilidad, pero conscientes, entre otras cosas, de su obligación de velar por la correcta aplicación de los recursos en el ámbito de la educación superior.

26. Toda política de financiamiento es una manera de orientar el crecimiento del sistema. La aplicación del subsidio en materia de educación superior debe inspirarse en la necesidad de incrementar calidad; de adecuar paulatinamente la prestación de este servicio público a estándares internacionales; por la convicción de que las instituciones de educación superior deben prestar un servicio pertinente y respetuoso de los referentes universales del

conocimiento, y por la convicción de los gobiernos de su responsabilidad respecto del desarrollo del conocimiento de las habilidades y la capacidad de innovación de los colombianos.

27. La sociedad requiere de un sistema de educación superior más equitativo y pertinente. Es urgente, como ya se señaló, ampliar la base social del sistema y también, seguir insistiendo, como lo hizo en su Informe final la “Misión para la Modernización de la Universidad pública”, en la necesidad de: volcarse sobre los sistemas medio y primario para contribuir a modernizarlos en renovación espiritual, eficiencia y calidad; focalizar proyectos en el grado once de enseñanza media, especialmente de los colegios públicos, cuyas dificultades de entorno y de recursos les impiden alcanzar la excelencia por sí mismos, para con ellos buscar esa excelencia y contribuir a la orientación profesional de sus bachilleres; sistematizar nuevos criterios e instrumentos para que la selección de los mejores no obedezca exclusivamente a una medición del mayor número de conocimientos e información acumulados, sino que se oriente a identificar las aptitudes y habilidades básicas, que tienden a estar distribuidas en forma similar entre los diferentes estratos y que constituyen el activo fundamental en nuestro avance científico y cultural; programas de sostenimiento y sistemas de soporte desde una perspectiva del bienestar estudiantil.

Los sectores privado y público de la educación deben hacer una oferta educativa que de modo proactivo sirva al desarrollo del país y a las necesidades de su evolución, sin perder en ello su función crítica. Este esfuerzo les permitirá ser más pertinentes y satisfacer de manera más adecuada las diversas demandas. Una mayor equidad será posible si se logra un esfuerzo de los gobiernos, de la sociedad y de los individuos. Las familias y los individuos que pueden pagar su educación

superior deben hacerlo; para brindar así oportunidades de formación a un mayor número de estudiantes de menores recursos mediante el aprovechamiento de los subsidios del Estado. También las instituciones, al comprometerse con la equidad deberían preocuparse por las altas tasas de deserción y repitencia que se observan en muchas de ellas.

28. Necesidad de información oportuna como factor de equidad. La dinámica de transformación del sistema de educación superior en la última década nos muestra la limitación de los gobiernos para ejercer su función de fomento, inspección, control y vigilancia, de modo eficiente, sin información. Esta última, es el instrumento complementario y esencial de toda la acción gubernamental en materia de educación superior. La información es un garante de calidad y un apoyo de la equidad, tanto como una herramienta de gestión que facilita la planeación, la toma de decisiones, el seguimiento y el control en el interior de las instituciones y en el sistema como un todo, haciendo explícita la especificidad de las diferentes ofertas en el mercado.

29. El sistema de educación superior debe tener direccionalidad. Más allá de una posición maniquea respecto a la financiación de la demanda o de la oferta, la acción de los gobiernos, a través de su política de asignación de recursos o aplicación de subsidios, podrá orientar la demanda y dirigir el sistema hacia metas deseables en función de la consolidación de las instituciones y de la calidad, equidad y pertinencia de la oferta. De esta manera, sería deseable que la financiación de la oferta sea realizada en función de resultados alcanzados y previamente negociados.

En relación con la gestión de las instituciones de educación superior:

30. Tenemos problemas en materia

de gobernabilidad interna de las instituciones. Cada vez es más urgente intervenir en los problemas de gobernabilidad de algunas instituciones de educación superior. Es urgente proceder a un análisis crítico de las reglas de juego existentes en las instituciones en relación con sus estructuras de gobierno, los grados de participación profesoral y estudiantil, sus estilos de gestión y los sistemas de elección. La experiencia reciente en los procesos de elección de directivos en algunas instituciones urge que la sociedad exija que se renuncie a la intervención de los partidos o grupos de poder externos y a las prácticas indebidas para la perpetuación de privilegios por parte del poder corporativo en la dinámica interna de las organizaciones universitarias. La autocrítica es una estrategia para las instituciones del sector para alcanzar una mayor legitimidad ante la sociedad como un todo.

31. Hay que adelantar una campaña en el gobierno y en las instituciones contra la ineficiencia. En un contexto de escasez de recursos la ineficiencia en el uso de los recursos coloca a las instituciones en un estado de extrema postración. Es necesario que tanto los gobiernos como las instituciones en su propia esfera asuman la eficiencia como un valor vinculado con la responsabilidad social que tienen en la prestación del servicio público de la educación superior. Cada vez es más urgente incentivar la racionalidad en el uso de los recursos, especialmente en las instituciones que son más favorecidas con recursos de origen fiscal, independientemente del fuero que las cubra.

Recomendaciones

El segundo pilar de la política de Estado en materia de educación superior está relacionada con el financiamiento del sector. Este tópico presenta las mayores perplejidades y constituye el punto que discrimina las más diversas posiciones

entre los distintos agentes educativos, particularmente, entre el gobierno y el poder corporativo predominante en las instituciones públicas. En la base de las diferencias se encuentran concepciones diferentes respecto a la naturaleza del servicio público que prestan las instituciones y al papel de los gobiernos en la educación; y en función de ello, respecto de los criterios, monto y mecanismos de asignación de los recursos.

32. Los gobiernos y los diferentes actores de la educación superior oficial harán un esfuerzo que permita avanzar en la discusión sobre el financiamiento en torno a los siguientes puntos centrales que ya han sido objeto de discusión en el país: Definición de criterios para la transferencia de recursos de los gobiernos a las universidades públicas vinculados a la evaluación de la eficiencia en el uso del recurso; diversificación de la fuente de los recursos, incluyendo en ella la masificación del crédito estudiantil; constitución de un fondo de financiación de la educación superior y el establecimiento de un estatuto financiero para la universidad pública, que incluya una reforma del régimen laboral de los docentes.

33. Hacia el futuro, la acción de los gobiernos se basará en la promoción de la responsabilidad que todos los agentes del sector tienen en la orientación, conformación y destino del sector. Esta posición permitirá, de una parte, excluir la existencia de un gobierno benevolente que todo lo define, que ofrece recursos sin pedir cuentas y que en nombre de su supremacía termina siendo ineficiente; pero de otra, pone de relieve, a la par de su responsabilidad, la de todos los agentes, incluido el poder corporativo, en una autonomía amplia, que fundamenta la autorregulación y obliga a comprometerse con las formas que adopte el sistema.

34. La política de financiamiento seguirá criterios incuestionables. Los gobiernos establecerán una política de asignación de los recursos que responda a criterios relacionados con el reconocimiento del valor intrínseco de la educación y el aporte que las instituciones hacen al desarrollo de la sociedad como un todo, y sobre la base de la calidad de su desempeño, de la optimización que hacen de sus recursos, de la generación de ingresos propios, de la pertinencia de la oferta, de la productividad docente, de la investigación que realizan y del aporte que hacen a la ampliación de cobertura del sector.

35. El crédito educativo y la formación doctoral son prioridades para los gobiernos. Particular importancia revestirá, entre las prioridades de acción de los gobiernos, la masificación del crédito educativo; una ambiciosa política de becas para los estudios de pregrado y la creación de un fondo que haga viable la formación de docentes a nivel doctoral; así como una generosa política de estímulos hacia objetivos precisos, involucrando en el diseño de los mecanismos utilizados: el fomento a la cultura de la evaluación, el ejercicio de la autonomía responsable, la acreditación de programas académicos e instituciones y la transparencia de las instituciones en sus formas de operación.

36. La acción de los gobiernos no se reduce a hacer transferencia de recursos y a establecer subsidios, sino que comprende la supervisión y el fomento. En función de la primera, se hará un reajuste de los organismos y procedimientos de conducción y coordinación del sector; se precisará, aclarará y simplificará la regulación existente; se fijarán condiciones para la creación de instituciones y programas académicos; se estimulará la introducción de una cultura de la evaluación; se establecerán los exámenes de Estado y se

desestimulará el cambio de carácter académico de las instituciones. En función de la segunda: Los gobiernos fijarán estándares de calidad del servicio público de la educación que se brinde; estimularán la competencia en el mercado educativo; establecerán reglas de juego, pocas, precisas y con viabilidad indudable para el sector público y privado; contratarán servicios en materia de educación superior y todo ello sin alimentar una política centralista, ni de *laissez-faire*. La pluralidad de focos de acción y puntos de decisión lejos de empobrecer su influencia, aumenta y aquilata su intervención.

37. Mejorar la gobernabilidad implica tocar intereses de personas y de grupos y, por lo tanto, los gobiernos como los agentes educativos asumirán el compromiso de afectar los intereses de las burocracias universitarias, modificar prácticas en la docencia y en las actividades de investigación, buscando ser más pertinentes frente a diferentes demandas actuales y velar por la pertinencia del conocimiento que se distribuye estratégicamente en los planes de estudio, respecto del estadio de desarrollo de las disciplinas y con relación a los aspectos ético políticos del desarrollo. A estos esfuerzos se unirán de modo indisoluble las medidas para propiciar la libertad académica, ejercer una gobernabilidad compartida, obrar con respeto por el principio de la excelencia y mérito frente a las presiones indebidas de todo signo y asumir la responsabilidad de rendir cuentas y obrar con integridad y coherencia respecto a la misión institucional.

38. Lograr claridad en la estructuración del Sistema de la Educación Superior. En esta dirección, el gobierno actual y sus organismos coordinadores se comprometen a definir el ordenamiento de las instituciones con base en los Proyectos Educativos institucionales (PEI) que presenten. Tales PEI serán articulados tomando como

criterio: los subniveles de formación práctico, profesional y avanzado; los tipos de conocimiento diferentes que involucran cada uno de éstos, a saber: científico, técnico y tecnológico (ciencias naturales y exactas, ciencias sociales y humanas, ciencias de la salud, las ingenierías), artes, humanidades, filosofía y pedagogía; y las reglas de juego de su acción y las del Estado en materia de fomento y de supervisión. Para ello se tomará como base la propuesta que se ha venido discutiendo en el país en los últimos dos años .¹

39. El gobierno actual adelantará una revisión del número y función de los organismos que orientan y coordinan su intervención en materia de fomento, de inspección, control y vigilancia. De igual manera, buscará simplificar y disminuir su número a lo estrictamente necesario, en función de una redefinición de trámites que comunique eficiencia y eficacia a la coordinación de los organismos del gobierno.

4. AUTONOMÍA Y RESPONSABILIDAD

Motivaciones

40. Las instituciones de educación superior tienen obligación en la construcción de lo público. Estas instituciones tienen una responsabilidad y un compromiso con objetivos, metas, bienes y servicios que responden a la voluntad general y a los intereses de la sociedad. La universidad como institución y cada una de las otras instituciones que brindan el servicio de educación de nivel superior se deben a la sociedad, son parte de lo que ésta incorpora dentro del espectro de sus intereses generales; es decir, dentro del ámbito de lo público; por ello tienen como deber responder con excelencia a esa expectativa, formando personas con capacidad para hacer uso público de su razón. En un Estado Social

de Derecho la responsabilidad por el futuro de la educación no es exclusiva de los gobiernos, también las instituciones como los sectores sociales deben velar y actuar para que tal esfera se inspire en los principios de la justicia y el bien público.

41. La producción de nuevo conocimiento es una actividad autónoma. La autonomía en sentido pleno se predica de la institución universitaria y consiste en su capacidad de autodeterminación para asumir desde sí las exigencias propias de la producción del conocimiento y aquellas que se derivan de su compromiso último con el destino de la razón humana en la sociedad. La producción de nuevo conocimiento como la función crítica que le compete a la universidad en relación con su medio se encuentran jalonadas por la búsqueda de la verdad sin restricciones y no son pensables si el medio la coartara en su ejercicio. Frente a esta exigencia la autonomía administrativa y financiera son condiciones necesarias pero no suficientes.

42. La efectividad de la autonomía depende de la fidelidad de la universidad a sí misma, de la convicción que la comunidad educativa posea respecto de la responsabilidad social que conlleva ser autónomo y del tipo de relaciones que cada institución guarde con los gobiernos y con los diversos poderes del entramado social. Esta autonomía universitaria está en función del cumplimiento del fin educativo que brota de la naturaleza misma de la universidad.

43. La autonomía implica responsabilidad. En vano se predica la autonomía respecto de una institución si en ésta no se profesa una voluntad de verdad que le obliga a comportarse en conformidad con exigencias universales del conocimiento, con aquellas que dimanan de la naturaleza del servicio público que prestan y con las

¹ Véase: Documento: Bases para una Política de Estado en materia de Educación Superior. Capítulo 3. ICES. Bogotá. 2000.

que se desprenden de su propia misión.

44. La autonomía no es absoluta. La prestación del servicio público de la educación superior se realiza en el marco de la Carta Política y de la Ley. Una y otra exigen la intervención del Estado para garantizar la fe pública depositada en las instituciones por quienes acceden al servicio público de la educación; para hacer cumplir la normatividad existente en materia de educación superior; para propender por una participación efectiva de la sociedad civil en las estrategias que asuman las instituciones en sus procesos de rendimiento de cuentas; para producir información relevante para el usuario, que le permita establecer comparaciones entre instituciones y programas académicos y captar señales de otros sectores sociales; desarrollar mecanismos de evaluación de la calidad del servicio que prestan las instituciones públicas y privadas, en conformidad con las exigencias de ley.

45. En un Estado Social de Derecho no riñen entre sí la autonomía que se requiere para cumplir la función de producción de nuevo conocimiento y ejercer la función crítica, con la intervención del Estado en materia de la prestación del servicio público de la educación. Una y otra trascienden su particularidad en el interés vinculante por lo público al que una y otra contribuyen en su ejercicio propio.

46. Tampoco riñen entre sí la autonomía universitaria y la libertad académica. Esta última corresponde a las personas (investigadores, profesores y estudiantes) y se expresa en la libertad para aprender, para investigar, tener acceso a las fuentes del saber, escoger los métodos didácticos, expresar opiniones y ejercer la libertad de cátedra y se despliega en función de la naturaleza, misión y fines propios de la institución y en armonía con el mismo derecho que poseen los otros miembros de la comunidad.

47. La calidad, la pertinencia, la equidad y la autonomía responsable son un compromiso de todos. Los gobiernos, las instituciones de educación superior y los demás agentes que contribuyen con su acción al desarrollo del sector y que utilizan sus servicios, cada vez toman mayor conciencia de la necesidad de exigir un servicio público educativo con calidad y ejercer sus derechos y cumplir con sus responsabilidades en el proceso de consolidación del Sistema de la Educación Superior, en el marco de la Carta Política y la Ley.

Recomendaciones

El tercer pilar de la Política en materia de educación superior lo constituye el reconocimiento y estímulo de la autonomía con responsabilidad.

48. Los gobiernos asumen que la responsabilidad configura una zona común en la cual se reencuentran los gobiernos y los agentes educativos en un único espacio movilizado por las exigencias de la producción científica, el carácter público del servicio que prestan y por las exigencias del interés general. La autonomía ligada a la producción intelectual no excluye lo público como horizonte de sentido y como opción ética imprescindible, por encima de los intereses particulares.

49. Los gobiernos estimularán y apoyarán una creciente racionalidad en los componentes políticos, burocráticos y de poder corporativo de las instituciones. En tal sentido, las normas que se expidan estarán movilizadas por esta exigencia que dimana del interés general, con la finalidad de incentivar cada vez más un mayor grado de gobernabilidad en ellas.

50. Los gobiernos estimularán, a través de la aplicación de recursos concursables, acciones y proyectos que estimulen en los agentes educativos del nivel superior su compromiso con la calidad, la equidad, la pertinencia y eficiencia

del servicio que prestan a la sociedad, a quien se deben. Estas acciones se inscribirán en la acción de fomento que adelante el Ministerio de Educación Nacional a través de sus organismos competentes.

51. Los gobiernos crearán mecanismos que generen compromiso de los diversos sectores sociales con el servicio público de la educación superior. Hacia el futuro se buscará incrementar una vinculación más

estrecha entre lo que hacen las instituciones en cumplimiento de sus funciones propias y las demandas del sector productivo. De igual manera, los gobiernos pondrán especial atención en adelantar acciones orientadas a que las instituciones se comprometan de manera creativa con demandas que provienen de un mundo cada vez más interdependiente, con las necesidades nacionales, regionales y locales y con la construcción de una sociedad más justa, abierta y flexible.

2. Os Caminhos da Educação Superior e a Trajetória dos Salesianos do Sul do Brasil

Ernelo Schallenger

Doutor em História; Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e do CCHS da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Pesquisador da Fundação Araucária; Membro Honorário do Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras; Líder do Grupo de Pesquisa: Cultura, Fronteiras e Desenvolvimento Regional.

Resumo: O artigo ocupa-se da discussão dos elementos constituintes dos diferenciados modelos de universidade, buscando entender a sua relação com a sociedade e, em face da trajetória da universidade brasileira, centra sua atenção em torno da presença dos salesianos no campo da educação superior no sul do Brasil.

Palavras-chave: universidade e sociedade; educação superior, mudança social, desenvolvimento regional.

Abstract: The article discuss about the constituent elements that form the different models of university, showing its relation with the society and with the path of Brazilian university, always having in focus the presence of the Salesians in the advanced degree education in the south of Brazil.

Keywords: university and society, superior education, social change, regional development.

1. A fonte histórica e os modelos matriciais de universidade

Mestra da vida, a história testemunha que a universidade emergiu da necessidade da construção de uma unidade de referência para a sociedade medieval, fragmentada pela presença de inúmeros povos de grau civilizatório diferenciado. A Igreja, num esforço de sedimentação da cristandade, capitaneou esta construção, reunindo obras literárias, documentos e homens em torno de centros limitados ao universo das cidades. Os mosteiros, além de guardiões da cultura universal, tornaram-se centros de cultivo e de difusão do saber. A universidade surgiu, portanto, da interação de mestres e alunos com as obras de referência, num quadro de integração do saber, na perspectiva do exercício da liderança intelectual na sociedade. Perseguiu, sobretudo, a universalidade do saber.

A universidade moderna, com suas atividades orientadas para o ensino profissional e para a pesquisa científica, nasceu na Alemanha, a partir de iniciativas de caráter nacionalistas, movidas pela política da unificação alemã e pelo processo de industrialização, que valorizou a ciência como instrumento de auto-superação¹. Com uma rede de instituições de ensino superior distribuída pelo território no início do século XIX, os alemães, emancipados da tutela teológica, entenderam que a alavanca do desenvolvimento nacional residia na ciência, no domínio do espírito, como dizia Darcy Ribeiro². A busca do aprofundamento científico e a criação intelectual suscitaram uma certa competitividade entre as instituições de ensino superior, marcada pelas tensões entre o avanço científico e as demandas do Estado, que atribuía às

¹ YASBECK, Dalva Carolina de Menezes. "A universidade moderna em diferentes contextos nacionais". *Educação brasileira*. Brasília, v. 21, n. 43, p. 171-179, jul./dez. 1999.

² RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

universidades a função estratégica de formar profissionais qualificados para os serviços públicos, para o magistério e para a pesquisa. O avanço da ciência e as conquistas sociais no mundo do trabalho e da produção fizeram com que as universidades alemãs servissem de referência para todo o Ocidente durante o século XIX. Numa postura introspectiva, buscaram o elo de coesão, ou seja, o elemento identificador da unidade nacional, fundamentalmente envolto em torno do conceito de cultura, consignado em base aos elementos étnico-lingüísticos e caracterizado pelos produtos humanos visivelmente materializados.³ A moderna universidade alemã nasceu com uma missão definida: promover a unidade e o desenvolvimento nacional. Na sua estrutura organizacional, evoluiu para as Universidades [*Universität*], Institutos de Altos Estudos Profissionais [*Fachhochschule*], Institutos de Pesquisa [*Nachforschung Institut*] e Universidade Aberta [*Öffnung Universität*]. Esta última passou a oferecer os dois primeiros programas na modalidade de ensino à distância.⁴ A formação universitária alemã preparava tanto para o exercício da profissão quanto para a pesquisa, abrindo caminho seqüencial para a pós-graduação.

As instituições de ensino universitário da Inglaterra dedicavam-se, inicialmente, à educação dos filhos da aristocracia e dos aspirantes à vida clerical. Estas instituições eram compostas pelos *colleges*, onde era dada educação individualizada aos estudantes, e pelas faculdades, que veiculavam um conhecimento especializado, orientado para a especificidade das profissões.⁵ Refletiam o caráter aristocrático da sociedade, proporcionando aos egressos uma ampla formação intelectual, sem uma preocupação maior com os fundamentos da ciência e com o desenvolvimento científico. Num período mais recente, as universidades

inglesas foram estimuladas a incrementar a ciência e a tecnologia, mediante incentivos públicos. Um processo amplo de avaliação institucional, baseado em indicadores quantitativos e qualitativos, internos e externos, resultou na classificação das instituições, estabelecendo um ranking pelo qual são fixados os índices de um percentual maior ou menor de financiamento público.

Na França, a velha universidade aristocrática e clerical ficou profundamente abalada pela reforma educacional napoleônica. A ascensão da burguesia ao poder estimulou uma dinâmica social marcada pela crescente demanda de profissionais no mercado de trabalho. Assim, ao lado das tradicionais universidades, constituídas a partir das faculdades de medicina, de farmácia, de ciências e letras, surgiram as Escolas Superiores Públicas [Escola Prática de Altos Estudos, Escola Politécnica, Escola Normal Superior, Colégio de França, entre outras], a partir das iniciativas conjuntas dos setores públicos e privados.

Nos Estados Unidos, a implantação do modelo inglês adquiriu forma e personalidade própria a partir da inversão de grande soma de recursos, oriundos das iniciativas empresariais e de programas de governo, que asseguram às universidades a possibilidade do desenvolvimento da pesquisa, garantindo um certo equilíbrio entre expansão do ensino superior e desenvolvimento científico. A estrutura departamental das universidades, apesar do corporativismo e da fragmentação do saber, facultou-lhes uma gestão descentralizada e permitiu a integração do ensino, da pesquisa e da extensão. Estes dois fatores conjugados aproximaram a universidade da sociedade. As universidades e os *colleges* passaram a ser vistos e considerados como instituições

³ NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A cultura ocultada*. Londrina: UEL, 1999. Desenvolve uma interessante discussão em torno da cultura alemã estabelecendo uma relação com o conceito civilização, de inspiração francesa.

⁴ A Holanda seguiu este modelo, veja-se anexo I, p. 136. In: CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. *Melhoria e responsabilização: navegando entre Cila e Caríbdis*. Manual de avaliação externa da qualidade no ensino superior. Brasília, 1996. (Estudos e Debates, 18).

⁵ YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. "A universidade moderna em diferentes contextos nacionais". *Educação brasileira*. Brasília, v. 21, n. 43, p. 176.

promotoras do desenvolvimento e da mudança social. Assim, com a progressiva democratização do ensino superior, surgiram instituições acadêmicas em todos os estados da confederação, que se tornaram competitivas e buscaram o seu nível de excelência, como Harvard, que primou pela formação da elite americana. A competitividade entre as instituições de educação superior e os pesquisadores legou aos Estados Unidos a capacidade de se antecipar às demandas sociais modernas. Com eficiência, o sistema universitário americano incorporou o espírito alemão da pós-graduação, o que lhe permitiu a implantação de programas estratégicos de qualificação de recursos humanos para a pesquisa, para a educação e para as gestões empresarial e pública.

2. A trajetória e os desafios da universidade brasileira

A universidade brasileira, de existência tardia, teve origem embrionária nas Academias das Guardas Marinha e Militar e nos cursos profissionalizantes de medicina e cirurgia, de agricultura, de química, de pintura, de escultura e de arquitetura, no período colonial, e nas faculdades de direito, de medicina e de farmácia, no Império. A Escola Politécnica do Rio de Janeiro, fundada no início da República sob o influxo do positivismo, e as faculdades de Direito e de Medicina foram agregadas, no princípio da década de 1920, em torno da Universidade do Rio de Janeiro, mantendo, contudo, cada uma a sua autonomia didático-administrativa. A forma atomizada em que surgiram as instituições de ensino superior, geralmente resultantes das pressões políticas das oligarquias regionais ou de grupos de interesses localizados, e a criação de universidades mediante a reunião de faculdades, não favoreceram o surgimento de um plano racional de desenvolvimento

da educação superior. Não foram concebidas como instituições estratégicas de desenvolvimento nacional e de avanço social. Uma proposta de uma instituição de educação superior que tivesse uma missão claramente definida na sociedade brasileira só apareceu com a fundação da Universidade de São Paulo - USP, na década de 1930. Concebida para formar a elite paulista e brasileira e influenciada pelo espírito francês com um modelo organizacional que combinou a estrutura departamental com a de institutos, a USP propunha-se à formação de professores, ao desenvolvimento da pesquisa e à promoção de estudos avançados em todas as áreas do conhecimento.⁶ Mesmo assim, com seus modelos teóricos e organizacionais importados e, apesar dos avanços que promoveu no mundo da produção e da representação acadêmica, não conseguiu firmar-se como centro de referência nacional. Financiada pelo Estado de São Paulo, teve uma inserção social fortemente marcada pelas demandas do regionalismo brasileiro e cultivava uma certa relação matricial com as universidades européias.

Nas décadas de 1940 e de 1950 o processo da industrialização evocou a discussão sobre a necessidade de expandir e consolidar o ensino superior no país. Nasceram, no período, universidades a partir da reunião de escolas superiores, que mantinham vínculo institucional pela orientação religiosa [universidades católicas], ou pela chancela federal [universidades federais].⁷

A criação da Universidade de Brasília, em 1961, representou a materialização de uma política de educação superior brasileira, preocupada em integrar nos currículos dos cursos universitários os avanços da ciência e da tecnologia. A nova universidade, organizada a partir do departamento e composta de institutos e centros de ensino, buscava no modelo norte-americano e nos

⁶ MENDONÇA, Ana W.P.C. *Universidade e formação de professores*. Uma perspectiva integradora. Rio de Janeiro, 1993, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica.

⁷ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica*. O ensino superior na República Populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

conceitos da educação superior alemã, projetar as referências básicas para o desenvolvimento nacional. Afetada em sua concepção original pelas imposições do regime implantado em 1964, a UnB teve reduzidas as suas oportunidades de imaginação e o espaço para o cultivo da heterodoxia, mesmo assim, não perdeu o foco do horizonte nacional, embora seus raios de influência fossem tímidos.

O período da ditadura não facultou à universidade a possibilidade do diálogo permanente, com o seu entorno local e social, o que a desmobilizou para a implementação de processos de inovação e mobilização coletiva. O regime autoritário passou a conceber, no entanto, o ensino superior como instrumento de alavancagem do desenvolvimento econômico e da ordem social, na perspectiva da ideologia da segurança nacional.⁸ O modelo desenvolvimentista, implantado durante o regime militar, reclamava a implementação da formação técnico-profissional. Foi desencadeado um duplo esforço neste sentido: o da expansão de instituições de ensino superior para a formação de professores, e o da criação de um sistema de pós-graduação em todas as áreas do conhecimento. A pós-graduação compreendeu um nível de crescimento quantitativo e qualitativo satisfatório, cumprindo grandemente com a sua função estratégica de qualificar recursos humanos para a docência e para a pesquisa.

A expansão do ensino superior deu-se de forma desigual em termos regionais. A oferta de oportunidades continuou reduzida e centralizada nas grandes capitais, onde se localizavam as universidades federais e para onde eram canalizados os recursos públicos. No interior do país, as faculdades e as universidades estaduais, municipais,

concessionais e comunitárias criaram possibilidades de acesso da população menos privilegiada a elas, e começaram a exercer um papel relevante na educação e na formação de profissionais para a sociedade, o que teve repercussões sobre o desenvolvimento local. Emergiram de contextos sociais específicos, com os quais estiveram plenamente identificadas e nos quais assumiam a missão da transformação social, muitas vezes na resistência, a partir da elevação do nível da consciência crítica, da formação humana e profissional e da elaboração de referenciais científico-culturais para a sociedade. Arduamente estabeleceram espaços para a reflexão e criaram condições de realimentação inteligente para as comunidades locais. Cunha assegura que, *“a despeito dos constrangimentos sofridos durante a ditadura militar, no período de 1964/85, as instituições brasileiras de ensino superior beneficiaram-se de políticas modernizadoras e de financiamento generoso, resultado da aliança entre as elites militares e as elites acadêmicas”*.⁹ Neste período surgiram universidades públicas de alto nível e faculdades isoladas, que passaram a exercer uma função importante para o desenvolvimento regional.¹⁰

Apesar da inversão dos recursos públicos, a universidade brasileira ficou órfã das elites políticas e empresariais que, ao contrário do exemplo alemão e norte-americano, não apostaram na sua criação intelectual e científica, deixando de fomentar projetos acadêmicos que pudessem representar referências para programas de desenvolvimento local e nacional. Não houve uma efetiva vinculação da política de ensino superior com a de desenvolvimento científico e tecnológico. As elites, comprometidas com os interesses dos gestores do capital transnacional e alinhadas com a

⁸ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁹ CUNHA, Luiz Antônio. “Critérios de avaliação e credenciamento do ensino superior: Brasil e Argentina”. In: VELLOSO, Jacques (org.). *O ensino superior e o Mercosul*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998, p. 17-52.

¹⁰ No rol destas instituições podem ser referidas a UNESP, a UNICAMP, a UFSCAR, a UEL, a UEM, entre outras de caráter estatal, municipal ou comunitário.

cultura da dependência, encontravam na economia do conhecimento, produzido e aplicado nos grandes centros monopolistas do capital, a fonte de recorrência para o desenvolvimento de projetos nacionais e empresariais. A Universidade, a exemplo da sociedade brasileira, que teve que reclamar o seu espaço de cidadania, desencadeou uma luta para consolidar-se como *locus* privilegiado de reflexão, de produção e reelaboração científica e de difusão cultural. O sistema universitário desenvolvido no país, diga-se de poucas oportunidades, rígido e departamentalizado, atrelado a um plano político caracterizado pelo controle estatal, não deu conta das demandas sociais, inibiu a inteligência e a criação nacional e, tampouco, foi capaz de dar respostas aos desafios da modernidade. Foi preciso mais de uma década para que o Brasil despertasse para o quanto o horizonte da sociedade era ofuscado por ideologias pseudonaciona- listas, que promoveram a exclusão social e limitaram o exercício da cidadania.

Nas décadas de 1970 e 1980, houve um incremento significativo no capital científico e tecnológico, através da consolidação dos programas de pós-graduação, principalmente nas universidades federais e nas estaduais paulistas. Os regimes de trabalho e a infra-estrutura para a pesquisa atraíram os recursos humanos mais qualificados, o que se traduziu na alta concentração da produção científica do país nestas instituições. No período surgiram, também, muitas instituições universitárias, sobretudo de natureza estadual, municipal e privada, plantadas no interior do país. Resultantes das demandas políticas locais, ou da dinâmica das comunidades de buscarem um desenvolvimento autônomo, notadamente no Sul do Brasil, estas instituições representaram um

“A presença salesiana no Sul do Brasil remonta ao início do século XX. Os salesianos plantaram inicialmente as raízes de sua ação pastoral e educativa na cidade de Rio Grande, em 1901.”

fator de democratização da oferta de educação superior. Representaram um significado sem paralelo para o desenvolvimento sociocultural do interior do Brasil, embora não tivessem avançado significativamente na pesquisa, uma vez que careciam de recursos para o seu financiamento e para criação de uma infra-estrutura para o desenvolvimento científico e tecnológico. As universidades brasileiras não haviam promovido, até então, uma interação interinstitucional que possibilitasse a formação de grupos emergentes de pesquisa nas diferentes instituições, a partir de núcleos já consolidados, para potencializar as conquistas da ciência e os impactos da inovação tecnológica e estendê-los de forma mais abrangente para a sociedade. As instituições comunitárias, estaduais e municipais capacitaram-se para o ensino e para a extensão universitária, construindo diagnósticos da realidade social mais próxima, sem que estivessem plenamen-

te habilitadas a dar respostas científicas aos desafios postos à sociedade. Por esta razão, segmentos significativos da sociedade passaram a desacreditar a universidade, visto que a sua missão nem sempre conseguia responder pela liderança intelectual. Mesmo assim, a grande demanda social continuou convergindo em torno do ensino, em busca de habilitação para o mercado de trabalho.

Na última década de 1900, as políticas governamentais passaram a ser orientadas pelas recomendações do Banco Mundial, que indicavam para a melhoria da relação custo/efetividade das instituições públicas e para a redução dos gastos com o ensino superior. O controle das universidades teria que passar da órbita do Estado para a do mercado.¹¹ As recomendações do Banco Mundial confrontaram-se, no entanto,

¹¹ CUNHA, Luiz Antônio. “Critérios de avaliação e credenciamento do ensino superior: Brasil e Argentina”. In: VELLOSO, Jacques (org.). *O ensino superior e o Mercosul*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998, p. 23.

com a legislação vigente no país, de modo especial com os dispositivos constitucionais, que não permitiam a desregulamentação das instituições públicas. A agenda das autoridades brasileiras ficou prejudicada diante da legitimidade dos princípios consagrados pela Constituição de 1988. Sentiram-se politicamente inibidas diante da resistência social a qualquer ato que apontasse o horizonte da privatização do ensino superior. A universidade passou a viver um momento delicado: ou ela se protegia com a fundamentação da qualidade, ou ela corria o risco de sérias dificuldades.

A necessidade de tirar a nação do atraso cultural, científico e tecnológico, no contexto da economia do conhecimento, implicava na criação de oportunidades que permitissem à sociedade o acesso aos bens culturais e aos avanços científicos e tecnológicos. Sobre a universidade, enquanto *locus* de cultivo da universalidade do saber, de discernimento dos valores pertinentes para o seu tempo e de construção dos referenciais para a sociedade, recaiu o desafio de responder aos impactos provocados pelos processos de integração dos mercados e da mundialização das relações sociais.¹² A ideologia da globalização impôs, para a sociedade do conhecimento, novo referencial para o exercício da cidadania. O nível mínimo de formação passou a exigir dos indivíduos uma efetiva capacidade de aprendizagem ao longo de toda a vida.¹³ O papel da universidade na economia do conhecimento centrou-se na promoção de capacidades, através do processo formal de aprendizagem pela educação, e na produção de novas idéias e de novos conhecimentos, através da

pesquisa. A formação para a aprendizagem constitui o novo desafio posto pela sociedade do conhecimento aos seus cidadãos, e o nível mínimo exigido para tal é a educação superior.

3. A experiência salesiana no sul do Brasil

A presença salesiana no Sul do Brasil remonta ao início do século XX. Os salesianos plantaram inicialmente as raízes de sua ação pastoral e educativa na cidade de Rio Grande, em 1901. A urbanização e a secularização das relações sociais representaram desafios importantes para a afirmação do carisma salesiano no campo da educação e da evangelização. Os jesuítas já haviam tido problemas em Rio Grande com o Colégio "Stela Maris", em função da forte ação da União Operária, que atacou e destruiu seus prédios, inviabilizando a sua manutenção como centro irradiador de ações educativas e evangelizadoras. O desafio posto aos salesianos para o trato do urbano, do socialmente não constituído, do instável em termos de referência, constituiu um marco inovador no universo da ação político-pedagógica e da representação eclesial brasileira, historicamente marcada pelo cultivo dos valores permanentes referenciados a partir da representação rural de sociedade. Este desafio se revestiu de significado especial quando apreendido em um ambiente anticlerical como o de Bagé, ou num universo eclético como o de Porto Alegre. Distinta da Igreja de Imigração,¹⁴ que esteve fundamentalmente voltada para as comunidades formadas a partir da imigração, os salesianos centraram a sua atuação na pastoral juvenil e na assistência aos mais necessitados, materializando o

¹² BATISTA, Paulo Nogueira. "A nova ordem mundial, os novos paradigmas de desenvolvimento: globalização, qualidade total, flexibilidade e sociedade do conhecimento". In: *Fórum da Abruem - a missão da Universidade na perspectiva do terceiro milênio*. Cascavel: Edunioeste, 1997, p 34-45.

¹³ CONCEIÇÃO, Pedro e outros. *Novas idéias para a universidade*. Lisboa: IST Press, 1998, p. 153 e seguintes.

¹⁴ SCHALLENBERGER, Erneldo. *O associativismo cristão no sul do Brasil - a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniãos Colônias para a organização social e para o desenvolvimento sul-brasileiro*. PUC - RS, 2001 (Tese), 593 p.

seu espaço educativo e seu campo religioso em torno dos colégios e dos orfanatos.

Se o ambiente para o estabelecimento de ordens e congregações era propício no Rio Grande do Sul, principalmente em decorrência do trabalho de vanguarda dos jesuítas e do bom relacionamento entre a hierarquia eclesiástica e o poder constituído no Estado, o mesmo não se pode dizer de Santa Catarina e do Paraná. As relações entre o governo republicano e Roma sofreram novas arestas com a criação da Província Eclesiástica do Rio de Janeiro, que teve como dioceses integradas as de São Paulo, de Niterói e de Curitiba. Vale dizer

que Santa Catarina integrava a diocese de Curitiba. Com a criação da Arquidiocese do Rio de Janeiro, a nomeação do primeiro arcebispo teve um invólucro político. D. José Pereira da Silva Barros, que era bispo da Diocese do Rio de Janeiro desde 1891, homem de intensa relação política na novel República, fora preterido pelo Papa Leão XIII em favor do então bispo

de Olinda, para ocupar o posto. Este episódio valeu-lhe a solidariedade do Presidente da República e lideranças políticas de expressão nacional tornaram-se hostis à hierarquia eclesiástica.¹⁵ Em vista desta situação gerada, a presença das ordens e congregações foi tardia em Santa Catarina e no Paraná, efetivando-se tão somente a partir do século XIX. A Igreja da Imigração havia fixado raízes com os jesuítas e com os franciscanos nos núcleos de colonização alemã. No universo dos núcleos coloniais oriundos da colonização italiana, a presença evangelizadora, com uma ação pastoral organizada, era praticamente inexistente.

O apelo do governo italiano para que os salesianos fossem cuidar da espiritualidade dos italianos em Santa Catarina, até então

entregues aos franciscanos alemães, e o incondicional apoio do bispo de Florianópolis, D. Joaquim Domingues, ex-aluno da congregação salesiana, demoveram resistências e fizeram com que a congregação assumisse o seu novo campo pastoral, iniciando com a paróquia de Ascurra, fundada em 1916, uma obra que se ramificaria por todo o universo da colonização. Com esta decisão inicial, foram desenvolvendo a assistência religiosa, assumiram paróquias - não sem resistências e conflitos -, fundaram colégios e desenvolveram a educação dos jovens e o ensino profissional. A obra de Dom Bosco em Santa Catarina teve no trabalho vocacional uma grande resposta, o que se traduziu na presença significativa de religiosos oriundos daquele estado no conjunto da obra salesiana no Brasil.

No Paraná, o desdobramento do trabalho em Ponta Grossa, Curitiba e Guarapuava declinou-se fundamentalmente em torno da assistência religiosa e social aos bairros de periferia,

acolhendo os jovens, principalmente os mais necessitados, para a sua formação integral, e estendendo a ação pastoral ao menor carente. O espaço urbano, a exemplo do trabalho desencadeado no Rio Grande do Sul, constituiu-se no campo pastoral privilegiado.

Na medida em que o marco operativo foi criando forma, os salesianos passaram a ser bem quistos e requisitados pelas mais diferentes sociedades locais. A ampla experiência desenvolvida em Santa Catarina junto às comunidades de imigração deu-lhes ânimo e energia para aceitarem os apelos das lideranças comunitárias de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, onde a sua missão se declinava em torno da assistência e da educação dos meninos católicos e do propósito de fundar um seminário para a formação de

“O espaço universitário será o locus privilegiado para desencadear ações educativas e pastorais que beneficiem os jovens e os mais necessitados.”

¹⁵ CABRAL, Osvaldo R. “Subsídios para a história eclesiástica de Santa Catarina”. *Revista de História*, n. 72, v. XXXV, 1967, p. 417-462.

aspirantes para o sacerdócio. Lá se instalaram no final de década de 1950.

A exemplo de outras regiões, mas com uma intensa transformação das condições sócio-econômicas, a demanda educacional na região de Santa Rosa fez convergir em torno do Instituto Educacional Dom Bosco um crescente número de estudantes. Novos cursos fizeram-se necessários. Com apenas dez anos de existência, em 1969, o Instituto Educacional Dom Bosco instalou o curso científico e enveredou para o ensino superior com a abertura de uma extensão da Universidade Federal de Santa Maria. Em 1973, obteve a sua autonomia didática, quando da constituição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco. Em 1978, criou a Faculdade Salesiana de Educação Física. A obra salesiana de Santa Rosa constitui-se numa experiência importante para o processo de desenvolvimento regional, uma vez que despertou a inteligência local, diagnosticou a realidade circundante e articulou os sujeitos sociais em torno de projetos que buscavam incrementar o avanço sociocultural da região.

Profissionais da educação, lideranças sociais e políticas tiveram nas Faculdades Dom Bosco um centro de referência para construir redes de formação e de informação que, em essência, significaram a interação dos sujeitos sociais e simbolizaram um certo poder local promotor da mudança social. Assim, com o marco operativo alicerçado no carisma salesiano e no sistema preventivo, as faculdades não só contribuíram com a elevação do nível educacional e cultural da sociedade, mas representaram um fator cultural que fomentou ações político-pedagógicas que transcenderam as fronteiras regionais e animaram as obras salesianas do sul do Brasil.

Persistente nas dificuldades, resistente ao arbítrio, crítica e criativa diante da realidade, a comunidade educativa do Instituto Educacional e das Faculdades Dom

Bosco manteve-se fiel à sua missão, definida em torno da formação integral do homem, capacitando-o para o exercício criativo de sua profissão e para a postura crítica na sociedade, buscando o seu desenvolvimento através de uma participação solidária.¹⁶ Em base a estes referenciais, a obra salesiana de Santa Rosa tornou-se um espaço privilegiado de reflexão, de produção intelectual, de difusão e de evangelização da cultura. O ensino superior representou para as obras educacionais da Inspeção um elemento substancial de animação e um fator de qualificação permanente. A ação educativa das Faculdades Dom Bosco, além da produção da inteligência regional e da educação continuada, materializou-se num conjunto de cursos de graduação e de pós-graduação, hoje integradas à Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul – UNIJUI. A partir dos anos de 1990, sofreu um processo de despersonalização, que ora se apresenta como um desafio para a retomada da Educação Superior na Inspeção São Pio X.

A Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre nasceu do entendimento dos salesianos do Sul do Brasil de que a formação integral dos jovens e a educação continuada dos segmentos sociais menos favorecidos dependem de um centro vitalizador das atividades pastorais e educativas que gere, reelabore e dê sentido cristão ao conhecimento. Como bem cultural e instrumento de produção da vida e da cultura, o conhecimento, ao invés de ser um fator de discriminação, poderá ser um elemento de aproximação dos homens entre si, para uma convivência harmoniosa com a natureza e uma realização plena em Deus. Neste sentido, conhecimento e fé não se excluem. O espaço universitário será, de forma crescente, o *locus* privilegiado para desencadear ações educativas e pastorais que beneficiem os jovens e os mais necessitados. É o espaço apropriado para

¹⁶ Instituto Educacional Dom Bosco. *Plano Trienal Educativo*. Santa Rosa, 1988-1990.

a construção da sociabilidade, da formação integral e do exercício da cidadania. O carisma salesiano encontra aí terreno fértil. É neste universo que se torna possível participar com amor no crescimento das pessoas e na construção do seu futuro através da educação e da evangelização da cultura.¹⁷

Diante deste quadro e apoiada na rede de Instituições Universitárias Salesianas – IUS –, espalhadas pelo mundo, a Inspetoria Salesiana São Pio X decidiu implantar a Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre, que teve seus primeiros cursos autorizados pelo MEC no final do ano de 2002.

A afirmação do propósito de constituir uma Instituição Salesiana de Ensino Superior firma-se na missão de agregar ao seu papel pedagógico o compromisso de formar cidadãos críticos e criativos, comprometidos com a vida e com os valores humanos e cristãos, que conduzam para uma sociedade justa e solidária, que busque nas conquistas da ciência e no aprimoramento cultural a dignificação de todos os homens. Uma faculdade que possa acolher os jovens e os adultos que buscam uma formação continuada, para que na convivência com os salesianos e mestres qualificados e virtuosos, possam construir coletivamente, na vida em academia, os valores que sedimentem a convivência fraterna e familiar, promovam um caminho de formação comum que tenha na pluralidade e na corresponsabilidade as suas referências básicas. O “estar juntos” em momentos qualificados enriquece a mente e o coração e motiva ações transformadoras em termos sociais e culturais. *“Estar com Dom Bosco significa estar com os jovens e oferecer o que somos: coração, mente, vontade; amizade, profissionalidade e presença; simpatia, serviço e dom de si.”*¹⁸

A educação superior que a Faculdade

Dom Bosco de Porto Alegre projeta orienta-se no sentido de equacionar conhecimento e humanização, conhecimento e evangelização, conhecimento e produção cultural, conhecimento e desenvolvimento econômico e conhecimento e justiça social. Por outro lado, insere-se no Programa Comum construído pela Congregação para as Instituições Universitárias Salesianas – IUS – que é um referencial de identidade destas instituições espalhadas pelos mais diferentes continentes. O aval da Congregação para o seu Plano de Desenvolvimento Institucional reforça a missão que se sustenta na visão de que a educação superior desenvolvida pela Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre é portadora de valores, de conteúdos referenciais e de práticas que contribuem para a auto-realização das pessoas, tornando-se um elemento facilitador da interação dos homens entre si e destes com o mundo. Neste horizonte, a Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre orienta-se à luz da visão de ser um centro de referência no desenvolvimento de ações continuadas e permanentes de promoção da educação a partir da ótica da solidariedade, da criatividade, da inovação e do comprometimento com a vida. Decorre daí a missão de: *fomentar, construir e disseminar o conhecimento e os valores da vida, contribuindo para a formação integral da pessoa humana, capacitando-a para o exercício profissional e da cidadania, e incentivando o aprendizado contínuo e atuação solidária na sociedade.*¹⁹

4. Políticas educacionais, demandas sociais e a missão da universidade

Os limites do Estado Brasileiro de ampliar as condições de oferta e de incrementar o financiamento público da educação superior e da pesquisa situaram a universidade brasileira diante de um paradoxo: a necessidade de uma

¹⁷ PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2002-2007. Porto Alegre: Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre, doc. 03

¹⁸ ROMA. Capítulo Geral 24 - Ação conjunta: salesianos leigos na missão de Dom Bosco. São Paulo: Salesiana, 1996, p. 121.

¹⁹ PDI – Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre.

flexibilização, para permitir uma maior expansão de vagas e a necessidade de um controle entre as exigências cada vez maiores da sociedade e a política de ensino superior, que se projetava a partir de visões imediatistas e utilitaristas.²⁰ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – n. 9.394, de 23/12/1996), em sua concepção original, procurou a resposta a este paradoxo ao apontar para um sistema universitário desburocratizado, marcado pelo maior número de iniciativas possíveis, mas acompanhado em sua relevância social, em sua eficiência organizacional e gerencial e, sobretudo, em sua capacidade de oferecer um ensino de qualidade e uma formação adequada às exigências do nosso tempo. A responsabilidade social das instituições passou a ser definida a partir da sua forma de inserção social, que decorre dos fins que desenvolvem junto à comunidade. Os fins propostos definem a natureza institucional, enquanto a sua autonomia e o seu credenciamento e/ou descredenciamento ficam vinculados aos processos avaliativos. Com a hierarquização das instituições, antes de se procurar consagrar um sistema universitário, buscou-se dar uma resposta imediata aos níveis diferenciados de oferta existentes e à eminente necessidade de expansão de vagas para o ensino superior.

O Estado, enquanto gestor da política universitária, trata a educação superior como bem público, e como tal, assume a prerrogativa de zelar por ele. Por esta apreensão, justifica o seu controle e a sua intervenção, o que, em muitas circunstâncias, fere o princípio elementar da autonomia universitária. Autonomia e universidade são conceitos que se bastam. Sem autonomia, a universidade torna-se impossível.

Ao conceber a educação superior como

bem público, o Estado chama a si a responsabilidade do acesso igual de todos os cidadãos à universidade. Limitado em suas possibilidades de expansão da oferta e incapacitado de sustentar o financiamento das universidades públicas, delega a instituições de natureza privada esta missão.²¹ Uma missão que, nestas circunstâncias, antes de considerar a educação superior como bem público, a situa como um projeto nacional de inserção da sociedade brasileira na economia e na sociedade do conhecimento. A universidade emerge, a partir desta apreensão, como espelho e como motor da sociedade. Inserida numa sociedade concreta, ela deve possibilitar uma visão plural e dar às comunidades interna e externa a perspectiva de que seus membros são cidadãos do mundo.²² O ser cidadão do mundo não implica, de forma alguma, na renúncia da identidade nacional. Para construir esta nova cidadania, a universidade deve assumir uma nova postura: a de inserir-se num “ambiente de mediação”, constituindo redes de conhecimento e “vasos comunicantes”, para estabelecer a transversalidade do conhecimento para todos os setores da sociedade e da economia.²³ Antecipar o sentido da mudança num ambiente de turbulência e de complexidade, apostar em novos protagonistas num quadro de inércia, discernir o essencial diante da crise de valores, perseguir novas alternativas frente às reduzidas oportunidades e perseguir a promoção social no contexto individualizado, são desafios que “*devem ultrapassar a retórica fácil de afirmar que o conhecimento é um fator de desenvolvimento, para se tornar uma práxis tangível pelo cidadão anônimo*”.²⁴

²⁰ ZAINKO, Maria Amália Sabbag. “O projeto institucional da universidade das idéias e a qualidade do ensino: a questão do professor”. *Estudos*. Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Ano 15, n. 18, p.69-78, 1997.

²¹ Pela apreensão da experiência universitária portuguesa, o financiamento público da pesquisa nas universidades aumenta os resultados públicos da produção científica que se encontra socialmente disponível. CONCEIÇÃO, Pedro e outros. *Novas idéias para a universidade*. Lisboa: IST Press, 1998, p. 155.

²² RODRIGUES, Eduardo Raul Lopes. “Universidade – espelho e motor da sociedade” In: CONCEIÇÃO, Pedro e outros. *Novas idéias para a universidade*. Lisboa: IST Press, 1998, p. 60-66.

²³ Idem, p. 66.

²⁴ Idem, p. 66 e 67.

Na sua interação com a sociedade, a universidade não está eximida da construção do seu modelo. Um modelo que terá que se fundamentar nos princípios da democracia, da autonomia e da criação deverá ser o suficientemente flexível para organizar grupos de estudos, programas de pesquisa e de pós-graduação, organizados em torno de núcleos do saber, que promovam um conhecimento articulado interdisciplinar e multidisciplinar. As especificidades sociais e regionais requerem que as políticas educacionais favoreçam a diversidade das instituições universitárias, isto é, permitam a diversificação do modelo das universidades.

A busca da excelência representa a condição básica para a universidade assumir a sua função de liderança intelectual na sociedade. A missão nasce do contexto de liderança intelectual, que se caracteriza pela capacidade de imaginar o futuro do mundo, de definir o papel do conhecimento frente às prioridades que devem ser perseguidas e de organizar o saber no presente para que ele possa evoluir em sintonia com o futuro almejado.²⁵ A partir desta condição, a universidade poderá criar a sua marca. Marca que resulta da sua missão na sociedade, isto é, da especificidade de suas respostas às demandas e às necessidades da comunidade a que se propõe atender. A marca estampase nos produtos derivados das atividades-fins da universidade e representa um conjunto simbólico identificado, no qual a sociedade busca referências para a sua continuidade e para o seu desenvolvimento. A construção da marca requer uma visão clara de universidade a partir de uma inserção social concreta, uma missão definida e possível de ser identificada, e políticas e programas coerentes com a missão, capazes de contribuir de uma forma pró-ativa na capacitação dos sujeitos sociais para a aprendizagem continuada e para o desenvolvimento de conhecimentos. Pensada assim, a universidade poderá fazer a conversão social do capital científico e

cultural, buscando, a partir do mundo imaginado, construir sínteses cientificamente consistentes que sirvam de matriz para a transformação/construção social.

5. Referências Bibliográficas

BATISTA, Paulo Nogueira. "A nova ordem mundial, os novos paradigmas de desenvolvimento: globalização, qualidade total, flexibilidade e sociedade do conhecimento". In: Fórum da Abruem - a missão da Universidade na perspectiva do terceiro milênio. Cascavel: EDUNIOESTE, 1997, p 34-45.

BUARQUE, Cristóvão. *A aventura da Universidade*. São Paulo: UNESP, 1994.

CABRAL, Osvaldo R. *Subsídios para a história eclesiástica de Santa Catarina*. Revista de História, n. 72, v. XXXV, 1967, p. 417-462.

CONCEIÇÃO, Pedro e outros. *Novas idéias para a universidade*. Lisboa: IST Press, 1998.

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. *Melhoria e responsabilização: navegando entre Cila e Caríbdis*. Manual de avaliação externa da qualidade no ensino superior. Brasília, 1996. (Estudos e Debates, 18).

CUNHA, Luiz Antônio. *Crêterios de avaliação e credenciamento do ensino superior: Brasil e Argentina*. In: VELLOSO, Jacques (org.). *O ensino superior e o Mercosul*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998, p. 17-52.

_____. *A universidade crítica*. O ensino superior na República Populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

IEDB - Instituto Educacional Dom Bosco. *Plano Trienal Educativo*. Santa Rosa, 1988-1990.

MENDONÇA, Ana W.P.C. *Universidade e formação de professores. Uma perspectiva integradora*. Rio de Janeiro, 1993 (Tese de Doutorado), Pontifícia Universidade Católica.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A cultura ocultada*. Londrina: UEL, 1999.

²⁵ BUARQUE, Cristóvão. *A aventura da Universidade*. São Paulo: UNESP, 1994, p. 162.

PDI - *Plano de Desenvolvimento Institucional - 2002-2007*. Porto Alegre: Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre, doc. 03.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

RODRIGUES, Eduardo Raul Lopes. *Universidade – espelho e motor da sociedade*. In: CONCEIÇÃO, Pedro e outros. *Novas idéias para a universidade*. Lisboa: IST Press, 1998.

ROMA. Capítulo Geral 24 - *Ação conjunta: salesianos leigos na missão de Dom Bosco*. São Paulo: Salesiana, 1996.

SCHALLENBERGER, Ernelo. *O associativismo cristão no sul do Brasil – a*

contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Colônias para a organização social e para o desenvolvimento sul-brasileiro. PUC - RS, 2001 (Tese), 593 p.

YASBECK, Dalva Carolina de Menezes. *A universidade moderna em diferentes contextos nacionais*. Educação Brasileira. Brasília, v. 21, n. 43, p. 171-179, jul./dez. 1999.

ZAINKO, Maria Amália Sabbag. *O projeto institucional da universidade das idéias e a qualidade do ensino: a questão do professor*. Estudos. Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Ano 15, n. 18, p.69-78, 1997.

3. A Inspetoria Salesiana de Porto Alegre e o Ensino Universitário

José Valmor César Teixeira

Inspetor Salesiano de Porto Alegre e Presidente da Mantenedora da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre

Resumo: A Igreja Católica, por meio de vários documentos, ressalta a importância da colaboração da Igreja com a Sociedade no campo da produção da cultura, especialmente no campo dos estudos universitários. Assim, à luz destas urgências e pela inspiração de Dom Bosco, a Inspetoria Salesiana São Pio X decide implementar a Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre, cujas principais motivações são formação integral dos jovens e a educação continuada dos segmentos sociais menos favorecidos, espaço este apropriado para a construção da sociabilidade, da formação integral e do exercício da cidadania.

Palavras-chave: Igreja Católica, formação integral, educação continuada.

1. Introdução

A Inspetoria Salesiana São Pio X de Porto Alegre, mantenedora da Faculdade Dom Bosco, foi fundada em 1958, inicialmente com sede na cidade de Rio do Sul, SC, e desde 1963, presente na capital do Rio Grande do Sul.

Os Salesianos de Dom Bosco chegaram ao sul do Brasil com a missão de realizar o que já vinham fazendo em outras partes do mundo. Especialmente atuar no campo educativo, com colégios e liceus, com escolas profissionalizantes, com escolas agrícolas, com orfanatos e internatos, e com forte presença evangelizadora nas paróquias e missões entre os imigrantes.

Desde o ano de 1901, os Salesianos de Dom Bosco se fazem presentes no Sul do Brasil. O primeiro núcleo teve seu início na cidade portuária de Rio Grande, por Salesianos vindos do Uruguai, que em 1904 abriram um colégio em Bagé. O

Abstract: The Catholic Church emphasizes how important is the contribution of Church to society in terms of cultural production, specially related to university degree learning. Then, from this urgent demands and from inspiration in Don Bosco, the Inspector of the Salesian Saint Pius X decides to create the Don Bosco College from Porto Alegre. Its main purposes are integral formation of the youth and continued education for less economic favored social segments, building an suitable environment for sociability, integral formation and citizenship.

Keywords: Catholic Church, integral formation, continued education.

segundo núcleo teve início no estado de Santa Catarina, a pedido do Episcopado local e do governo do Estado para o atendimento aos imigrantes europeus. Foram abertas presenças de evangelização e educação entre os italianos, alemães e poloneses. Este atendimento se estendeu, também, aos nativos da terra. O terceiro núcleo da presença salesiana no sul do Brasil se organiza a partir da presença dos Salesianos em Porto Alegre, inicialmente com o atendimento educativo a meninos pobres, alargando-se, depois, para várias áreas da educação, assistência e evangelização, formando uma rede de presenças.

A partir da metade do século XX, nos anos próximos à criação da Visitadoria, por vontade expressa e tomada de posição político-administrativa de vários salesianos, abriu-se e afirmou-se o quarto núcleo de

fundações com novas presenças, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, e particularmente no estado do Paraná.

Assim, a tradição salesiana de educar, evangelizar e promover foi se espalhando, com a presença significativa de casas e obras nos três estados sulinos. O presente artigo tem por objetivo apresentar a trajetória histórica dos salesianos no sul do Brasil, sua presença e missão na Educação Superior e a sua articulação com as Instituições Universitárias Salesianas – IUS – para a construção e a consecução do projeto universitário inspetorial.

2. Missão Salesiana e a Educação Superior

A Inspeção Salesiana de Porto Alegre congrega, hoje, um conjunto de obras, projetos sociais e frentes de trabalho educativo-pastorais, ligados à educação, à promoção e à evangelização dos jovens, com um grande quadro de colaboradores leigos, profissionais de várias áreas da ação educativa e evangelizadora e com uma grande presença de crianças, adolescentes, jovens e adultos participando das diversas ações institucionais.

A Educação Escolar e Profissional foi, desde o início, a preocupação central do fundador da Família Salesiana: São João Bosco. Este especialmente pensou, a partir da própria experiência educativa, na educação dos jovens, e entre estes, dos mais necessitados. Dom Bosco nasceu no início do século XIX, nos arredores de Turim, capital do Reino do Piemonte, que, como todo o norte da península itálica, viveu a novidade da revolução industrial, trazendo forte incidência sobre a migração das populações campesinas. Entre estes migrantes, milhares de jovens, com suas famílias ou sem elas, foram à procura de trabalho e de uma oportunidade de vida. Muitos foram os problemas sociais que começaram a pesar sobre a grande cidade de Turim. Dom Bosco passou a se dedicar totalmente à educação dessas levas de jovens migrantes e dos abandonados à própria sorte. Formar “bons cristãos e

honestos cidadãos” é o seu lema e sua preocupação do dia-a-dia.

Iniciou uma experiência de acolhida, de educação e de evangelização dos jovens, com a colaboração de adultos amigos, homens e mulheres altruístas. Esta obra passou para o registro da história como o “Oratório de Valdocco” (um bairro de Turim). Tal experiência esteve marcada por alguns elementos fortes: o clima de família, a preventividade educativa, a presença de educadores significativos, o protagonismo e o empreendedorismo juvenil, forte presença do ensino profissional e da educação formal, ambiente saudável e aberto à expansão e criatividade, proposta evangelizadora e um clima positivo e dinâmico de inter-relações.

Com o passar dos anos, Dom Bosco sentiu a necessidade de encaminhar os jovens, que tinham decidido ficar com ele na condução de sua nascente obra, para os necessários estudos universitários. Assim é que, desde o início da obra educativa salesiana, os primeiros educadores, com Dom Bosco, começaram a frequentar os cursos universitários, especialmente nos campos da Filosofia, Teologia e Pedagogia. Pode perceber-se, então, que desde os albores da presença dos primeiros salesianos, que depois se espalharam por todo o mundo, a realidade dos estudos universitários ocupou lugar de destaque na formação dos quadros da Congregação. Essa orientação e preocupação serão levadas adiante pelos educadores salesianos na tarefa de educar a juventude.

Assim, no Brasil, desde a década de cinquenta do século XX, e especialmente a partir dos anos setenta, vamos encontrar os Salesianos de Dom Bosco, dedicados à criação de Faculdades e, posteriormente, de Centros Universitários e Universidades.

No início da década de setenta, como fruto de uma prática educativa consolidada, os Salesianos de Dom Bosco do sul do Brasil iniciaram, em Santa Rosa, RS, a sua presença no Ensino Superior, com a implementação das Faculdades de

Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco e da Salesiana de Educação Física. Este complexo de cursos universitários e de outras atividades ligadas ao ensino superior foi animado pelo Instituto Educacional Dom Bosco. Foram centenas os alunos formados nos diversos cursos e, hoje, encontram-se espalhados por todo o território nacional. A partir da década de noventa, as Faculdades e seus cursos foram absorvidos, por conta de um convênio, por outra Instituição de Ensino Superior. É bom salientar, também, que várias Universidades, hoje presentes na realidade do sul do Brasil, iniciaram suas atividades ocupando espaços de colégios salesianos.

A Igreja Católica, por meio de vários documentos, especialmente na Assembléia dos Bispos Americanos em Santo Domingo, ressalta a importância da colaboração da Igreja com a Sociedade no campo da produção da cultura, especialmente no campo dos estudos universitários.

À luz destas urgências e a partir de sua própria experiência, a Inspetoria Salesiana decidiu implementar a Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre. Os estudos para tal empreendimento começaram em meados dos anos noventa. Foi constituído um Grupo de Trabalho (GT-Universidade), formado por salesianos e leigos, para estudar o assunto. Este grupo contou com a colaboração de especialistas em assuntos universitários e ajudou na fundação da Faculdade Dom Bosco.

Nas motivações escritas ao Superior Geral da Congregação, em Roma, como definidoras da presença da Inspetoria de Porto Alegre no campo dos estudos universitários e na condução de Instituições de Ensino Superior, o documento assim se expressa:

“Os Salesianos do sul do Brasil entendem que, cada vez mais, a formação integral dos jovens e a educação continuada dos segmentos sociais menos favorecidos dependem de um centro vitalizador das atividades pastorais e

educativas, que gere, reelabore e dê sentido cristão ao conhecimento. Como bem cultural e instrumento de produção da vida e da cultura, o conhecimento, ao invés de ser um fator de discriminação, poderá ser um elemento de aproximação das pessoas e uma realização plena em Deus. Neste sentido, conhecimento e fé não se excluem. O espaço universitário será, de forma crescente, o locus privilegiado para desencadear ações educativas e pastorais que beneficiem os jovens e os mais necessitados. É o espaço apropriado para a construção da sociabilidade, da formação integral e do exercício da cidadania. O carisma salesiano encontra aí terreno fértil. É neste universo que se torna possível participar com amor no crescimento das pessoas e na construção do seu futuro, através da educação e da evangelização da cultura. Lugar de recorrência para a formação continuada, espaço de produção do conhecimento e de difusão da cultura, a universidade representa o veículo da pós-modernidade e configura terreno fértil para a cristianização do saber e para a evangelização da cultura. A universidade, nestes termos, tem um enorme papel civilizador a exercer.

O culto aos valores cristãos e humanos é o caminho certo para isto”. (JUSTIFICATIVA para implantação da educação superior na província salesiana São Pio X de Porto Alegre, p. 12).

3. As Instituições Universitárias Salesianas – IUS

A presença salesiana na implementação, direção e gestão no contexto universitário suscita a necessidade, por parte do governo da Congregação, de uma orientação específica, para tal campo de atividade.

Assim, a Congregação elaborou um importante documento para nortear a Educação Superior no mundo, exarado pelo P. Juan Edmundo Vecchi, Superior Geral, no ano de 1998. No documento denominado “Um serviço às Instituições

“As IUS são instituições de ensino superior, de inspiração cristã, caráter católico e índole salesiana.”

Universitárias Salesianas”, o Reitor-Mor chama para a importância da presença da Congregação Salesiana neste contexto:

“... chamo a atenção para um campo específico de nossa missão, que tem um relevo particular na formação das pessoas e na elaboração e difusão de cultura: as instituições universitárias salesianas, que estão crescendo em número e em qualidade. A Igreja também olha com esperança para este campo no contexto da nova evangelização, pelo influxo que estas instituições podem ter na formação de um projeto cultural, inspirado no Evangelho, capaz de criar relações novas na sociedade e no mundo e iluminar as pessoas na busca da verdade e do sentido da vida... Esse serviço, alinhado ao grande esforço de qualificação cultural, pedido hoje à Congregação, coloca-se como sinal de um trabalho peculiar nessa área de influência especial para a nossa missão. Ele propõe-se a buscar as condições gerais comuns – no respeito das normativas de cada Estado – que garantam, tanto em cada instituição como no seu conjunto, ‘uma presença salesiana significativa em nível científico, educativo e pastoral’ entre os centros que produzem e promovem cultura na sociedade”. (Atos do Conselho Geral, N. 361, outubro-dezembro de 1997, p. 90-91).

A partir destas orientações, iniciou-se o processo de organização em rede, em termos mundiais, das mais de 40 Instituições Universitárias Salesianas hoje presentes nos diversos continentes. Foram construídos, de forma cooperativa, alguns documentos básicos, que orientam a presença dos Salesianos na direção e animação das IUS. Entre estes podemos citar: *“Políticas para a presença salesiana na educação superior”* e *“Identidade das Instituições Salesianas de Educação Superior (IUS)”*. Esses documentos são os mapas de navegação da presença salesiana no Ensino Universitário e balizam as decisões políticas na condução dos processos administrativos e de gestão das IUS. Eles vão definindo a presença salesiana no Ensino Superior:

As IUS são instituições de ensino superior, de inspiração cristã, caráter católico e índole salesiana. Elas apresentam modalidades tanto do ponto de vista do relacionamento com a Igreja e com a Congregação Salesiana, quanto do ponto de vista dos graus acadêmicos que conferem e das situações locais em que são inseridas. Os valores do espírito e da pedagogia salesiana, nascidos do Sistema Preventivo vivido por Dom Bosco no Oratório de Valdocco, enriquecem a natureza, a atividade e o estilo de ser universitários das IUS (Identidade das IUS).

Existe uma clara orientação para que as IUS se tornem centros animadores da presença salesiana no mundo da cultura e busquem construir uma experiência de valor educativo diferenciado para todos os que delas participam. Neste sentido, o documento que trata da Identidade das Instituições Universitárias Salesianas apresenta as linhas mestras da presença salesiana neste meio.

Inspiração cristã e caráter católico.

A Inspiração cristã das IUS supõe uma visão de mundo e da pessoa humana enraizada em sintonia com o Evangelho de Jesus e uma comunidade acadêmica que partilha e promove tal visão. Por seu caráter católico, as IUS manifestam ter nascido do coração da Igreja e confessam sentir-se no coração da Igreja por meio de um vínculo positivo e leal com ela como expressão de comunhão com a comunidade e com os seus pastores, na sua manifestação universal e local, segundo as modalidades expressas pelos próprios estatutos. O caráter católico representa, também, um compromisso institucional da Congregação Salesiana a serviço da sociedade e da própria Igreja, no âmbito universitário.

Índole salesiana. Os valores do espírito e da pedagogia salesiana, nascidos do Sistema Preventivo vivido por Dom Bosco no Oratório de Valdocco (cf. Constituições da Sociedade de São Francisco de Sales, n. 40), enriquecem a natureza, a atividade e o estilo de ser universitários das IUS. Isso comporta:

- a) uma opção prioritária pelos jovens,

especialmente das classes populares;

b) uma relação integral entre cultura, ciência, técnica, educação e evangelização, profissionalismo e integridade de vida (razão e religião, bons cristãos e honestos cidadãos);

c) uma experiência comunitária baseada na presença, com espírito de família, dos docentes e o pessoal de gestão entre e para os estudantes;

d) um estilo acadêmico e educativo de relacionamentos, baseado num amor manifestado aos alunos e por eles percebido (amorevolezza).

Elementos de identidade das IUS. A Congregação Salesiana, consciente e respeitosa da natureza específica da universidade e das suas exigências, faz-se presente nela, também, para acompanhar os jovens no momento mais decisivo de seu processo de amadurecimento, oferecendo-lhes a contribuição do seu patrimônio educativo e carismático. As IUS, por isso, caracterizam-se pela sua opção em favor dos jovens das classes populares, pelas comunidades acadêmicas com clara identidade salesiana, pelo projeto cultural, cristã e salesianamente orientado e pela intencionalidade educativo-pastoral.

3.1. Opção pelos jovens das classes populares (os destinatários)

As IUS realizam uma opção preferencial pelos jovens das classes populares, superando qualquer postura elitista, não apenas em relação aos destinatários, mas também na orientação da pesquisa e no desenvolvimento dos diversos serviços universitários. Isso implica algumas escolhas:

a) favorecer o acesso à universidade aos jovens que provenham dos ambientes populares e do mundo do trabalho;

b) orientar também a pesquisa, a docência, o estudo e os serviços culturais,

a fim de melhor conhecer a condição juvenil, sobretudo dos setores menos favorecidos, e proporcionar-lhes uma transformação positiva;

c) formar pessoas comprometidas com a causa da justiça, a fim de construir uma sociedade mais justa e humana;

d) promover na sociedade propostas formativas que incidam nos processos educativos e nas estratégias e políticas juvenis.

3.2. Comunidade acadêmica comprometida com o projeto institucional (o sujeito)

Uma instituição salesiana de educação superior se configura como a comunidade de todos aqueles que, segundo a própria responsabilidade acadêmica e profissional, em sintonia com os valores cristãos e salesianos do projeto institucional, se empenham na busca da verdade e na missão formadora de modo co-responsável e aberto às diversas realidades culturais e sociais.

A comunidade acadêmica de cada IUS, que garante um estilo intelectual rigoroso e crítico, inspira-se na metodologia da

interdisciplinaridade tanto na pesquisa quanto na docência, do trabalho cooperativo e da co-responsabilidade em nível acadêmico, organizacional e diretivo; dispõe, além disso, de uma autonomia institucional própria, acadêmica e de governo, no respeito à missão confiada pela Congregação Salesiana aos vínculos estatutários e aos direitos das pessoas. Isso requer:

a) professores que integrem competência profissional para a pesquisa, para a docência e para a educação, sensibilidade pelo mundo juvenil e capacidade de acolhida e presença entre os jovens, compromisso com a solidariedade e a justiça, coerência entre a vida e os valores evangélicos;

b) estudantes que participam como protagonistas e co-responsáveis, do

“Também as IUS, como as demais universidades, realizam a pesquisa, organizam o ensino e difundem a cultura, visando o saber, o saber fazer, o saber ser e o saber comunicar e partilhar.”

empenho científico e cultural, educativo e social da instituição universitária;

c) um núcleo de pessoas - isto é, a comunidade salesiana local ou salesianos em estreito relacionamento com a Inspetoria e leigos - que, identificados com a missão e o espírito salesiano, no exercício da própria responsabilidade, estejam aptos a conduzir a elaboração e respectiva execução prática do projeto institucional que deve inspirar e acompanhar os processos de pesquisa, de ensino, de projeção social e de gestão da vida universitária;

d) um ambiente em que a pessoa humana esteja no centro, no qual se faça do diálogo e da colaboração a base do método, no qual a presença do mestre-guia desperte nos jovens o amor pela verdade, pela vida e pelos outros.

3.3. Projeto institucional cristão e salesianamente orientado (o conteúdo, os valores)

As IUS, como as demais universidades, realizam a pesquisa, organizam o ensino e difundem a cultura, visando ao saber, ao saber fazer, ao saber ser e ao saber comunicar e partilhar. Isso o exprimem num próprio projeto institucional universitário (cf. 26-28 e 33c). Para que esse projeto seja cristão e salesianamente inspirado e, assim possa ser realizado, as IUS devem promover:

a) uma concepção da pessoa humana inspirada no Evangelho, que a põe no centro da vida e que a promove na sua integralidade;

b) uma consciência ética fundada nos valores, dando atenção especial à promoção da justiça e de uma cultura da solidariedade, mediante um modelo de desenvolvimento sustentável em escala humana, de relações de igualdade e reciprocidade, de qualidade da vida;

c) um diálogo entre culturas e religiões diversas, entre cultura-ciência-técnica-

profissão e fé, capaz de iluminar cristãmente a realidade e a vida ou de inculturar o Evangelho;

d) uma atenção especial ao âmbito da educação, à formação dos educadores, ao campo da técnica e do trabalho, e ao mundo da comunicação.

Tudo isso requer da comunidade acadêmica um esforço de constante formação - científica, pedagógica, ética e cristã -, uma reflexão sistemática a respeito da orientação cultural do seu projeto institucional, e um diálogo interdisciplinar intenso a respeito dos principais desafios da sociedade, à luz dos valores evangélicos e do carisma salesiano.

“As IUS devem estar muito atentas e exigentes na escolha dos professores e dos dirigentes, além de preocupar-se por sua formação continuada.”

3.4. Intencionalidade educativo-pastoral (a finalidade)

O projeto cultural de cada IUS é movido por uma clara finalidade educativo-pastoral, segundo as características da pedagogia e da espiritualidade salesiana. Tal finalidade se manifesta mediante:

a) a criação de um ambiente rico de valores humanos, incluída a familiaridade;

b) a orientação científica e rigorosa da pesquisa, dos itinerários curriculares e dos conteúdos do ensino, cónsonos ou abertos a uma visão transcendente da pessoa humana e da vida;

c) um diálogo interdisciplinar entre as diversas disciplinas acadêmicas, incluídas as de caráter ético, religioso e teológico;

d) a oferta de disciplinas curriculares específicas de caráter ético e religioso, em paridade de nível científico e pedagógico e de valor acadêmico com as outras disciplinas do itinerário curricular;

e) uma diversidade de serviços de atenção humana aos estudantes, compreendidas as de propostas explicitamente cristãs (de evangelização, de formação cristã, de caráter litúrgico e sacramental), de compreensão e diálogo ecumênico e inter-religioso, de empenho no serviço aos outros.

A identidade desenhada para as IUS se tornará realidade somente se partir decididamente de uma plataforma de escolhas operativas, enfrentar os desafios da identidade com um projeto bem definido, considerar os recursos humanos como o capital principal das instituições, buscar tenazmente uma incidência educativa nos estudantes e na sociedade, e garantir uma gestão eficaz que assegure o sereno desenvolvimento da vida complexa da universidade.

4. Trabalhar com um Projeto Institucional

Cada IUS representa a vontade manifesta da Congregação Salesiana de estar presente no campo da educação superior com uma missão específica. Esta se expressa num específico projeto institucional de caráter cultural e científico, pedagógico-educativo e pastoral, organizativo e normativo - o qual, respondendo às exigências da realidade local e da universidade, plasma e aplica de modo global em termos operativos a identidade acima descrita. Não se pode conceber um trabalho rigoroso na universidade por parte das IUS sem a referência e a condução de um projeto institucional.

Do conjunto do projeto institucional deveriam aparecer evidentes as características específicas de cada uma das IUS perante as outras ofertas no ensino superior do mesmo território.

O projeto se desenvolve progressivamente mediante planos estratégicos e planos operativos limitados nos objetivos e no tempo.

4.1. Escolha e formação permanente dos docentes e dos gestores das IUS

Para enfrentar eficazmente a sua missão e obter resultados de qualidade, segundo a própria identidade universitária católica e salesiana, as IUS devem estar muito atentas e exigentes na escolha dos professores e dos dirigentes, além de preocupar-se por sua formação continuada e de neles investir constantemente, por ser a única maneira

de garantir e desenvolver permanentemente as suas competências profissionais, educativas e salesianas. Esse processo de formação permanente deve promover nos docentes e gestores um perfil adaptado às exigências do projeto institucional:

a) *capacidade de autoformação e de auto-avaliação*, em vista de uma constante renovação na sua competência científico-tecnológica, cultural e educativa para poderem reagir, positivamente, perante situações sociais e culturais, e desafios científicos, éticos e educativos sempre novos;

b) *capacidade de compartilhar um projeto institucional*, de trabalhar juntos, de realizar um verdadeiro diálogo interdisciplinar e de conduzir processos de ampla colaboração na sociedade e na Igreja;

c) *especial sensibilidade perante os estudantes e a condição juvenil*, sobretudo dos menos favorecidos, e uma competência específica, segundo a própria especialidade, a fim de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária e mais aberta ao desenvolvimento integral dos jovens;

d) *abertura, aprofundamento e coerência com os valores da identidade salesiana* que caracterizam o projeto institucional e uma renovada motivação vocacional do seu papel na comunidade acadêmica universitária;

e) *capacidade de gestão universitária eficaz e competente*.

4.2. Incidência na sociedade

A existência e as preocupações das IUS se justificam, sobretudo, pelo serviço qualificado à formação humana e profissional dos jovens e pela incidência concreta que estão em condição de desenvolver na sociedade, em coerência com os traços que configuram a sua natureza e identidade. Para que tal incidência seja real, se requer das IUS:

a) *concentrar os esforços nos campos da pesquisa e do ensino escolhidos* dentre as áreas do saber mais conformes com a missão salesiana;

b) *promover projetos concretos* que

estimulem o envolvimento de outras forças sociais, educativas e econômicas locais orientadas à promoção e à educação popular;

c) estimular a *sinergia* entre as IUS e com outras instituições e entidades sociais, eclesiais e especialmente da Família Salesiana. A execução dessa prática de sinergia exige das partes que colaboram uma clara identidade institucional, um objetivo preciso a se alcançar, um projeto concreto a se realizar, para o qual se assegure uma clara e precisa orientação da organização e da gestão, uma atenta monitoração, a avaliação e o controle do processo e dos resultados;

d) definir para todas as IUS, da parte da Direção Geral da Congregação Salesiana, *políticas* precisas para períodos de tempo limitado.

4.3. Gestão de qualidade

A pesquisa, a docência e a projeção de ambas são as três tarefas principais da universidade e exigem grande competência dos seus docentes. Mas é também necessária uma *gestão muito acurada* do conjunto da universidade, a fim de se criar as melhores condições e alcançar um rendimento otimizado nos três âmbitos: este é o objetivo principal de uma boa gestão. Requerem-se, por isso, *competências específicas e profissionalismo*, não necessariamente ligado na mesma pessoa às capacidades para a pesquisa e/ou para a docência.

Uma gestão de qualidade na universidade, em todos os níveis, começando pelos mais elevados, requer:

a) clareza sobre a *natureza* particular da instituição e respeito rigoroso às competências e papéis, pessoais e/ou colegiais, sem, contudo, deixar-se enleiar pela burocracia e pelos procedimentos;

b) estímulo paciente à *participação* em todos os níveis como chave das responsabilidades individuais e coletivas;

c) consideração pelo *Projeto Institucional* da universidade, como verdadeira *Magna Carta* para toda a comunidade acadêmica, indo até além das exigências

normativas dos organismos competentes dos Estados e das exigências estatutárias próprias da instituição;

d) articulação operativa do Projeto Institucional com *planos estratégicos* e *planos operativos* particulares relativamente a fins, prazos ou áreas;

e) *sistematicidade* e *disciplina* no desenvolvimento do Projeto e dos planos;

f) *avaliação* rigorosa e constante das realizações;

g) *orientação austera* e *flexível* da organização, das estruturas edilícias e do aparelhamento;

h) *investimento* reforçado nas operações de êxito, mas pronta intervenção corretiva, ao invés, nos capítulos de insucesso, sempre de acordo com o espírito do Projeto Institucional.

i) garantia das fontes de *recursos econômicos*, com um empenho especial nas vias de *autofinanciamento*;

j) convicção na busca de *sinergia* entre todos os setores da universidade, com as outras IUS, com outras universidades e entidades sociais;

k) *transparência* e *comunicação* no desenvolvimento da gestão da universidade.

5. A presença viva

Quando estive em Porto Alegre, no dia 31 de agosto de 2004, o atual Superior Geral da Congregação, P. Pascual Chávez V. participou dos atos de inauguração do prédio da Faculdade Dom Bosco. Na ocasião, reforçou as idéias da Congregação sobre sua presença no ensino universitário.

“Queremos garantir, em primeiro lugar, os direitos humanos e queremos reafirmar que a Carta dos Direitos das Nações Unidas é para todos. Já dissemos anteriormente: os jovens não são um problema. Os jovens são uma oportunidade e nosso futuro dependerá de sermos capazes de investir neles, se os capacitarmos para que sejam os melhores recursos do Brasil: seus homens e suas mulheres. Eduquemos para a paz, que significa educar ao pluralismo, à diversidade, ao diálogo, ao respeito por aqueles que não

pensam da mesma forma como pensamos. Este bonito edifício que inauguramos não quer ser senão uma mostra de nosso empenho em continuar colaborando com vocês todos nesta tarefa educativa de construir cidadãos honrados e honestos.

Queremos merecer a confiança dos pais de família, dos jovens. Não os defraudaremos! Somos educadores competentes: temos uma história; temos um patrimônio pedagógico; temos um futuro para construir juntos.

Na reunião das Universidades Salesianas, em Roma, eu insistia que tinham que ir aprofundar o esforço pela competência científica e tecnológica. Estamos chamados a popularizar a universidade, não no sentido de abaixar o nível intelectual, mas no sentido de colocá-la ao alcance dos jovens, de todo o povo. Mas isto tem que estar sempre acompanhado de uma clara proposta cultural: qual é o tipo de homem e de mulher que esta universidade quer formar. E, sobretudo, uma cultura nova. O Papa Paulo VI a chamava de a civilização do amor. Quase diria que João Paulo II traçou um itinerário pedagógico, ao dizer: não há civilização, se não houver a cultura da solidariedade e da paz”.

É nessa perspectiva e à luz dessas orientações que a Inspetoria Salesiana São Pio X decidiu implementar e construir, com a colaboração de educadores e educandos, funcionários e colaboradores, o projeto da Faculdade Dom Bosco, que vai avançando na consecução dos seus objetivos traçados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Os desafios que esperam os salesianos da Inspetoria Salesiana São Pio X, no início do novo milênio, são inúmeros. O da educação se afigura como um dos mais sérios. Da crise moral ao novo referencial ético se projeta a necessidade de um novo estatuto social para a sociedade brasileira, fundamentado na convivência fraterna e na solidária esperança.

Esperança fundamentada na fé e no conhecimento e desafiada permanentemente pela indignação com a injustiça, com o desmando, pela dor da desigualdade e pela violentação do nosso tempo pela mais selvagem materialidade. A universidade pode ser um espaço de construção deste novo referencial, conquanto que o pluralismo, a excelência, a solidariedade e o universalismo permeiem as ações concretas, caracterizem a sua natureza e norteiem a sua missão. A obra de Santa Rosa nos legou uma experiência primeira que, entre acertos e desacertos, indica o caminho da educação superior como animador e fomentador do carisma salesiano e da sua ação educativa e evangelizadora.

Percebemos que no momento atual a ação pastoral e evangelizadora deve se fazer cada vez mais presente nos espaços sociais onde se produz e se difunde o conhecimento e onde se apropria, sistematiza e reelabora a cultura para garantir a atualidade e manter viva a presença da Igreja no seio da sociedade.

Os salesianos do Sul do Brasil entendem que, cada vez mais, a formação integral dos jovens e a educação continuada dos segmentos sociais menos favorecidos dependem de um centro vitalizador das atividades

pastorais e educativas, que gere, reelabore e dê sentido cristão ao conhecimento. Como bem cultural e instrumento de produção da vida e da cultura, o conhecimento, ao invés de ser um fator de discriminação, poderá ser um elemento de aproximação dos homens entre si, para uma convivência harmoniosa com a natureza e uma realização plena em Deus.

Neste sentido, conhecimento e fé não se excluem. Vemos o espaço universitário como apropriado para a construção da sociabilidade, da formação integral e do exercício da cidadania. O carisma salesiano encontra aí terreno fértil. É neste universo

“A responsabilidade de gerir uma Instituição Salesiana de Ensino Superior firma-se na missão de agregar ao seu papel pedagógico o compromisso de formar cidadãos críticos e criativos, comprometidos com a vida e com os valores humanos.”

que se torna possível participar com amor no crescimento das pessoas e na construção do seu futuro, através da educação e da evangelização da cultura.

A Inspetoria Salesiana São Pio X, partindo da experiência histórica já vivenciada, se propõe:

a) Assumir a Educação Superior, como um novo momento inspetorial, considerando-a como fonte alimentadora e revitalizadora do carisma salesiano de ação educativa e pastoral;

b) Marcar presença na produção, na reelaboração e na socialização do conhecimento e da cultura, dando-lhe sentido humano e cristão a partir do modo-de-ser salesiano;

c) Ser uma presença pastoral no mundo da Universidade. As novas exigências da Pastoral Juvenil pedem que nos abramos sempre mais à faixa da alta juventude, acima dos 20 anos de idade. Nesta faixa encontramos muitos jovens, que além de buscar nos estudos universitários um caminho para a sua vida, são ao mesmo tempo, animadores juvenis de grupos e de comunidades, voluntários, catequistas, colaboradores abertos a fazer um caminho educativo desde as perspectivas cristãs e salesianas.

A responsabilidade de animar e gerir uma Instituição Salesiana de Ensino Superior firma-se na missão de agregar ao seu papel pedagógico o compromisso de formar cidadãos críticos e criativos, comprometidos com a vida e com os valores humanos e cristãos, que conduzam para uma sociedade justa e solidária, que busque nas conquistas da ciência e no aprimoramento cultural, a dignificação de todas as pessoas. Uma universidade que possa acolher os jovens e os adultos, que buscam uma formação continuada, para que na convivência com os salesianos e de mestres virtuosos possam construir coletivamente, na vida em academia, os valores que sedimentem a convivência fraterna e familiar, promovam um caminho de formação comum que tenha na pluralidade e na coresponsabilidade as suas referências básicas.

Este estar juntos em momentos

qualificados enriquece a mente e o coração e motiva ações transformadoras em termos sociais e culturais. “*Estar com Dom Bosco significa estar com os jovens e oferecer o que somos: coração, mente, vontade, amizade, profissionalidade e presença; simpatia serviço e dom de si.*” (Documento da Ação Conjunta, 1996, p. 121).

A educação superior que entendemos terá que se orientar no sentido de equacionar conhecimento e humanização, conhecimento e evangelização, conhecimento e produção cultural, conhecimento e desenvolvimento econômico e conhecimento e justiça social.

Como salesianos, entendemos que temos o compromisso de estarmos presentes neste momento histórico da sociedade brasileira e colaborar e marcar presença, com o nosso carisma, nas transformações sociais que o novo tempo está a exigir, principalmente no acompanhamento dos jovens. A presença universitária dos salesianos tem, portanto, o propósito de uma continuidade educativa, que requer um período de acompanhamento educativo e pastoral, para além da idade da adolescência.

Nossa presença salesiana no mundo universitário pretende levar em consideração:

a) *uma Pedagogia do ambiente comunitário*. É uma convicção do espírito salesiano que a formação aconteça, acima de tudo, através do ambiente e do clima que aí se respira. Por isso tal ambiente deve ter algumas características:

- um ambiente de qualidade humana, cultural e evangélica, capaz de suscitar nos jovens interesses e experiências de qualidade;

- um ambiente que apele para a responsabilidade e para a participação comunitária, buscando a coresponsabilização dos próprios jovens nos diversos empenhos e desafios;

b) *uma Pedagogia da mediação cultural*. Especialmente neste campo, queremos levar em consideração e propor aos jovens universitários, construtores de opinião, o desenvolvimento da dimensão ética do

saber e da profissão, através de uma reflexão crítico-valorativa sobre as conquistas do saber, da ciência e da pesquisa, criando espaços privilegiados para um sadio diálogo entre fé e cultura, propondo uma síntese entre cultura e vida. Queremos, à luz das Encíclicas *Veritatis Splendor* e *Fides et Ratio*, do Papa João Paulo II, marcar e propor o pensamento eclesial, desde a perspectiva salesiana, no mundo universitário.

c) *uma Pedagogia do empenho e confronto com a realidade cultural, social e eclesial*. Estamos dispostos a animar os jovens universitários a assumir suas responsabilidades perante à história pessoal e nacional, desde as possibilidades de sua colaboração na construção da dignidade humana. Especialmente, dar possibilidades, aos mais engajados eclesialmente, a assumir com mais possibilidades e ardor os seus compromissos de cristãos. Para isso buscaremos e incentivaremos a participação da Instituição e dos agentes educativos nas atividades, organizações e estruturas civis e eclesiais que trabalham no âmbito do território e na Igreja local.

d) *uma Pedagogia do acompanhamento pessoal*. Na idade em que vivem, os jovens universitários têm necessidade de acompanhamento e ajuda na busca de clareza e de aprofundamento de sua vida a partir dos valores humanos e cristãos, a fim de se orientar na busca de opções adultas. A partir disso, nós salesianos:

- queremos oferecer-lhes um acompanhamento feito de acolhida, de disponibilidade, de amizade, de relações interpessoais, de ajuda e encaminhamento de suas opções de vida;

- queremos apresentar-lhes os diversos caminhos vocacionais para ajudá-los a tomar consciência de sua vocação e missão na sociedade e na Igreja (*A Pastoral Juvenil Salesiana*, quadro de referimento fundamental, Protocolo Past. 97/1069).

Como nosso fundador Dom Bosco, queremos ser corajosos diante dos tempos e propositivos na construção de pessoas e de instituições alicerçadas no Evangelho e comprometidas com o bem.

6, Documentos referidos

CHÁVEZ V., Pascual. *Discurso do Superior Geral da Congregação*. Porto Alegre, 2004. Congregação Salesiana. *Atos do Conselho Geral*, N. 361, outubro-dezembro de 1997, p. 90-91.

Congregação Salesiana. *Ação Conjunta*. Roma, 1996.

Congregação Salesiana. *Conselho Geral - CG25*, n. 80.

Congregação Salesiana. *Atos do Conselho Geral*, N. 361, outubro-dezembro de 1997.

Congregação Salesiana. *Constituições da Sociedade de São Francisco de Sales*, n. 40.

Congregação Salesiana. *Identidade das Instituições Salesianas de Educação Superior (IUS)*.

Congregação Salesiana. *Políticas para a presença salesiana na educação superior*.

Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre. *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)*.

Inspetoria São Pio X. *Justificativa, implantação da Educação Superior na Província Salesiana São Pio X de Porto Alegre*, Porto Alegre, 2002.

João Paulo II. Encíclicas *Veritatis Splendor* e *Fides et Ratio*.

PJS - *A Pastoral Juvenil Salesiana* - quadro de referimento fundamental. Protocolo Past. 97/1069.

4. Sensibilidade, Preventividade, Solidariedade e Cidadania

Marcos Sandrini

Diretor da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre. Mestre em Teologia Pastoral pela Università Pontificia Salesiana de Roma. Doutorando em Educação pela PUC/RS

Resumo: Dom Bosco, educador do século XIX, sempre teve muito claro seu projeto de vida de educador. Ele foi se consolidando aos poucos, sobretudo no contato com as novas gerações de jovens que afluíam pelo êxodo rural para a cidade de Turim. Neste artigo, procura-se analisar um “sonho” que ele teve quando menino sob a ótica do trabalho. Numa sociedade em crise do trabalho, visto sob a perspectiva do emprego na sociedade industrial, o sonho de Dom Bosco nos leva a pensar alternativas para a ocupação juvenil na linha da formação de “bons cristãos e honestos cidadãos”. Num primeiro momento, procura-se fazer uma análise da atual situação do emprego-desemprego para, num segundo momento, apontar saídas conjunturais e estruturais para a questão. Atitudes básicas devem permear esta busca: solidariedade, cuidado, responsabilidade e misericórdia.

Palavras-chave: Trabalho. Emprego. Economia Solidária. Sistema Preventivo.

“Com a idade de nove anos tive um sonho que permaneceu profundamente impresso em minha mente por toda a vida. Encontrava-me, no sonho, num pátio imenso, onde uma molecada brincava. Alguns riam, outros brincavam e muitos blasfemavam. Quando ouvi as blasfêmias, pulei no meio deles e comeci a distribuir socos e pontapés para fazê-los calar a boca.

No meio daquela chuva de pancadas, vi um senhor muito respeitoso, vestido com uma túnica muito bonita. Seu rosto era tão brilhante que eu mal conseguia olhar para ele. Ele chamou-me pelo nome

Abstract: Don Bosco, educator from the 19th century, always had clearly as being an educator his life project. He was consolidating it gradually, specially in contact with new generation of young that came from agricultural exodus to the city of Turim. This article analyzes a “dream” that he had when he was a child under the optics of labour. In a society of labour crisis seen under the perspective of getting a job in the industrial society, the dream of Don Bosco take us to think in alternatives for occupation for youth in a way to form “good Christian and honest citizens”. First it will show an analysis of the current situation of the employment/unemployment for then find conjunctural and structural solutions to this problem. Some basic attitudes must involve this search: solidarity, care, responsibility and mercy.

Keywords: Work. Job. Solidary economy. Preventive System.

e me mandou guiar aqueles meninos, dando-lhes o seguinte conselho: “Não é com pancadas, mas com bondade e amor que você deve conquistar os corações destes seus amigos. Comece logo dando-lhes aula de catecismo sobre a feiúra do pecado e a beleza da virtude”.

Meio apavorado, disse-lhe que eu era um menino pobre, ignorante e sem nenhuma condição de falar àqueles meninos. Vi então que eles começaram a se juntar ao redor daquele senhor. Criei coragem e lhe perguntei:

- Quem é o senhor que me manda fazer coisas impossíveis?

- Justamente porque estas coisas lhe parecem impossíveis é que você deverá torná-las possíveis com a obediência e adquirindo ciência.

- Mas, onde, de que jeito eu posso adquirir ciência?

- Eu lhe darei a mestra. Com a ajuda dela você se tornará sábio. Sem ela, toda ciência se torna burrice.

- Mas quem é o senhor para me falar desse modo?

- Eu sou o filho daquela que sua mãe lhe ensinou a saudar três vezes ao dia.

- Minha mãe também me ensinou a não dar confiança a pessoas que não conheço. Faça o favor de dizer-me seu nome.

Vi, então, ao seu lado uma linda senhora, vestida com um manto muito brilhante, Parecia que o manto era coberto de estrelas. Quando ela percebeu meu apavoramento, chamou-me, tomou-me pela mão e, com grande bondade, me disse:

- Olha!

Quando olhei, vi que aquela molecada tinha sumido e no lugar deles vi um montão de cabritos, cachorros, gatos, ursos, onças e um punhado de outros bichos ferozes.

- Este é o campo em que você deve trabalhar! Torna-te humilde, forte e cheio de coragem. O que você está vendo agora acontecer com estes animais, você deverá fazer para os meus filhos.

Olhei ao meu redor e vi que no lugar daqueles animais estava um rebanho de cordeirinhos muito mansos que pulavam e faziam festa para o senhor e a senhora. Comecei então a chorar e pedi a ela que me explicasse aquilo porque não estava entendendo nada. Ela, então, me pôs a mão na cabeça e me disse:

- A seu tempo você vai compreender tudo isso.

Um barulho me acordou; e tudo desapareceu... Mas nunca mais me esqueci daquele sonho". (Bosco, MO 18-20).

1. O contexto sócio-político-econômico em que surgiu este sonho

Dom Bosco viveu sua infância e juventude na região do Piemonte – Itália.

Predominava então a produção agrícola. Seus primeiros contatos com os jovens de Turim (1841) coincidem com o processo de expansão industrial. Logo apareceram os sinais de transição: êxodo rural, expansão demográfica e urbana, jovens e crianças abandonadas, vagando pelas ruas em busca de emprego e subsistência. A cidade de Turim triplicou de população durante a sua vida. No ano de seu nascimento (1815), tinha somente 65.548 habitantes. Em 1858, ano da fundação da Sociedade Salesiana, já possuía 179.635 habitantes. Pode-se calcular em 275.000 habitantes a população turinense, quando faleceu em Valdocco, em 31 de janeiro de 1888. Isto mostra a evolução profunda que sofreu o norte da Itália durante a vida de Dom Bosco. Valdocco, que era um bairro de Turim, tinha a maior concentração de adolescentes de toda a Europa.

O acelerado crescimento populacional aconteceu muito mais pela migração nacional do que pelo aumento de nascimentos sobre as mortes. A cidade inchava e a população rural diminuía. Mesmo se não tivesse escolhido o estado eclesiástico, Dom Bosco seria presumivelmente um dos tantos das áreas rurais que a pressão demográfica destinaria a abandonar a casa paterna e enfrentar a vida em outra parte. A população rural era paupérrima. A própria família de Dom Bosco vivia muito pobremente.

Essa migração afetou mais fortemente as crianças, os adolescentes e os jovens. Isto explica a situação de muitos deles que são abandonados, sem teto, sem amigos e, freqüentemente, sem trabalho. Estamos no primeiro período industrial. "Nas fábricas de seda de Lião, o rapaz puxava os fios por detrás de uma máquina das cinco da manhã até às nove, às dez e às onze da noite. Entre os sete e os doze anos, estes rapazes podiam ser obrigados a 15 e 16 horas de presença na fábrica. Parece que em 1861 as condições ainda eram piores". (Desramaut, 1971, p. 36-37).

Houve muita resistência entre os

industriais da Itália quando, em 1886, uma lei proibiu os meninos de menos de nove anos de trabalhar nas fábricas e os menores de dez anos de descer às minas. É muito importante ter presentes estes dados porque, para estes jovens e nestas condições, é que Dom Bosco se sentiu missionado.

Este período não só foi convulsionado do ponto de vista econômico-social, mas também do ponto de vista sócio-político. Quando do nascimento de Dom Bosco, estamos em pleno período de restauração com a aliança entre “o trono e o altar”. As idéias modernistas liberais da Revolução Francesa, porém, vão avançando também na Itália. Dois acontecimentos significativos da península itálica colocaram a Igreja Católica numa atitude reacionária, de defesa, concentrando suas forças para a coesão interna ao redor do Papa. O primeiro foi a lei da liberdade religiosa (1848) no Reino do Piemonte, que abriu as portas sobretudo às diversas denominações protestantes e aos judeus. O segundo foi a unificação italiana (1870), colocando a capital do Reino Unido em Roma. O primeiro fato influenciou grandemente a vida e a obra de Dom Bosco nos seus primeiros anos. A publicação das Leituras Católicas para fazer frentes às Leituras Evangélicas é um exemplo disso. O movimento de unificação italiana aproximou Dom Bosco de Pio IX a ponto de torná-lo um interlocutor importante ante o próprio Papa e o governo, sobretudo na questão da nomeação de uma centena de novos bispos e da constituição do patrimônio das dioceses.

Embora estejamos num período polêmico, Dom Bosco enfrenta os problemas de uma forma muito positiva através da ação. “Tem a coragem da tua fé e das tuas convicções. Não temas. Os maus é que devem temer diante dos bons e não os

bons diante dos maus” (MB 6,482).

A experiência pessoal de jovem migrante certamente contribuiu para a aproximação de Dom Bosco dos jovens pobres de Turim. Mas sua opção por eles se define mesmo a partir de contatos pessoais com a condição de miséria e pobreza em que se encontravam.

O contato direto nas prisões, nas praças, despertou e afirmou nele a convicção de estar chamado para um trabalho em favor da juventude pobre e abandonada. Ao terminar o tempo de sua permanência no Colégio Eclesiástico, onde fazia uma espécie de estágio pastoral de início de sacerdócio, tinha diante de si as alternativas: ser vice-pároco, ser monitor no Colégio, ou diretor do pequeno patronato da Marquesa Barolo. Qualquer dessas alternativas lhe daria também um suporte e segurança financeira. Mas a atividade que já desenvolvia em benefício dos meninos era incompatível com outros encargos. Apesar da insegurança a respeito do futuro, não hesitou em escolher os jovens.

E assim foi durante toda a sua vida. Ao final, no seu Testamento Espiritual aos salesianos, insiste: “O mundo nos acolherá sempre com prazer enquanto nossas solitudes se dirigirem aos indígenas, aos meninos mais pobres, mais periclitantes da sociedade. Esta é para nós a verdadeira riqueza que ninguém haverá de roubar... Não esqueçamos que somos para os meninos pobres e abandonados” (Constituições, p. 287).

Seguramente Dom Bosco não tratou o seu primeiro jovem, Bartolomeu Garelli (1841), como tratava os seus jovens em 1883. Não os idealizou. Soube caminhar com os tempos e com eles. Sendo ele de origem camponesa, assumiu a causa da criança, do adolescente e do jovem numa grande metrópole industrial em contínua transformação.

“Dom Bosco procurou acolher os jovens do seu tempo justamente naquilo que mais caracterizava a sociedade de sua época, que era o trabalho.”

2. O desafio do sonho de Dom Bosco em nosso contexto

Dom Bosco procurou acolher os jovens do seu tempo justamente naquilo que mais caracterizava a sociedade de sua época, que era o trabalho. O lema da Congregação Salesiana é “trabalho e temperança”. Ao lado da alegria, o Oratório de Dom Bosco era a casa do trabalho. Ouviu dos lábios de Pio IX e repetiu para os seus que “o diabo tem mais medo de uma casa de trabalho do que de uma casa só de oração” (MB 17,661). Voltando da França em 1877, Dom Bosco visitou as Filhas de Maria Auxiliadora em Alássio. Interrogando-as se tinham muito trabalho e obtida a resposta positiva, disse: “Pois bem, quando eu vou às casas e percebo que há muito trabalho, vivo tranqüilo. Onde há trabalho, não há o demônio” (MB 13,116). Outra vez, numa conferência, disse: “Quem quer entrar na Congregação é preciso que ame o trabalho (...). Não faltará o necessário, mas é preciso trabalhar. Ninguém entre com a esperança de cruzar os braços” (MB 13,424). “Quando acontecer que um salesiano caia trabalhando pelas almas, então direis que a Congregação obteve um grande triunfo” (MB 17, 273). Dom Bosco dizia que o trabalho é o distintivo, a carteira de identidade do salesiano (MB 19, 235). Dom Bosco enfrentou esta questão preparando seus jovens para o mundo do trabalho, sobretudo com suas escolas profissionais, suas oficinas.

Como ser educador numa IES salesiana numa sociedade onde justamente a maior crise que enfrentamos é a do trabalho, do emprego? Qualquer pesquisa que se faça, hoje, dirá que o maior problema enfrentado pela população é o emprego... “Redefinir oportunidades e responsabilidades para milhões de pessoas numa sociedade, sem o emprego de massa formal, deverá ser a questão social mais premente do século

que se inicia” (Rifkin, 1996, p. 2).

Dom Bosco viveu na passagem da primeira revolução, a agrícola, para a revolução industrial. Não mais o sino, mas o apito e a sirene da fábrica marca esta nova ordem. Dom Bosco morreu em 1888. A grande encíclica social *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII foi promulgada em 1891. Dom Bosco procurou enfrentar as transformações não com uma mentalidade defensiva, mas muito prospectiva...

3. A crise do ‘trabalho’ na sociedade

Hoje estamos vivendo uma nova revolução, a tecnológica, que se caracteriza pela descoberta de novos meios técnicos que propiciam a mudança na autocompreensão da pessoa humana, na sua relação com os demais seres humanos, com o cosmos, com o meio ambiente, com a transcendência. Como toda revolução, esta também traz espanto e admiração e, ao mesmo tempo, perplexidade e medo.

As duas revoluções anteriores, a agrícola e a industrial, trabalharam com o material e o mensurável (terra e fábrica). O núcleo desta terceira revolução é imaterial, a informação. Hoje estamos nos albores de uma quarta revolução, a biotecnológica, que é a articulação da informática com a genética. Sua tarefa consiste em individualizar o código genético (DNA), armazená-lo, processá-lo no computador e distribuí-lo. A biotecnologia tomou conta das páginas dos jornais e das revistas. Daí toda a moderna discussão sobre os transgênicos e a clonagem. Grandes possibilidades se abrem para o aumento da produtividade e da longevidade. E o que dizer da nanotecnologia? O grande problema deste início de milênio, certamente, não é o da produção, mas o da sua distribuição. Além das possibilidades tecnológicas, há toda uma discussão ética.

Dentro deste contexto, as maiores

“A questão, porém, é como preparar as pessoas para o trabalho e não para o emprego.”

transformações sociais aconteceram justamente no mundo do trabalho. Na era tecnológica, cada vez mais se produzem bens sem necessidade de que todos trabalhem. A sociedade que diz que só é cidadão quem trabalha e pode comprar, dispensa o trabalho de todos. Na França, há 150 anos, um operário fornecia anualmente cinco mil horas de trabalho. No início do século XX, eram 3.200 horas. Nos anos 70, eram 1.900. Atualmente são 1520 horas. O tempo de trabalho de uma pessoa representava em 1850, 70% de sua vida; em 1900, 43%; em 1980, 18%; em 2000, 14%. Ao mesmo tempo, a riqueza produzida aumentou. De 1960 a 1990, a produção mundial por habitante, a despeito do crescimento demográfico, multiplicou-se por 2.5. Jeremy Rifkin, antevendo o futuro, assim descreve a sociedade do trabalho na primeira metade do século 21: “Nós estamos em 2045. Para a maioria dos americanos, a vida de hoje não tem muito a ver com a vida de cinquenta anos atrás. A mudança mais visível é, talvez, o esfacelamento do mercado nas atividades correntes. Na era da informação, a maior parte dos bens e serviços do planeta é produzida nas fábricas que quase não têm mais necessidade de mão-de-obra, e distribuída por empresas virtuais geridas por pequenas equipes de administradores e quadros altamente qualificados. Calculadoras eletrônicas dotadas de grande capacidade de memória, robôs e sistemas de telecomunicações de última geração substituíram o “operário” da era industrial. Menos de 20% da população adulta trabalha em tempo integral”. Nas quinhentas maiores empresas americanas, a proporção dos empregos permanentes e de tempo integral representa somente 10% do total. Um estudo da Federação Internacional dos Metalúrgicos prevê que dentro de 30 anos, menos de 2% da atual força de trabalho em todo o mundo será

“O sobretrabalho agrava a situação do desemprego, pois cerca de cinco milhões de novas vagas deixam de existir.”

suficiente para produzir todos os bens necessários para atender a demanda total.

No Brasil observa-se o mesmo fenômeno tanto no setor secundário quanto no terciário. Na indústria automobilística, por exemplo, há um aumento da produção de automóveis (mais de dois milhões de automóveis em 1997) com uma clara tendência de diminuição dos trabalhadores empregados. Estudos prevêem que, nos próximos anos, o número de empregos na indústria automobilística poderá cair entre 20 e 30%. No setor bancário houve, nos últimos anos, uma drástica redução de pessoas empregadas. E a redução das pessoas que trabalham não significa uma queda de produtividade. Pelo contrário. Há um aumento de produtividade. Ou seja, para o crescimento da produtividade, não é mais necessário que todas as pessoas estejam empregadas.

A agricultura é um exemplo contundente deste processo.

Um agricultor que alimentava quatro pessoas no fim da última guerra, trinta anos mais tarde, nutria 36. Na França de 1946 a 1996, houve um aumento de 110% da produção agrícola acompanhada de uma redução de seis milhões de hectares cultivados. No Brasil constata-se o mesmo fenômeno. Aumentar a produção não significa mais, necessariamente, ampliar a área cultivável ou trabalhar mais. É aumentar, sim, a produtividade. Isto significa uma importante economia de matéria, energia e fontes necessárias por unidade de produto nacional.

O grande desafio, então, consiste em como distribuir a riqueza produzida pela máquina. O mundo do trabalho é cada vez mais instável e precário. Cada vez mais se toma consciência também de que não se pode reduzir o trabalho ao emprego. O trabalho autônomo ocupa cada vez mais o tempo e o espaço das pessoas.

Como educadores somos convidados

a educar as novas gerações neste novo contexto social. Como herdeiros de Dom Bosco, que não teve medo de enfrentar e assumir a primeira revolução industrial (baseada no carvão e no aço) e a segunda (baseada no petróleo e na eletricidade), também nós não temos medo da revolução tecnológica, especialmente a microeletrônica, a informática, a robótica, a nanotecnologia. A questão, porém, é como preparar as pessoas para o trabalho e não para o emprego? Como educá-las para os momentos em que estão desempregadas? Como enfrentar a questão do tempo livre e da desocupação juvenil? Quais as novas competências necessárias para enfrentar a problemática do trabalho, do emprego e do desemprego?

Os anos 1990 foram de profundas mudanças na organização social do trabalho e desastrosos, vistos a partir dos trabalhadores e trabalhadoras e de suas organizações. O fenômeno do desemprego, do trabalho informal, do achatamento salarial associado ao sobretrabalho e a desregulamentação geral da legislação trabalhista, foi tão brutal no Brasil que originou um conceito novo para designar esta realidade. É a brasilianização do trabalho.

Esta barbarização do trabalho se revela em alguns dados: o desemprego na década de 90 no Brasil dobrou, independente do Instituto de Pesquisa. De acordo com o IBGE – utilizando como referência o município de São Paulo – o desemprego pulou de 1,8 milhão (3%) em 1989, para 7,6 milhões (9,6%) de pessoas no final da década de 90. Já de acordo com a pesquisa do Seade/DIEESE, que utiliza metodologia diferenciada, o desemprego que em 1989 atingia 8,9 milhões de trabalhadores brasileiros, passou para 17,8 milhões em outubro de 2001.

No mesmo período, dos 13,6 milhões de brasileiros que ingressaram no mercado de trabalho do país, 5,1 milhões sobraram.

Entre os ocupados, os assalariados com carteira em dezembro de 88 eram 59,5%. Em junho de 99 eram 44,7%. Já os assalariados sem carteira passaram de 18,4% para 26,9% no mesmo período. Os trabalhadores por conta própria, por sua vez, passaram de 17,5% para 23,5%. Ainda do conjunto dos “ocupados”, apenas 40% contribuem para a previdência.

De um total de uma PEA de 75 milhões de trabalhadores, pouco mais de 23 milhões têm contrato formal.

Outro dado que revela a “barbarização” do mundo do trabalho diz respeito à precarização do mercado de trabalho. No período de 1989 a 1999, de cada cinco ocupações criadas, quatro foram precárias. As ocupações em alta nesse período foram: emprego doméstico (23%); vendas (15%); construção civil (10%); asseio e conservação (8%); segurança pública e privada (6%).

Junto com a precarização do mundo do trabalho, direitos foram eliminados ou reduzidos. A lei é a do mais

forte. Aqui se manifesta de maneira mais evidente o ‘darwinismo social’. Desta maneira, retrocedemos na história. Em vez de caminhar para o século XXI, caminhamos para o século XIX ou mesmo para o século XVIII no que diz respeito às normas que regulamentam o trabalho. As conquistas, dura e penosamente alcançadas pelos trabalhadores e trabalhadoras, estão sendo desmanteladas uma após outra. Tudo o que é sólido se desmancha no ar, todas as conquistas ‘solidificadas’ pelas lutas dos trabalhadores estão se liquidificando, derretendo, esfacelando. A ‘modernidade líquida’, porém, coloca em seu lugar outros sólidos: a flexibilização, a precariedade, o desmantelamento de todas as legislações trabalhistas...

A revanche neoliberal provocou no Brasil, nos últimos anos, um “**abuso do sobretrabalho**”. Nos anos 90 a

“O trabalho entendido como emprego, por esta sociedade, é fator fundamental de integração social e de identidade.”

quantidade de trabalhadores com jornada superior à oficial duplicou, passando de 13,5 milhões para 26,7 milhões de pessoas ocupadas, segundo Márcio Pochmann (CEPAT Informa n. 72/2001, p. 43-45). O sobretrabalho agrava a situação do desemprego, pois cerca de cinco milhões de novas vagas deixam de existir. A simples eliminação das horas-extras pode significar a redução de cerca de 2/3 do total de desemprego aberto no país. Além disso, pode permitir que mais pessoas trabalhem e garantam assim sua sobrevivência. O sobretrabalho é um fenômeno de nossa época. Enquanto alguns trabalham muito, outros não têm emprego. Uns trabalham demais, outros simplesmente não trabalham.

Outro fenômeno relacionado a esse mundo 'dos que ficam no trabalho' é o que Richard Sennett denomina como '**corrosão do caráter**'. Para ele, no novo mundo do trabalho não há longo prazo. No trabalho, a carreira tradicional está fenecendo. O que muda é o próprio sentido do trabalho, no qual 'emprego' está sendo substituído por projetos e campos de trabalho. 'Não há longo prazo' é um princípio que corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo, pois esses laços levam tempo para surgir. Portanto, o esquema de curto prazo das instituições modernas limita o amadurecimento da confiança informal. As redes institucionais se caracterizam pela 'força de laços fracos'. Associado a isso, conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo, criando-se uma nova 'ética do trabalho', que se concentra no trabalho de equipe. Aqui, enfatiza-se a responsabilidade mútua, os tempos flexíveis, voltados para tarefas específicas de curto prazo. O novo papel do líder é facilitar uma solução e fazer a mediação entre o cliente e a equipe. Neste caso, a pressão dos outros membros da equipe toma o lugar do chefe, os trabalhadores

responsabilizam-se uns aos outros. Ressalte-se aqui o surgimento do stress, da insegurança, do sentimento de inutilidade, da baixa da auto-estima, da culpabilização.

A origem dessa profunda reviravolta que se processa no mundo do trabalho está associada à revolução tecnológica, chamada também de revolução informacional. Nas últimas décadas presenciamos o surgimento de um novo paradigma produtivo, proporcionado pelo advento da informática, que revolucionou a produção no mundo. O computador e a comunicação on-line são suas ferramentas mais importantes.

O mais impressionante e novo, certamente, dessa revolução, é o seu significado para a sociedade e, particularmente, para o mundo do trabalho. Ao contrário das duas revoluções anteriores, que incorporaram massivamente mão-de-obra, esta vem eliminando postos de trabalho. Ela não requer mais o trabalho de todas as pessoas e de todo o trabalho das

pessoas. Ela se faz na dispensa do trabalho, pois as inovações tecnológicas cada vez mais vão ocupando o lugar das pessoas.

Não se trata de estimular um novo movimento "ludista", movimento operário inglês do século XIX que se caracterizou pela quebra de máquinas. Este é um movimento irreversível. Abre-se uma dupla perspectiva: pode significar o "inferno" para os trabalhadores – na verdade é isto que estamos presenciando em parte – mas pode abrir caminho novo, um caminho que pode assentar as bases de uma nova sociedade, uma sociedade do tempo liberado.

4. A crise da 'sociedade salarial'

O século XX é conhecido como o século do trabalho. Nunca se trabalhou tanto quanto neste século que acaba de findar.

Os séculos recentes fizeram de todas

"É preciso aprender a ter um olhar diferente sobre o trabalho: não mais pensá-lo como algo que se tem ou não se tem, mas como aquilo que nós fazemos."

as pessoas, trabalhadores. A ideologia subjacente à revolução industrial “transformou em seus trabalhadores assalariados o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência”, como dizia Marx no Manifesto do Partido Comunista, há mais de 150 anos. Praticamente ninguém ficou de fora. Uma das conquistas das mulheres foi o fato de entrarem no mundo do trabalho. Uma das lutas dos deficientes físicos foi poderem ser admitidos a certos tipos de trabalho, portanto, de ser reconhecidos como trabalhadores. As pessoas passam a se identificar a partir do trabalho que têm (citam a profissão) ou não têm (desempregados).

André Gorz, pensador francês, defende que o trabalho, assim como é praticado e entendido pela modernidade, é uma “invenção” ou uma “construção social”. Aquilo que nós chamamos trabalho é uma invenção da modernidade. A forma pela qual nos conhecemos, praticamos e colocamos no centro da vida individual e social, foi inventado, generalizado com a industrialização. A característica essencial desse trabalho – esse que nós temos, procuramos, oferecemos – é ser uma atividade na esfera pública, demandada, definida, reconhecida útil pelos outros e, nesse sentido, remunerada por eles. Esse trabalho pode ser medido, quantificado, vendido, comprado e trocado.

O trabalho no sentido antropológico e filosófico, aquela atividade de criação de uma obra, foi reduzido a emprego. Desse momento em diante, o trabalho já não é mais alguma atividade que se faz, mas algo que se tem ou não se tem. Assim, o trabalho é definido desde o início como uma atividade social destinada a se inscrever no fluxo das trocas sociais da sociedade. Sua remuneração atesta esta inserção, mas isto não é mais essencial: o essencial é que o trabalho cumpre uma função socialmente identificada e normalizada na produção e reprodução do todo social. E para cumprir uma função socialmente identificável, ele mesmo deve ser identificável pelas competências socialmente

certificadas, segundo procedimentos homologados. Esta é a revolução que a sociedade industrial operou na noção de trabalho.

O trabalho entendido como emprego, por esta sociedade, é fator fundamental de integração social e de identidade. As pessoas são incluídas na sociedade por serem trabalhadoras. É o trabalho que diz que elas são cidadãs, que têm direitos. A cidadania, os direitos, a identidade estão relacionados com o trabalho. Sem ele, uma pessoa literalmente não existe nesta sociedade. A figura do trabalhador representa, pois, o ideal dessa sociedade.

Agora, por ironia da história, o século XX – o século do trabalho – terminou com uma profunda carência de trabalho. É sempre maior o número de pessoas que procuram trabalho e não encontram. Muitos, por desespero, têm na verdade deixado de procurá-los e são, por isso, considerados vagabundos. Resta perguntar o que acontece a uma “sociedade de trabalhadores sem trabalho, isto é, sem a única atividade que lhes resta”. O que acontece a uma sociedade em que as pessoas querem trabalhar, mas não há quem lhes ofereça trabalho? A sociedade é fragmentada. Um grupo seletivo de trabalhadores bem formados, bem remunerados e com garantia de estabilidade, forma o núcleo central daqueles que são incluídos pelo trabalho. Em torno deste círculo, formam-se diversos círculos sempre mais amplos. Quanto mais se afasta do centro, mais distante se está de um emprego bom e de qualidade e mais perto de um emprego precário, flexível, com salário ruim. Aqui nos aproximamos do reino dos “não-trabalhadores”, cujo número tende a crescer com a introdução das modernas tecnologias. A tendência é que o trabalho chegue ao seu fim.

No entanto, quando falamos em “fim” do trabalho, precisamos dizer a que trabalho nos referimos. Não se trata, evidentemente, do fim de todo e qualquer trabalho. Trata-se do fim do trabalho

entendido como emprego, esse que se tem ou não se tem. Porque o trabalho como atividade humana continua existindo, e muito.

O fim do trabalho entendido como emprego estala a crise da sociedade salarial, pois como incluir se a forma por excelência de participação nesta sociedade - o trabalho - já não existe mais, foi abolido? Considerando os progressos tecnológicos, pelos quais se produz sempre mais, em tempo menor, a um custo mais reduzido e com menos trabalho, “querer continuar a determinar o salário pela produção, a renda pelo tempo passado na produção é, então, uma noção absurda e, em certa medida, injusta. Insistir em se manter alicerçado na lei do século passado (trabalho/produção/salário) é um *nonsense* econômico que poderia, aliás, conduzir a impasses ou a aberrações” (Aznar). Portanto, é a própria sociedade que é abalada em sua base, na estrutura de redistribuir as riquezas socialmente produzidas.

É por isso que esse tipo de trabalho - a modalidade de trabalho emprego - pode ser abolida. Está nascendo “um novo sistema que abole massivamente o ‘trabalho’. Esse novo sistema restaura as piores formas de dominação, servidão e exploração, constringendo a todos a se baterem contra todos para obterem este ‘trabalho’ que ele aboliu. É preciso ousar querer o êxodo da sociedade do trabalho: esta sociedade não existe mais e não voltará mais. É preciso querer a morte desta sociedade que agoniza a fim de que possa nascer uma outra sobre os seus escombros. É preciso que o trabalho perca a sua centralidade na consciência, no pensamento, na imaginação de todos: é preciso aprender a ter um olhar diferente sobre o trabalho: não mais pensá-lo como algo que se tem ou não se tem, mas como aquilo que nós fazemos. É preciso ousar nos apropriar novamente do trabalho.

5. Rumo a uma nova organização social do trabalho

Convém agora pensar algumas saídas que podem – em curto e em longo prazo – cimentar as bases de uma nova organização social do trabalho.

5.1. A redução da jornada de trabalho e o tempo livre

Uma possível saída para o desemprego passa pela partilha do emprego existente. A redução da jornada de trabalho, mas com salvaguarda do salário, dos direitos sociais e controle das horas-extras, está se tornando, em todo o mundo, a grande bandeira do movimento sindical. É uma luta importantíssima porque é uma maneira concreta de partilhar a produtividade alcançada com as novas tecnologias e os novos métodos organizacionais. É cada vez mais urgente entender que é preciso que todos trabalhem menos para que todos possam trabalhar.

Assim, novos direitos e uma nova liberdade emergem como possibilidades:

“O trabalho cria relações de solidariedade, opostas às relações de competição.”

- o direito de cada um ganhar a vida trabalhando, mas trabalhando menos e melhor, recebendo por inteiro a sua parte da riqueza socialmente produzida.

- o direito de trabalhar de modo descontínuo, intermitente, sem perder durante estas pausas a renda plena de forma que possa abrir novos espaços às atividades sem fim econômico e reconhecer a estas atividades uma dignidade e um valor eminente, seja para os indivíduos, seja para a sociedade no seu conjunto.

A redução da jornada de trabalho coloca em pauta a questão do tempo livre. A humanidade sempre sonhou em poder dedicar o mínimo de tempo para garantir a sobrevivência e poder dispensar o máximo de tempo para atividades autônomas. Estamos às portas de entrar nesta nova era

em que se pode trabalhar menos e alargar o tempo livre. Paradoxalmente, esta nova era vem acompanhada de uma contradição terrível. Quando se pode aspirar ao máximo de tempo livre, o trabalho lhe parece subtrair cada vez mais horas. Para os que são empurrados para o tempo livre, que atende também pelo nome de desemprego, esse parece se transformar, na realidade, num verdadeiro inferno.

Agora, numa sociedade em que tudo é mercantilizado, como utilizar o tempo livre de maneira não mercantil? Portanto, a redução da jornada de trabalho aponta para um novo tipo de sociedade. Sem esta visão mais ampla, a redução da jornada de trabalho torna-se uma mera medida pontual para resolver o problema do desemprego. O que era privilégio de poucos na cidade-estado grego, agora pode ser ampliado para todos.

A defesa da redução da jornada de trabalho não pode vir sozinha. Deve vir acompanhada de uma “nova cultura do tempo livre” e pela “ampliação do rendimento”. Do contrário, o tempo livre corre o risco de ser identificado com o “consumismo e com a cultura de massa alienante”.

5.2. A defesa de um mínimo vital universal, independente do trabalho

Não basta apostar na redução da jornada de trabalho e no aumento do tempo livre. Juntamente com a redução da jornada de trabalho, é preciso apostar na universalização do direito a um mínimo vital. Este parte do pressuposto de que há um aumento da produtividade. Esta produtividade não pode mais ser distribuída tendo como único critério o “ter um emprego, uma carteira assinada”. A produtividade pertence a toda a sociedade. E ela aumenta sem necessitar do emprego de todos. “A gigantesca produtividade que a tecnociência confere ao trabalho humano tem como

conseqüência fazer da maximização do tempo disponível, e não mais da maximização da produção, o sentido e o fim imanente da razão econômica. Marx já afirmava a este respeito que a verdadeira economia – aquela que economiza – é a economia do tempo de trabalho.

O capitalismo, no seu atual estágio, introduz uma “drástica ruptura no vínculo mecânico entre tempo de trabalho produtivo e produção.” Não é mais possível valorizar com precisão a produtividade do trabalho em oficinas flexíveis, com fabricação assistida por computador que só requer alguns supervisores. Em termos econômicos, não é mais possível querer continuar enquadrado pela lei do século XIX - a do trabalho/ produção/salário mensal -, que foi uma idéia interessante que correspondeu a uma certa civilização industrial. A nova civilização informatizada pede que se invente um conceito novo para assegurar a redistribuição das riquezas coletivamente produzidas.

Assim, todos os cidadãos e cidadãs têm direito, pelo simples fato de pertencerem a esta sociedade, a um mínimo vital, independentemente do trabalho que realizaram, realizam ou realizarão. Não cabe mais, portanto, o princípio “a cada um segundo o seu trabalho”. Este princípio caducou. Já Marx, em 1857, escreveu que ‘a distribuição dos meios de pagamento deverá corresponder ao volume das riquezas produzidas e não ao volume do trabalho realizado’. E o economista russo radicado nos EUA, W. Leontieff, Nobel de Economia em 1973, afirma categoricamente: “quando a criação de riquezas não depender mais do trabalho dos homens, estes morrerão de fome às portas do paraíso, caso não se tenha uma nova política de renda capaz de responder à nova situação técnica”. Portanto, continuar a defender que ‘quem não trabalha não come’, é assumir uma postura conservadora que não consegue

“A ética do educador salesiano deve fundar-se na dignidade e nos direitos universais inalienáveis de toda pessoa humana.”

compreender a grande transformação que estamos vivendo e que acaba por excluir a maioria das pessoas.

5.3. A socioeconomia solidária

No contexto de uma economia neoliberal que não consegue (e não quer!) dar conta de oferecer dignidade e igualdade a todas as pessoas, emergem sempre com mais força e por todos os cantos as experiências ditas de economia solidária. Ela oferece hoje condições para ser “uma alternativa sistêmica ao capitalismo”. Trata-se de uma nova abordagem de tudo o que está envolvido nos processos econômicos. O seu objetivo não é o acúmulo de lucro privado, mas a produção e o compartilhamento sustentável dos recursos para o bem viver das pessoas e a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas (...). Estas organizações abandonam o mercado como regulador de preços sob o paradigma da escassez, e substituindo-o pela solidariedade praticada em rede sob o paradigma da abundância. O mais importante, no entanto, é o fato de se considerar as pessoas – em todas as suas dimensões, afetivas, imaginativas, cognitivas, em suas necessidades e desejos – não apenas como consumidores ou produtores, mas como sujeitos que estão em relação solidária uns com os outros.

A economia solidária pode ser ampliada a fim de incorporar aquelas atividades que respondem às necessidades que não são rentáveis para a economia de mercado. Ou seja, são atividades que não visam primeiramente a produção de bens, mas de laços. São atividades que se caracterizam pela proximidade com a vida e entre as pessoas. Elas têm o objetivo de cuidar do bem-estar da comunidade, especialmente dos mais abandonados, como os idosos, os portadores de deficiências físicas, de preservar o meio ambiente, de cuidar da educação, etc. Elas indicam que a sociedade pode tornar-se mais humana e mais capaz de futuro, à medida que valoriza, inclusive financeiramente, independentemente do

trabalho assalariado, as oportunidades de sustento, os contatos sociais e de desenvolvimento pessoal. Trabalho não falta. É preciso, porém, encontrar meios e caminhos para financiá-lo, redistribuindo a riqueza social.

O fundamental a apreender aqui consiste no seguinte: apesar de todas as dificuldades, a socioeconomia solidária consegue ampliar a noção de trabalho para além do emprego. O trabalho cria relações de solidariedade, opostos às relações de competição. Faz o trabalho ser visto também na perspectiva de criação de relações sociais e não apenas de relações de produção. Não se necessita produzir somente coisas, mas também relações, pois nossa sociedade carece não só de bens, mas também de relações.

5.4. Desvincular o consumo do trabalho

A sociedade industrial relacionou o consumo com o trabalho. Você é consumidor na medida em que é trabalhador. A sociedade de produção em massa teve que fomentar o consumo em massa. Fez-se o elogio do consumo. Trabalha-se para consumir. A poupança deixa de ser virtude; agora, é consumir, e consumir o máximo. Assim também a própria cidadania está relacionada com o consumo. É-se alguém na medida em que se tem acesso ao consumo.

Faz-se necessário repensar o próprio consumo, pois dele depende o futuro da humanidade e a sobrevivência do planeta. O acesso ao consumo está diretamente relacionado à renda. A desigualdade entre ricos e pobres é evidenciada e reforçada pelo desequilíbrio do consumo de ricos e pobres. Cerca de 20% da população mundial consome 80% dos recursos produzidos no planeta, enquanto que o restante sobrevive com as migalhas.

Para Michel Beaud, o cerne do problema é este: o modo de vida e de consumo ditos modernos, sob a forma atual, são insustentáveis. Ele não pode nem se perpetuar nos países que deles se

beneficiam, nem se estender a todos os homens e mulheres do mundo que sonham ou desejam tê-lo; entretanto, em todos os países do mundo, camadas ou classes sociais tentam chegar ou aspiram a ele. O planeta simplesmente não suporta o nível e crescimento do atual volume de consumo. O atual modo de consumo é inconseqüente com as futuras gerações. Consume-se hoje sem nenhuma responsabilidade nem com o passado nem com o futuro da humanidade e do planeta. Até quando é possível suportar ecológica e humanamente que, por exemplo, uma criança norte-americana consuma durante a sua vida o que consomem duas crianças suecas, três italianas, treze brasileiras, trinta e cinco indianas, duzentas e oitenta haitianas? (Cfr. Kennedy, p. 29).

Trata-se, aqui, portanto, de uma necessária e urgente mudança de mentalidade e de atitudes. É preciso criar uma nova relação com a natureza e com o próprio trabalho. O trabalho entendido como 'dominação' da natureza passou a predominar em nossas sociedades, mas hoje, com a crise ecológica, está num impasse: ou colocamos limites à voracidade produtivista ou vamos ao encontro do pior. A sociabilidade entre os humanos se rompeu pela dominação de povos sobre outros e pela luta renhida das classes. Não se vê outra coisa no ser humano senão sua força de trabalho a ser vendida e explorada ou sua capacidade de produção e de consumo. Não se consegue ter uma visão do ser humano como ser de relações infinitas, ser de criatividade, de ternura, de cuidado, de espiritualidade.

5.5. O desafio

Temos, pois, diante de nós, uma dupla e árdua tarefa. Como se não bastasse a urgência em continuar a luta por condições dignas de trabalho hoje para as pessoas, é preciso acrescentar a tarefa de pensar novas formas sociais nas quais o trabalho terá uma significação. É preciso partir das experiências de cada pessoa que trabalha - e neste sentido se pode falar em mundos

do trabalho -, mas não se pode ignorar que o momento exige de nós, por conta da responsabilidade histórica que nos é dada, pensar novos fundamentos para uma sociedade na qual o trabalho possa ser fator, não mais de aviltamento da pessoa humana, mas de respeito ao seu ser e aspirações mais profundas.

6. Educação para uma nova ética, à luz do sonho dos nove anos

O capitalismo global apossou-se por completo dos destinos da biotecnologia, libertando-a das amarras metafísicas e orientando-a única e exclusivamente para a criação do valor econômico. As legislações de marcas e patentes transformaram-se em instrumentos eficazes de apropriação privada das conquistas da ciência, reforçando os traços concentradores e hegemônicos do atual desenvolvimento. As conseqüências dessa autonomização da técnica com relação aos valores éticos e normas morais foram, dentre outras, o aumento da concentração de renda e da exclusão social, o perigo da destruição do habitat humano por contaminação e de manipulação genética, ameaçando o patrimônio comum da humanidade. A estes riscos podemos acrescentar o esgotamento da própria dinâmica de acumulação capitalista, por conta de uma eventual crise de demanda.

Os avanços da técnica são, ao mesmo tempo, espetaculares e preocupantes. Não queremos ir contra o desenvolvimento tecnológico. A questão é bem outra: a tecnologia pode e deve submeter-se a uma ética que seja libertadora, a fim de contemplar o bem-estar de toda a sociedade, presente e futura, e não apenas colocar-se a serviço das minorias ou atender a necessidades imediatas. A ética do educador salesiano deve fundar-se na dignidade e nos direitos universais inalienáveis de toda pessoa humana. O mistério da Encarnação de Jesus Cristo revela a sacralidade do homem e da mulher, chamados à filiação divina em Cristo. Neste horizonte queremos falar em uma nova ética.

É interessante que já em 1932 houve um diálogo por carta entre Einstein e Freud. Einstein perguntou a Freud se era possível eliminar o instinto perverso, mau e de destruição da pessoa humana. Freud respondeu que não era possível, uma vez que toda pessoa carrega dentro de si o Eros, que é a força da vida, e o Tanatos, que é a força da morte. O simbólico e o diabólico, aquilo que une e aquilo que divide. O que se deve fazer, dizia Freud, em todos os campos, inclusive no da educação, é reforçar as forças de vida para fazer calar as forças de morte.

Na época de Dom Bosco conviviam concepções divergentes de natureza humana. Por um lado, a concepção pessimista dos calvinistas e jansenistas. Para eles, a natureza humana parece radicalmente má, “incapaz de se dirigir para o bem, pronta em todos os momentos para evadir-se em ímpetos de mal. É preciso portanto guiá-la, constantemente, como uma criança. Conservá-la sempre enfreitada. Curvá-la perpetuamente sob uma regra inflexível, uma disciplina de ferro. Estancar-lhe todo o impulso espontâneo. Reinado da lei, do sistema, da disciplina que não é animada por nenhuma influência pessoal ou viva. Triunfo do formalismo e da repressão cega” (Auffray, 1940, p. 85). Por outro lado, a concepção otimista de Rousseau. “Tudo sai bom das mãos do Criador de todas as coisas e tudo degenera nas mãos dos homens” (Rousseau, s.d., p. 5).

Dom Bosco preferiu tratar o jovem com mais realismo, sem os radicalismos de bom ou de mau. “Em todo jovem, mesmo no mais infeliz, há um ponto acessível ao bem e a primeira obrigação do educador é a de buscar este ponto, esta corda sensível do coração e tirar bom proveito” (Cf. Lemoyne, 1905, p. 367). Para Dom Bosco, a pessoa humana era suscetível de perfeição, apesar de enfraquecido pelo pecado. Dedicou toda a sua vida aos jovens, porque acreditava ser educável e capaz de perfeição (Ricaldone, 1951, p. 102-103).

A tarefa da educação consiste justamente em reforçar os mecanismos de vida. No sonho dos nove anos temos a luta de Eros e de Tanatos. Precisamos educar para uma ética da centralidade da vida, que tem quatro características fundamentais:

- **Solidariedade.** A lei suprema do mundo é a da solidariedade e da interdependência de um para com o outro. Esta solidariedade e interdependência tem que se estruturar em nós. Já houve vezes em que a terra se desfez em 90% e se refez porque as forças da vida souberam se solidarizar, se interdependentizar. Hugo Assmann diz que “em meio ao acirramento competitivo, planetariamente globalizado, a educação se confronta com o desafio de unir capacitação competente com formação humana solidária, já que hoje a escola incompetente se revela como estruturalmente reacionária, por mais que veicule discursos progressistas. Juntar as duas tarefas – habilitação competente e formação solidária – ficou sumamente difícil, porque a maioria das expectativas do meio circundante (mercado competitivo) se volta quase que exclusivamente para a demanda da eficiência (capacidade competitiva)”.

- **Cuidado.** A mãe do sonho representa o cuidado. Muita violência do mundo significa falta de cuidado, de ternura, de bondade. Torna-te humilde, forte e robusto. Não há agressividade humana que não possa ser vencida pela ternura, pelo cuidado. Tudo o que é cuidado dura mais, custa mais e é mais valorizado. O mundo não é uma grande loja de conveniências, um grande Mc Donald's de consumo. O mundo é a casa de todos. Cada vez mais nos convencemos de que problemas de aprendizagem têm raízes emocional e afetiva.

- **Responsabilidade.** Todo saber tem que ser bom para a vida. Em 1952, Einstein fez uma viagem à Índia. Foi interrogado por um sábio indiano que lhe perguntou: em que sentido a teoria da relatividade

ajuda a diminuir o sofrimento? Esta mesma pergunta temos que fazer à nossa educação: em que sentido ela ajuda a diminuir o sofrimento, em que sentido ela ajuda a aproximar as pessoas, em que sentido ela ajuda a eliminar a exclusão...

• **Compaixão.** Ter compaixão não é ter pena. Eu tenho compaixão quando sou capaz de me distanciar da realidade para deixar que ela seja, quando domestico minha voracidade, meu consumismo do supérfluo, que se faz às custas da privação do necessário do irmão. Ter compaixão é ir ao encontro do outro, sobretudo dos que mais sofrem. Agir como Jesus agiu no milagre dos pães e dos peixes.

Na época do “estado do bem-estar social” era doutrina política oficial a necessidade de redistribuir e de assegurar aos mais pobres um nível de vida mínimo. No liberalismo, isto é considerado prejudicial. Os neoliberais preconizam a supressão da ajuda aos pobres, pois seria contraproducente. Em lugar de resolver o problema, dizem eles, a ajuda alimenta-a; não estimula os pobres a sair da sua pobreza, mas estimula a preguiça. Esta é a justificativa que as burguesias sempre usaram para negar toda ajuda aos pobres e enriquecer impunemente e com boa consciência. Muitos faziam sua apreciação de Benjamin Franklin sobre a Inglaterra do seu tempo: “Não há país no mundo onde haja tantas disposições para favorecê-los (os pobres), onde haja tantos hospitais para recebê-los quando estão doentes, hospitais fundados e mantidos pela caridade voluntária; onde haja tantos asilos para os velhos de cada sexo, juntamente com uma lei solene feita pelos ricos, que lhes grava as propriedades com um pesado imposto para manter os pobres... Em resumo, é um estímulo para alentar a preguiça, e não é estranho que tenha contribuído para aumentar a pobreza” (Himmelfarb, 1988, p. 13).

É interessante que o Jesus que aparece no sonho dos nove anos é o Bom Pastor. O Bom Pastor é firme, forte e duro contra quem não se abre para acolher quem

precisa ser acolhido. Ao mesmo tempo, é terno, paciente e misericordioso com quem já não conta. O apóstolo Paulo nos é paradigma deste agir: “Eu não me apresentei com adulações, como sabeis; nem com secreta ganância. Deus é testemunha! Tampouco procuramos o elogio dos homens, quer vosso, quer dos outros, ainda que nós, na qualidade de apóstolo de Cristo, pudéssemos fazer valer a nossa autoridade. Pelo contrário, apresentamo-nos no meio de vós cheios de bondade, como uma mãe que acaricia os seus filhinhos” (1Ts 2,6-8). Numa sociedade que brutaliza e apavora pelo e com o medo, nós proclamamos que somos testemunhas da bondade e da benignidade de Deus. Trata-se de uma bondade, porém, motivada e orientada pela bondade de Deus Pai/Mãe e, como no exemplo do Bom Samaritano, deve tornar-se ativa para mitigar os problemas e os sofrimentos dos jovens.

Conclusão

No livro de Dom Bosco “Memórias do Oratório”, lemos um belíssimo testemunho. “O P. Cafasso, meu guia havia seis anos, foi também meu diretor espiritual, e se fiz algum bem, devo-o a este digno eclesiástico, em cujas mãos coloquei minhas decisões, estudos e atividades.

Começou primeiro por levar-me às prisões, onde pude logo verificar como é grande a malícia e a miséria dos homens. Ver turmas de jovens, de 12 a 18 anos, todos eles são, robustos, e de vivo engenho, mas sem nada fazer, picados pelos insetos, à míngua de pão espiritual e temporal, foi algo que me horrorizou. O opróbrio da pátria, a desonra das famílias, a infâmia aos próprios olhos personificavam-se naqueles infelizes. Qual não foi, porém, minha admiração e surpresa quando percebi que muitos deles saíam com o firme propósito de vida melhor e, não obstante, voltavam logo à prisão, da qual haviam saído poucos dias antes.

Nessas ocasiões descobri que muitos voltavam àquele lugar porque aban-

donados a si próprios. “Quem sabe – dizia de mim para mim – se tivessem lá fora um amigo que tomasse conta deles, os assistisse e instruisse na religião nos dias festivos, quem sabe não se poderiam manter afastados da ruína ou pelo menos não diminuiria o número dos que retornam ao cárcere?”

Comuniquei esse pensamento ao P. Cafasso, e com o seu conselho e com suas luzes, pus-me a estudar a maneira de levá-lo a efeito, deixando o êxito nas mãos do Senhor, pois, sem ele, são inúteis todos os esforços dos homens”. (Bosco, 1982, p. 91-92).

A vida social reduz-se fundamentalmente ao econômico. O econômico, sobretudo o financeiro, submete e subordina tudo. Ele se autonomiza do social e do político, passando a subordiná-los. A economia, de servidora da sociedade, passa a ser a senhora, a qual tudo é subordinado e submetido. A redução da vida sociopolítica da sociedade à economia significa que tudo pode ser quantificado. A produtividade, a eficiência e a eficácia erigidos como únicos critérios, excluem a possibilidade da gratuidade, do relacional e do sonho. O que não é pago torna-se suspeito. Como quem vale é quem consome e só consome quem compete, instaura-se a violência e cresce o medo. Medo do desemprego, medo de ser incompetente, medo de ser perdedor, medo de ser assaltado, medo da outra pessoa. Aqui está uma das origens da escalada da violência no mundo de hoje.

Nossa grande tarefa é a deslegitimação teórica e ideológica do discurso neoliberal. A idade média dos prisioneiros do Rio Grande do Sul não passa de 23 anos. São jovens, pobres, negros, analfabetos totais ou funcionais.

A riqueza de uma nação não se confunde com o econômico. Há riquezas sociais, políticas, culturais e religiosas. Olhamos as novas tecnologias sem suspeição, mas também sem ingenuidade. Nós proclamamos que as realidades criadas têm uma bondade intrínseca, uma autonomia e consistência própria. Não temos medo de enfrentar e inserir-nos no

mundo, olhando-o com otimismo realista. Antigamente um povo dominava o outro para transformá-lo em mão-de-obra escrava. Com o advento da revolução tecnológica, sobretudo através da informática, da biotecnologia e dos materiais alternativos, as máquinas e os robôs substituem a mão-de-obra na produção de gêneros de primeira necessidade, porém, a mentalidade escravista continua. Romper com este esquema e propugnar por relações mais justas e equitativas é tarefa da educação ética numa perspectiva de solidariedade.

Como Dom Bosco, continuamos sonhando que as forças de morte (meninos maus e bichos vorazes) serão suplantadas pelas forças de vida (meninos bons e cordeirinhos), pela ternura do feminino e pela determinação do masculino.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1989.
- AZNAR, G. *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo: Scritta. 1995.
- BEAUD, M. *Le basculement du monde*. Paris: La Découverte. 2000.
- BECK, Ulrich. *Il lavoro nell'epoca della fine del lavoro. Tramonto delle sicurezze e nuovo impegno civile*. Torino: Einaudi. 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.
- BOFF, Leonardo. *Saber cuidar. Ética do Humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes. 1999.
- BOSCO, João. *Memórias do Oratório de São Francisco de Sales*. Salesiana: São Paulo 1982.
- DESRAMAUT, Francis. *Spiritualità Salesiana. Cento parole chiave*. Roma: LAS. 2001.
- _____. *Uma nuova congregazione al servizio dei giovani del XIX secolo*. IN: Il Servizio Salesiano ai giovani. Torino: LDC, 1971.
- GORZ, André. *Métamorphoses du travail. Quête du sens. Critique de la raison économique*. Paris: Galilée, 1988.
- _____. *Misères du présent. Richesse*

- du possible*. Paris: Galilée. 1997.
- HESS, José Rodolpho. *O amor em Dom Bosco e em Rogers*. São Paulo: EDB, 1983, 176p.
- HIMMELFARB, Gertrude. *La vida de pobreza. Inglaterra a principios de la era industrial*. México: FCE, 1988.
- KENNEDY, Paul. *Preparando para o século XXI*. Campus. São Paulo.
- MANCINI, Euclides. *Socioeconomia solidária – Considerar as pessoas*. CEPAT Informa n. 79/2001, p. 78-79.
- MODESTI, João. *Uma pedagogia perene*. São Paulo: EDB, 1975. 176p.
- RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books. 1996.
- SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter – Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro-São Paulo: Record. 1999.
- SANDRINI, Marcos. *Dom Bosco e os jovens: uma dupla inseparável*. Porto Alegre: 1989. 37p.
- SCARAMUSSA, Tarcisio. *O sistema preventivo de Dom Bosco: um estilo de educação*. 3ª ed. São Paulo: EDB, 1984. 164p.

5. Curso de Administração: da concepção à implementação – uma realidade

Nilo Valter Karnopp

Professor Ms. e Coordenador do Curso de Administração da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre, RS

Resumo: Neste relato-testemunho, o autor partilha sua experiência como coordenador do processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico do curso de Administração da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre. Descreve a trajetória da sua criação: da concepção à sua implantação, no início de 2003. Enfatiza prioritariamente as razões da criação em curso diferenciado na Grande Porto Alegre. Lança um olhar sobre a marca salesiana que o curso deve ter, bem como sua fundamentação teórica: epistemologia e metodologia.

Palavras-chave: Administração, marca salesiana.

Meu pai, de saudosa memória, professor de escola confessional rural, me deixou um ensinamento no trato das questões profissionais: “não abrevie a trajetória e esteja preparado para as oportunidades”. Quando disse a ele que não iria seguir a carreira do pastorado, ele me exigiu que me preparasse para uma carreira profissional. Muito cedo fui trabalhar no comércio e à noite cursava contabilidade, como muitos jovens naquela época. Logo percebi que não seria suficiente um diploma de ensino médio, ainda que profissionalizante, e prestei vestibular em universidade federal para o curso de administração de empresas. Antes mesmo de terminar o curso, ocupei cargo de assessor na área de finanças. Em seguida, fui alçado ao cargo de gerente financeiro e, mais adiante, diretor administrativo financeiro.

Houve outro momento marcante, em fins da década de 80, em que se exigia dos

Abstract: In this story-certification the author shares his experience as coordinator of the process of elaboration of the Pedagogical Politician Project to the Course of Administration for the College Dom Bosco from Porto Alegre. He describes the trajectory of its creation: from the conception to its implantation in the beginning of 2003. He emphasizes the reasons of the creation in differentiated course in Porto Alegre and its metropolitan area. He launches a look on the Salesian mark that the course must have as well as its theoretical basis: epistemology and methodology.

Keywords: Management, Salesian mark.

profissionais uma visão generalista da administração. Fui procurar qualificação em curso de pós-graduação, oportunidade esta que me abriu a expectativa de vir a ser professor universitário, ou seja, uma segunda carreira. Logo as portas se abriram para o magistério superior, exercendo-o em grandes universidades de Porto Alegre.

Ao me tornar professor universitário, tomei por princípio que haveria de lecionar aquilo que eu tinha vivenciado e o que eu tinha estudado a vida inteira, e ato contínuo, fiz o mestrado em Administração. O mestrado em Administração em uma das melhores escolas de negócios do país me acendeu a vontade de alçar outros vãos, quem sabe, ser coordenador de curso.

1. Um pouco de história

Em fins de novembro de 2000 surgiu esta oportunidade. Lá estava eu, na Rua Lucas de Oliveira, em um prédio que fica

em frente ao internato onde passara minha juventude, sendo recebido por Erneldo Schalleberger e Marco Augusto Rippel. O primeiro se apresentou como consultor educacional, e o segundo, como executivo de uma ordem religiosa, cuja identidade não poderia ser revelada naquele momento e a revelação só veio a acontecer no segundo ou terceiro encontro. Eles me disseram que a instituição queria lançar uma Faculdade que teria inicialmente três cursos: Sistemas de Informação, Ciências Contábeis e Administração. Como geralmente acontece nestes processos de recrutamento, penso que havia inúmeros, haveria talvez dezenas de candidatos a coordenador do curso de Administração.

Eu precisava então contribuir para criar um diferencial, algo que me destacasse no processo seletivo, e ele apareceu na resposta à pergunta do Professor Erneldo: “Como você idealiza um curso de Administração para diferenciá-lo de tantas outras propostas de curso aqui na Grande Porto Alegre?”. Sem

pestanejar, disse que o curso deveria estar voltado ao empreendedorismo e à forte concentração nas disciplinas profissionalizantes, estas análogas às principais áreas da administração em uma empresa de médio a grande porte. Uma vez contratado, me pus a trabalhar.

Aquele verão de 2001/2002 foi inesquecível. Todos os dias, manhã, tarde e noite, trabalhei no projeto, para responder às seguintes questões, entre outras: Em que contexto nascerá o curso e qual a concepção de curso? Quais são os objetivos do curso? Quais são as justificativas para a criação do curso? Qual o perfil desejado do formando profissional? Como se projeta o mercado de trabalho? Qual a metodologia do trabalho para o curso? Qual a qualificação do quadro docente? Como se desenha a estrutura

curricular? E o ementário?

Contrariando a melhor técnica de criação, o curso não é de criação coletiva. Estive à frente do processo de criação solo. Durante o processo de criação havia, vez que outra, encontro com o Professor Erneldo e representantes da Inspetoria Salesiana São Pio X para discussão do avanço da proposta, único momento de alguma construção coletiva.

2. Concepção do curso

Voltando às questões suscitadas na criação do curso de Administração, escreveu-se ao Ministério da Educação e Cultura, para receber autorização de funcionamento, que a gestão empresarial requer um profissional plenamente inserido no ambiente das empresas, atento às inovações, com pleno domínio dos modernos sistemas de gerenciamento, e ao mesmo tempo, empreendedor, para que os recursos humanos, materiais e financeiros sejam otimizados ao máximo para promover o desenvolvimento da sociedade.

A moderna administração está intimamente vinculada ao domínio dos conhecimentos e

das informações que regem o universo das empresas, à inovação constante e ao empreendedorismo. Estes fatores conjugados permitem a tomada de decisões que sustentam o avanço da economia e da sociedade.

Até a regulamentação da profissão de Administrador, nos idos da década de 60, todos se sentiam administradores. A determinação de alguns abnegados batalhadores possibilitou colocar o administrador de empresas no topo das profissões legalmente reconhecidas no Brasil, resultando daí a criação do Conselho Federal de Administração. O curso de administração é hoje considerado um dos mais importantes em quase todas as instituições de educação superior. Disse na época que a Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre não desejava criar tão somente mais um curso de Administração de Empresas no Estado do Rio Grande do Sul. Concebia o curso a partir de

“O curso de Administração de Empresas tem o objetivo de desenvolver com os alunos a capacidade empreendedora para negócios próprios”.

uma vertente generalista, onde as principais áreas de estudos são análogas às principais áreas operacionais de uma empresa. Os eixos temáticos de enfoque procuram conciliar a discussão teórica com a transferência das mais modernas técnicas de administração existentes e comprovadas, dando ênfase em todo o curso e em todas as disciplinas à questão do empreendedorismo. A Faculdade deseja oferecer à sociedade gaúcha a formação de administradores que, além de uma carreira exitosa, como executivos de empresas ou de organizações, ou como empreendedores, tenham uma visão de pessoa humana e de sociedade comprometida com a dignificação das relações sociais e com a criação de oportunidades para todos, na perspectiva da solidariedade e da justiça social.

O Curso de Administração de Empresas tem por objetivo formar profissionais que tenham capacidade de gerir empresas e/ou organizações, públicas e privadas, visando atingir resultados que visem ao desenvolvimento sustentável e responsável de recursos econômicos muitas vezes escassos, aplicando as mais modernas técnicas de gestão empresarial. O curso tem ainda o objetivo de desenvolver nos alunos a capacidade empreendedora para negócios próprios, característica que marca o seu currículo e que permeia as disciplinas, tanto de conteúdo técnico quanto humanístico.

3. A marca salesiana

A educação de jovens, especialmente os mais pobres, e de adultos tem forte presença nas atividades dos salesianos de Dom Bosco, remontando ao princípio do século XX. No campo da educação, os salesianos atuam em todos os níveis do sistema educacional vigente no país. O Estado do Rio Grande do Sul tem recebido forte incremento no processo de industrialização, no comércio e na geração de serviços, especialmente em

telecomunicações. O Estado ocupa uma posição de quarto lugar entre os estados mais desenvolvidos do Brasil. Grande parte deste desenvolvimento se concentra na Região Metropolitana de Porto Alegre, sede da Faculdade, que exerce forte polarização sobre todo o Estado e sobre grande parte dos Estados de Santa Catarina.

Um curso de Administração de Empresas, como o que está se propondo, vem ao encontro das necessidades de profissionais qualificados que os diferentes setores da economia e da sociedade estão a exigir. Um curso que proporcione aos agentes econômicos oportunidade de buscar profissionais com forte embasamento técnico-administrativo, voltado para o empreendedorismo. Não se entenda aqui empreendedorismo como administração de micro e pequenas empresas. Por esta razão, as diretrizes curriculares propostas estão orientadas para médias e grandes empresas. O profissional formado para grandes empresas certamente é mais bem preparado para ser empreendedor, além da qualidade natural para tal iniciativa.

A Faculdade está localizada na zona norte da cidade de Porto Alegre, num eixo de articulação de cidades industriais como Cachoeirinha, Gravataí e Alvorada. Tanto na região norte da cidade de Porto Alegre, como nas citadas cidades, a oferta de cursos de Administração é restrita, o que garante um amplo espaço para a instalação do curso proposto. Ademais, a rede estadual e particular, das escolas de nível médio, e as dos salesianos, têm um potencial enorme de postulantes para o ingresso na Faculdade. Portanto, não se trata simplesmente de mais um curso de Administração de Empresas. O curso pretende diferenciar-se por trazer toda a experiência salesiana de fazer educação, utilizando os mais modernos

“O perfil do administrador se completa com disciplinas humanísticas e do pensamento cristão salesiano, formando cidadãos responsáveis para a sociedade e para a família”.

recursos humanos e materiais. Justifica-se por ser um curso de formação em todas as áreas da ciência da Administração, acompanhando as exigências do mercado de trabalho e do empreendedorismo.

4. Fundamentação teórica

Ao concluir o curso, a Faculdade estará entregando à sociedade e aos agentes econômicos, públicos e privados, um Bacharel em Administração dotado de competências e habilidades que impulsionem o desenvolvimento do país. A sua preparação estará fortemente orientada para a atuação nas funções classicamente reconhecidas de planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar atividades empresariais, tanto como executivo de empresas ou de organizações, quanto como empreendedor, ao lançar-se em negócio próprio.

O curso define como requisito básico uma visão estratégica de todos os cenários macroeconômicos e microeconômicos, sustentados por uma formação sólida em todas as áreas da ciência da Administração. Espera-se também que o egresso exerça com ética e proficiência as atribuições inerentes à sua função, concebendo, implantando e administrando recursos humanos, materiais e financeiros para o alcance de metas estabelecidas no planejamento estratégico das empresas e dos empreendimentos.

O profissional que se pretende formar não deve se limitar à capacidade de operar as mais reconhecidas técnicas de gestão empresarial, mas de refletir e atuar sobre a realidade econômico e social a partir de sólidos elementos éticos e humanístico-cristãos.

O formando que a sociedade receberá será proficiente na motivação para proatividade; na visão sistêmica dos órgãos que interagem na empresa; no raciocínio lógico e crítico-analítico, para solução de problemas; na articulação e na liderança de equipes multidisciplinares, visando objetivos comuns; na busca da conciliação dos objetivos pessoais e institucionais; no

uso de linguagem técnico-administrativa; na investigação e na pesquisa como fonte da construção do saber. Projeta-se um Bacharel em Administração com aprimorada capacidade e competência de desempenho nas habilidades intelectuais, interpessoais, de comunicação e tecnológicas, e emocionais.

O administrador é um profissional especializado na gestão de empresas industriais, comerciais e de serviços. O curso quer proporcionar ao acadêmico o domínio nas principais áreas da administração, a saber: recursos humanos, produção, logística empresarial, materiais, vendas e marketing, finanças, planejamento, administração geral com forte enfoque em empreendedorismo. O curso municia o aluno a buscar formação e informação no desenvolvimento de um negócio próprio, onde a veia de empreendedor – nata e desenvolvida pelas habilidades e competências – ficará amplamente alimentada pelo suporte técnico-científico que a integralização do currículo propõe. O curso dá ao aluno plenas condições a uma inserção exitosa no mercado de trabalho formal para desenvolver carreira executiva em grandes organizações. Além das disciplinas curriculares terem forte enfoque nas principais áreas da administração, o perfil do administrador se completa com disciplinas humanísticas e do pensamento cristão salesiano, formando cidadãos responsáveis para a sociedade e para a família.

5. Metodologia de trabalho

A metodologia de trabalho proposta para o curso, que visa à formação de um profissional de alta qualificação, está alicerçada em:

a) sólida formação humanística, visando o homem ético e o seu melhor relacionamento interpessoal;

b) forte formação em disciplinas específicas da administração, complementada com conhecimentos teóricos e práticos de Matemática, Estatística, Contabilidade,

Direito, Informática, Administração Pública e Economia, que permitirão ao profissional uma leitura de todo o contexto sócio-econômico;

c) incentivo à formação continuada pela oferta de cursos de extensão universitária e de pós-graduação;

d) oportunidades de desenvolvimento de sua capacidade empreendedora e de administração, na participação em empresa júnior, na monitoria acadêmica, em seminários de atualização, além das atividades obrigatórias de estágio supervisionado e do trabalho de conclusão de curso.

O curso se desenvolve em dois ambientes: interno e externo. São consideradas atividades internas aquelas que se desenvolvem intramuros da Faculdade, como salas de aula, laboratório de informática, biblioteca, monitoria acadêmica. São consideradas atividades externas aquelas desenvolvidas fora da Faculdade, pela participação do aluno em seminários, em empresa júnior, em estágios supervisionados e em trabalhos extraclasse. Nas atividades internas, a metodologia de trabalho conta com aulas expositivas e dialogadas, com estudos dirigidos, com estudos de casos, com análise de textos, de revistas especializadas em administração e em economia, com simulações em computador, simulações e jogos de empresas, e com exercícios em sala de aula. Nas atividades externas, a metodologia do curso prevê a atuação prática do aluno em estágios supervisionados, na empresa júnior, e em trabalhos extraclasse e na participação ativa em seminários de atualização. Em ambos os ambientes, a participação do aluno é, antes de ativa, pró-ativa, no sentido de se antecipar aos fatos, quando controláveis. Toda atividade, seja interna ou externa, é incentivada e supervisionada pelos professores e pelo coordenador de curso.

A qualidade do ensino ficará assegurada pela qualificação do corpo docente do qual é exigido que tenha, além de conhecimentos vivenciados e práticos em administração de empresas, adequada formação acadêmica,

com mestrado e doutorado. A qualificação é garantida não só pelo envolvimento acadêmico dos professores, mas também pela Política de Qualificação Docente e pelo Plano de Carreira Docente.

A matriz curricular elenca as disciplinas conforme a Resolução nº 02/93, de 4 de outubro de 1993, do Conselho Nacional de Educação, distribuídas por nove semestres. O aluno que cursa Administração na Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre tem em sua formação a contribuição de disciplinas específicas de administração nas áreas de estudos da Teoria da Organização, Administração da Produção, Administração de Materiais e Patrimoniais, Organização Sistemas e Métodos, Administração de Recursos Humanos, Administração Mercadológica, Administração Financeira e Orçamentária, Administração de Sistemas de Informação, Empreendedorismo. Completam sua formação as disciplinas de Ciências Exatas, Contabilidade, Direito, Informática, Língua Portuguesa, Economia e uma representativa carga de disciplinas humanístico-sociais. Os planos de ensino identificam a disciplina, a ementa, os objetivos, a metodologia de ensino, os critérios de avaliação e a bibliografia.

6. Conclusão do processo

Nós tínhamos pressa na autorização de funcionamento do Curso de Administração, além de Sistemas de Informação e Ciências Contábeis. Para surpresa de todos, o MEC fechou as portas para pleitos de autorização de cursos, de qualquer natureza e área, durante um semestre, para finalmente, em 2 de outubro de 2002, a Diretora do DEPESES/SESu, Sra. Maria Aparecida Andrés Ribeiro, em Despacho nº 0017/2002-MEC/SESu/DEPESES, designar a Comissão que haveria de “verificar a existência de condições para credenciar a Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre e para autorizar os cursos...” Para o Curso de Administração foi designado o Professor Amilton Giacomini Tomasi, Diretor da ESAG da Universidade do Estado de Santa

Catarina (UDESC).

A verificação *in loco* dos dados e das informações disponíveis se deu no período de 28 de outubro a 3 de novembro de 2002. A Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre foi autorizada pela Portaria 3254 de 26 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2002. O Curso de Administração foi autorizado pela Portaria Ministerial 3256, de 26 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2002.

Uma vez credenciada a Faculdade e autorizado o Curso de Administração, fiquei em dobrada expectativa: a realização do primeiro vestibular e a minha nomeação como coordenador do curso. O vestibular aconteceu em 12 de fevereiro de 2003 com 120 candidatos, sendo 60 alunos matriculados. E a minha segunda expectativa também foi atendida.

Depois de ter trabalhado com afinco no projeto, de ter aguardado meses pela aprovação, a Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre e os seus cursos Ciências Contábeis, Sistemas de Informação e Administração começaram a funcionar em março de 2003 nas dependências do Colégio Salesiano Dom Bosco, na Rua Eduardo Chartier, 360.

Este é o meu depoimento sobre a criação do curso de Administração. Cabe um registro de agradecimento aos colegas professores Luiz Dal Molin, Aécio Cordeiro Neves e Leticia Silva Garcia, e especialmente ao Padre Marcos Sandrini e Professor Erneldo Schalleberger, pelo apoio e companheirismo nesta jornada que recém está começando. Haverá uma outra oportunidade – quiçá quando da comemoração dos 10 anos da abertura da Faculdade – para dizer sobre o andamento do Curso de Administração.

6- Concepção e Desenvolvimento do Curso de Ciências Contábeis

Aécio Cordeiro Neves

Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre, RS

Luiz Dal Molin

Professor da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre, RS

Resumo: Na concepção do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre, em 2002, considerou-se a posição geográfica da capital e a robustez e participação da economia gaúcha no contexto nacional e do Mercosul. A densidade de aproximadamente oito candidatos por vaga, na UFRGS, foi também considerada.

O Curso veio atender à demanda por um profissional que, conjugando uma atuação harmônica com outros profissionais das áreas afins, com elevada responsabilidade social, contribua decisivamente para a qualificação da ação gerencial.

Palavras-chave: Ciências Contábeis, Formação gerencial, Ética.

1. A concepção do Curso de Ciências Contábeis

A abertura de um curso de Ciências Contábeis em Porto Alegre, em 2002, justificava-se, inicialmente, porque a capital gaúcha é uma grande metrópole e um pólo geoeconômico e educacional, com vasta gama de empreendimentos industriais, comerciais, financeiros, educacionais e de serviços em todos os setores econômicos, para os quais o Contador exerce papel importante.

Também mereceu destaque a posição geográfica de Porto Alegre, no contexto do Mercosul, considerando-se a elevada participação da economia gaúcha no mercado de exportação e importação. Deve-se recordar que tem sido política

Abstract: In the conception of the Course of Countable Sciences of the College Dom Bosco of Porto Alegre, in 2002, it was considered the geographic position of the capital and the robustness and participation of the gaúcho's economy in the national context and of the Mercosul. The density of approximately eight candidates for vacant, in the UFRGS, also was considered. The Course came to take care of to the demand for a professional who, conjugating a harmonic performance with other professionals of the similar areas, with raised social responsibility, contributes decisively for the qualification of the managemental action.

Keywords: Countable Sciences, managemental Formation, Ethical.

perene do governo federal o estímulo às exportações, vislumbrando-se desafios no estudo de práticas de comércio exterior e na harmonização dos princípios e normas internacionais de contabilidade.

Existia, à época, uma grande demanda de candidatos ao curso, conforme será evidenciado mais adiante, provavelmente em face dessas condições favoráveis decorrentes da economia local e do seu histórico de atuação, estimando-se, igualmente, elevada demanda pelos profissionais da área contábil, ao assumir-se o pressuposto de que o Contador é um profissional indispensável em qualquer organização, independentemente do seu porte e segmento de atuação.

Na verdade, os conhecimentos trazidos pelo curso de Ciências Contábeis, notadamente aqueles que não visam exclusivamente ao controle patrimonial, mas também à gestão e à ação conjunta e harmonizada com os conhecimentos obtidos em outras áreas profissionais, são cada vez mais imprescindíveis para o desenvolvimento de qualquer nação. Desde a fase inicial de qualquer empreendimento (análise de viabilidade, plano de negócios e constituição formal da empresa), até as fases pré-operacional, operacional e mesmo na descontinuidade organizacional, as empresas têm nos conhecimentos do profissional da área contábil um dos seus importantes pilares.

Utilizou-se, então, como sinalizador da procura de candidatos/vaga o histórico dos concursos vestibulares anteriores da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), cuja densidade estava crescendo de sete candidatos por vaga em 1997, para 9,87 em 2001, com demanda reprimida. Posteriormente, conforme se observa no

“Um diferencial estabelecido na concepção do curso consiste na ênfase aos estágios e ao trabalho de conclusão, de forma a aliar plenamente a teoria à prática”.

Quadro I, houve um gradativo retorno ao patamar inicial, mantendo-se na faixa entre sete e oito candidatos por vaga. Este declínio pode ter sido causado pela autorização do funcionamento de diversos novos cursos de Ciências Contábeis em faculdades de Porto Alegre, entre os quais são exemplos: Faculdade São Francisco de Assis (UNIFIN), Faculdades Monteiro Lobato (FATO), Escola Superior de Administração, Direito e Economia (ESADE). Além disso, observou-se um aumento no número de vagas em cursos já existentes, bem como determinadas facilidades financeiras, como a redução do preço das mensalidades, com ou sem a ampliação do prazo de conclusão do curso.

Quadro 1 – Candidatos por Vaga nos Vestibulares da UFRGS

Ano	Candidato/vaga	Nº candidatos	Nº vagas
2006	7,10	994	140
2005	7,40	1.036	140
2004	7,01	981	140
2003	8,86	1.240	140
2002	7,69	1.076	140
2001	9,87	1.382	140
2000	7,75	1.085	140
1999	8,00	1.042	130
1998	7,50	975	130

Fonte: www.ufrgs.br/vestibular, disponível em 04/11/05, adaptado.

O curso foi concebido tendo em vista três bases principais de sustentação:

- a) contribuição decisiva à ação gerencial;
- b) elevada responsabilidade social;
- c) atuação harmônica conjugada com profissionais das áreas afins.

No primeiro aspecto, da ação gerencial, o Contador é um profundo conhecedor da realidade econômico-

financeira da empresa. Portanto, não se deve prescindir do seu apoio ao processo de tomada de decisão. As organizações vêm reconhecendo este papel, com crescente aproveitamento de Contadores na função de *Controller*, Contador gerencial, analista de custos e das demonstrações contábeis.

No que concerne à responsabilidade social, a Contabilidade vem contribuindo enormemente para a divulgação das ações sociais da empresa, mediante o que se convencionou chamar de “Balanço Social”. Neste, são incluídas informações relevantes sobre as políticas da empresa ou instituição em relação aos seus colaboradores e comunidade, os fluxos de geração do valor adicionado e a sua distribuição para os segmentos do trabalho (remuneração da mão-de-obra), do capital (remuneração dos sócios ou acionistas),

dos encargos financeiros (remuneração dos agentes financeiros) e dos tributos (remuneração dos governos).

Quanto à atuação harmônica com profissionais de áreas afins – administradores, economistas, informáticos, advogados, estatísticos – sua instrumentação ocorre pela utilização de metodologia de ensino e aprendizagem que estimule o compartilhamento de estudos em grupos, habilitando o egresso para a realização competente de trabalhos em equipe.

Esse aspecto vem se concretizando mediante a utilização da metodologia dos grupos de atividades cooperativas, amplamente disseminada na Faculdade, que vem promovendo curso específico - Curso de Aprendizagem Cooperativa e Tecnologia Educacional na Universidade - Em Estilo Salesiano - com turmas formadas em 2004 e 2005, atingindo aproximadamente 80% do quadro de professores. Além de prover o arcabouço educacional e uma opção pedagógica, o curso enfatiza a utilização das novas tecnologias educacionais e de comunicação em meio informático, e a pedagogia salesiana, nos termos da educação preventiva desenvolvida por Dom Bosco que, como se sabe, assenta-se em três pilares: razão, transcendência e bondade.

Um diferencial estabelecido na concepção do curso consiste na ênfase aos estágios e ao trabalho de conclusão, de forma a aliar plenamente a teoria à prática. A inserção no mercado de trabalho através de estágios curriculares, com uma adequada orientação acadêmica e integrada à empresa, bem como um acompanhamento personalizado para a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), permite uma excelente oportunidade de efetivo crescimento pessoal e profissional, constituindo um

grande referencial para o *Curriculum Vitae* do acadêmico. O currículo do curso estruturou o estágio e o trabalho de conclusão de curso em cinco módulos, todos com 60 horas-aula, fato não observado em nenhuma das IES congêneres de Porto Alegre.

Talvez o maior imprevisto tenha sido a não autorização dos dois ingressos anuais, criando alguma dificuldade na oferta semestral de todas as disciplinas e reduzindo a flexibilidade dos alunos na montagem da sua agenda acadêmica, bem como na manutenção constante do corpo docente. A presença do consultor do MEC designado para avaliação do processo de reconhecimento do curso poderá representar oportunidade para pleitear-se o atendimento do projeto original.

2 – O desenvolvimento do Curso

Os valores e os diferenciais previstos na concepção original do curso vêm sendo gradativamente implantados, contando com um decisivo apoio da Mantenedora e de toda a comunidade acadêmica –

direção, coordenação, professores, técnicos administrativos e corpo discente. Evidentemente, como ocorre com todos os cursos, o de Ciências Contábeis da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre estará sempre se atualizando, adequando-se às mudanças operacionais, tecnológicas, científicas e profissionais.

Para o atendimento dos pilares de sustentação do curso, anteriormente referidos, são abrangidos, no seu currículo, conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados com a capacidade gerencial, com a ética e com a dimensão empreendedora. Na área gerencial, o curso conta com um conjunto de sete disciplinas que promovem a capacitação necessária a esse objetivo:

- a) Gestão de Custos;

“O egresso da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre terá uma postura profissional mais ativa e prospectiva, com capacidade de análise, de domínio de conceitos e crítico diante das inovações tecnológicas”.

- b) Contabilidade e Análise de Custos;
- c) Contabilidade Gerencial;
- d) Orçamento Empresarial;
- e) Controladoria e Empreendedorismo;
- f) Sistemas de Informação Contábil;
- g) Balanço Social e Ambiental.

Com referência à ética, o currículo não se circunscreve à ética profissional, mas apresenta várias disciplinas humanísticas, nas quais são discutidos os comportamentos humanos e suas repercussões individuais e coletivas, os conceitos de moral e de ética e sua aplicabilidade às circunstâncias do dia-a-dia das pessoas. A própria pedagogia salesiana, inspirada no método preventivo de Dom Bosco e reforçada pela identificação de docentes e discentes aos seus valores, através de curso de capacitação dos docentes para a utilização da metodologia de grupos de aprendizagem cooperativa, assegura o êxito na proposição de uma atitude que expresse maior responsabilidade social.

O currículo do Curso atende, em todos os aspectos, às exigências quanto aos conteúdos de formação básica, profissional e teórico-prática. Assim, atende ao pleno entendimento da terminologia contábil atual, às normas vigentes para as entidades (empresas e instituições) nas esferas societária, fiscal, trabalhista e previdenciária, ao preparo para a ação profissional, com início na teoria e prosseguindo pela prática contábil, passando pelas áreas de custos, gerencial, orçamentária, de controladoria, de auditoria e da ética. Finalmente, inter-relaciona a teoria com a prática mediante o uso do Laboratório Contábil, complementado pelos Estágios e o Trabalho de Conclusão do Curso.

O egresso da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre terá uma postura profissional mais ativa e prospectiva, com capacidade de análise, de domínio de conceitos, crítico diante das inovações tecnológicas, um participante efetivo na tomada de decisão das empresas, com pleno conhecimento das causas e efeitos das variações patrimoniais presentes e futuras.

Em 2006/1 o estágio curricular supervisionado entrará na fase eminentemente prática, extraclasse, proporcionando a saudável confrontação entre a teoria e a prática, e

possibilitando aos acadêmicos o direcionamento à atuação profissional. Iniciar-se-á também o projeto do trabalho de conclusão de curso, propiciando a utilização dos conhecimentos da metodologia científica, aplicados na construção da temática objeto de investigação. Também estarão em fase de implantação as monitorias acadêmicas, em algumas das disciplinas, o que deverá despertar interesse, motivar a intensificação de grupos de estudo e agregar maior estímulo ao saber.

3 - Perspectivas futuras

Considerando a relevância da abertura à comunidade, estão sendo definidos projetos de atuação e serão estabelecidas parcerias com empresas e instituições, de forma a tornar o curso efetivamente integrado. Inicialmente, foram definidas parcerias com empresas fornecedoras de softwares de Contabilidade, não apenas para obtenção dos seus programas informatizados, mas para que se estabeleça maior envolvimento das mesmas na manutenção e atualização dos programas, e treinamento de professores e alunos.

Em linha semelhante, serão buscados convênios com empresas e instituições para o ingresso de alunos, realização de treinamentos, concessão de estágios, atendimentos pela Empresa Júnior e definição de cursos específicos. Essas ações irão contribuir para um diagnóstico da adequação do perfil do egresso, considerando os anseios e as necessidades das empresas, instituições e comunidade.

Entre os projetos em estudo, merece destaque a criação de cursos de pós-graduação da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre, que irão oferecer novas perspectivas de educação continuada, com o aprofundamento dos estudos em áreas de interesse dos alunos, através de cursos de especialização acadêmica e profissional.

O Curso de Ciências Contábeis, tal como a Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre, continuará a passos firmes para atingir todos os objetivos a que se propôs quando de sua origem, perseguindo sempre a excelência acadêmica, *construindo oportunidades* de profissionalização e cidadania, sob o lema de que *formação é atitude*.

7- O Curso de Sistemas de Informação da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre: A Diferença está na Atitude

Letícia Silva Garcia

Professora Dra. e Coordenadora do Curso de Sistemas de Informação da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre, RS

Resumo: Neste artigo apresenta-se o processo de criação, implantação e reconhecimento do curso de Sistemas de Informação da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre. Para tanto, são apresentados dados históricos, processos administrativos e fortalezas e debilidades do curso, bem como seus encaminhamentos futuros, sempre baseados no Sistema Preventivo de Dom Bosco e na atitude como diferencial.

Palavras-chave: Sistemas de Informação, Sistema Preventivo de Dom Bosco.

Abstract: This article one presents the process of creation, implantation and recognition of the Course of Information Systems of the College Dom Bosco of Porto Alegre. In such a way, it's given historical data, administrative proceedings, strong points and weaknesses of the course, as well as its future directions, always based in the Preventive System of Don Bosco and in its attitude as distinguishing.

Keywords: Information Systems, Preventive System of Don Bosco.

1. Introdução

Em outubro de 2000 foi-nos dada a tarefa de criar um curso na área de computação para uma instituição de inspiração Cristã e índole Salesiana, que se formaria a partir dos três pilares desta: “Razão, Religião e Bondade”. A primeira decisão foi, então, em qual dos eixos da área de Ciência da Computação esta instituição atuaria, uma vez que institucionalmente não se tinha uma visão ampla das diferentes possibilidades de implantação de cursos nesta área. Passados os esclarecimentos iniciais à equipe de desenvolvimento institucional, denominada GTU – Grupo de Trabalho Universidade, esta decidiu que dentre as quatro opções de curso naquele momento recomendadas pela Sociedade Brasileira de Computação (<http://www.inf.ufrgs.br/mec>), a opção seria por um curso de Sistemas de Informação.

Criar um currículo na área de Ciência da Computação em que a atitude

humanista e preventiva, característica da Educação Salesiana, fosse o eixo central, tornou-se um desafio, visto que o profissional de informática eminentemente é estereotipado como voltado para a tecnologia e pouco comunicativo. Junto a esse desafio, havia o de conhecer a identidade pouco a nós revelada de uma instituição que está se formando, bem como estudar os pilares da Educação Salesiana e conhecer Dom Bosco, uma vez que o curso a ser criado viria a fazer parte de sua Obra.

Passados cinco anos desta primeira missão, cabe-nos o desafio diário de coordenar um curso com o objetivo de manter-se atual, dinâmico e competitivo, atendendo às determinações do Ministério da Educação e da Sociedade Brasileira de Computação, bem como às oscilações típicas de demanda do mercado profissional no qual nossos egressos estão

inseridos, mas acima de tudo, coerente com o modo de ser Salesiano de se fazer educação superior.

Pretende-se aqui contar como se atendeu a este desafio, na concepção do curso, na criação do currículo, na elaboração dos programas de ensino, na implantação e gestão diária do curso, culminando com seu eminente processo de reconhecimento.

2. Concepção do curso

O Curso de Sistemas de Informação da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre emerge da certeza que a sólida formação tecnológica, aliada ao compromisso com a ética, o desenvolvimento social e a atitude cooperativa, caracterizam-se como um diferencial competitivo no mercado de trabalho. Desta forma, jovens profissionais com este perfil apresentam-se como alternativa ao estereótipo do profissional na área de computação.

Considerando as diretrizes curriculares vigentes na época (<http://www.mec.gov.br/sesu>), as necessidades do mercado de trabalho emergente, a oferta de cursos na área de computação nas instituições em nossa região de atuação, bem como o perfil desta, concebeu-se o curso com o objetivo de “formar profissionais da área da Ciência da Computação com ampla formação em computação e forte caráter humanístico que, aliados a conhecimentos gerenciais, são capazes de utilizar a tecnologia como elemento facilitador da interação das pessoas entre si e destas com o mundo”.

Este objetivo nos traz a necessidade de estabelecer um currículo baseado na formação tecnológica, mas também fortemente alicerçado nas habilidades gerenciais e de comunicação. A organização do currículo prevê a integração entre três eixos temáticos curricularmente definidos, a partir da qual

se forma um egresso capaz de “utilizar os recursos humanos, de informática e automação, visando à qualificação dos processos produtivos e gerenciais nas diferentes organizações, gerando, desta forma, um espaço produtivo de melhor qualidade aos elementos humanos que o compõe.”

Os eixos temáticos definidos são: **(a) Eixo de Formação Tecnológica**, onde destacam-se linhas de formação nas seguintes áreas: Algoritmos e Programação, Organização, Arquitetura de Computadores e Sistemas Operacionais, Análise de Sistemas e Engenharia de Software e ainda Banco de Dados. Cada linha de formação conta com disciplinas que se encadeiam em seus conteúdos e

procedimentos avaliativos, sendo que estes são amplamente discutidos nas reuniões do colegiado de curso, integralizando 69,25 % da carga horária do curso; **(b) Eixo de Formação Humanística**, onde alocam-se as disciplinas que compõem o perfil generalista do egresso, contribuindo

para a construção de suas habilidades de comunicação e expressão, relacionamento humano e desenvolvimento de equipes, integralizando 20,5 % da carga horária do curso; e **(c) Eixo de Formação Complementar**, onde são trabalhados os conhecimentos necessários à correta leitura das organizações nas quais os Sistemas de Informação estão inseridos, atuando na complementação do perfil do egresso, integralizando 10,25 % da carga horária do curso.

Isto posto, foram definidas as disciplinas em suas respectivas ementas e bibliografia, sendo que o conteúdo programático segue sendo atualizado semestralmente pelos professores.

3. Implantação do Curso

Concluída a fase de projeto do curso,

“A sólida formação tecnológica, aliada ao compromisso com a ética, o desenvolvimento social e a atitude cooperativa, caracterizam-se como um diferencial competitivo no mercado de trabalho”.

em torno de fevereiro de 2001, houve uma ação do Ministério da Educação no sentido de restringir a abertura de novas Instituições de Educação Superior. Desta forma, somente podemos iniciar o processo de implantação do curso a partir da autorização de funcionamento da Faculdade, que ocorreu em 26 de novembro de 2002, através da portaria 3.254 e da conseqüente autorização do curso, através da portaria 2.255, da mesma data.

O primeiro dos desafios foi constituir um corpo docente identificado com a instituição, que apesar de recém-criada, já surgia com uma forte identidade, baseada na identidade internacional e nacional das Instituições Universitárias Salesianas e da índole Salesiana em si. Não bastava a sólida formação, teríamos que buscar pessoas realmente imbuídas do espírito de construir uma Faculdade Salesiana. Constituído o corpo docente inicial do curso, iniciamos as aulas em 10 de março de 2002.

Como dois anos haviam se passado da concepção e criação do projeto, foi necessária a criação, pelos professores, de Planos de Ensino que atendessem as ementas inicialmente constituídas, porém, que se mostrassem atualizadas à nova realidade que o curso estava se inserindo. Algumas decisões tomadas em tempo de projeto nos permitiram manter a atualidade do curso, como a ênfase em trabalho cooperativo e o fato das ementas serem genéricas, baseadas em conteúdos mínimos.

Passado o primeiro e o segundo ano da implantação, percebe-se uma necessidade de maior aproximação com o mercado de trabalho, visando a melhor colocação de nossos alunos, bem como a maior adequação das atividades desenvolvidas em sala de aula ao mercado no qual nossos alunos estavam se inserindo. Tal aproximação resultou na realização de eventos na Faculdade, como

a 1ª Mostra de Software, Reuniões da SUCESU, palestra para profissionais de recrutamento e seleção sobre o perfil do Bacharel em Sistemas de Informação e ainda convênios com entidades de classe visando o aporte de alunos.

Neste terceiro ano de funcionamento do curso, percebe-se que as atitudes cooperativas, proporcionadas pela característica da Educação Salesiana e pela formação pedagógica de todos os professores do curso para o trabalho cooperativo (através de curso de extensão em Aprendizagem Cooperativa em Estilo Salesiano), caracterizaram-se como um diferencial competitivo de nossos alunos no mercado de trabalho. Em um espaço profissional voltado ao trabalho em equipes, a atitude cooperativa desenvolvida pelos nossos professores, junto aos alunos, tem feito diferença no momento da colocação profissional destes.

Uma das características dos cursos de Sistemas de Informação é o alto índice de evasão, sendo que, segundo o censo do INEP (<http://www.inep.gov.br>), o total de matrículas anuais em âmbito nacional é de 51.722, contrapondo-se bastante ao número de concluintes, 2.865. Tal característica não se apresenta em nosso curso, onde as evasões e os índices de reprovação são mínimos.

4. Processo de Reconhecimento

Passados cinco anos do projeto do curso e três da sua implantação, inicia-se o seu Processo de Reconhecimento, necessário à emissão e validação de nossos diplomas. Este é um momento oportuno para a auto-avaliação e o reprojetado do curso. Manter-se atual é um desafio permanentemente enfrentado pela coordenação e pelos professores.

Tal desafio é trabalhado no dia-a-dia do curso através dos Planos de Ensino,

“A certeza de estar realizando um trabalho consolidado, parte da Obra de Educação Salesiana, dá-nos ânimo para prosseguir na tarefa de se fazer educação superior baseada no Sistema Preventivo de Dom Bosco”.

revisados a cada semestre, bem como da bibliografia, ampla e em constante processo de atualização. A cada semestre são adquiridos novos títulos, visando à qualificação do acervo bibliográfico.

Durante a preparação para o processo de reconhecimento, foram percebidas as forças e debilidades do curso. As forças se apresentam como sendo o Projeto Pedagógico e o Corpo Docente qualificado para o ensino, bem como a biblioteca bem equipada. As debilidades ficam por conta do baixo engajamento de docentes em pesquisa, o que tende a ser minimizado quando da implantação de grupos de apoio que suportem a realização dos Trabalhos de Conclusão de Curso. Neste momento estamos nos preparando para receber a comissão de verificação. Temos um diagnóstico claro da situação do curso e perspectivas, o que nos dá segurança para atuar e planejar o futuro.

5. Desafios e Perspectivas

Como desafios e perspectivas, neste momento apresentamos: (a) reestruturação curricular; (b) colocação de egressos e (c) consolidação da faculdade como um todo.

Quanto à reestruturação curricular, visando a adequação do projeto pedagógico a algumas práticas adotadas nos planos de ensino para atender as demandas de atualização, convém ressaltar

que o projeto do curso, por ser dinâmico, se mantém atual, sendo que o trabalho do reprojeto do curso deve se concentrar na adaptação das novas demandas tecnológicas.

Quanto à pós-graduação, pretende-se investir em um diferencial que congregue os três cursos hoje consolidados e em processo de reconhecimento, a saber: Administração, Ciências Contábeis e Sistemas de Informação. Pretende-se implantar a pós-graduação após o processo de reconhecimento dos cursos, a partir de 2007/1.

A consolidação da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre dá-se pela solidez dos cursos existentes, a implantação de novos cursos em áreas emergentes, como Engenharia Ambiental e Sanitária, e o investimento forte no corpo docente, visando o desenvolvimento da pesquisa, da extensão e da pós-graduação. A certeza de estar realizando um trabalho consolidado, parte da Obra de Educação Salesiana, de bem atender aos nossos jovens alunos, dá-nos ânimo para prosseguir na tarefa de se fazer educação superior baseada no Sistema Preventivo. Atender aos jovens com razão, religião e *amorevolezza*, o ideal de Dom Bosco, nos anima a seguir em frente, consolidando sua obra através da Educação Superior.

8. Resenha Bibliográfica: O Sistema Educativo de Dom Bosco

José Jair Ribeiro

Vice-diretor Acadêmico da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre, RS

BRAIDO, Pietro. **Prevenir, não reprimir: o sistema educativo de Dom Bosco.** [tradução de Jacy Cogo]. São Paulo: Ed. Salesiana, 2004.

“Prevenir, não reprimir”. Este é o mais novo livro escrito por este grande especialista em Pedagogia de Dom Bosco, o salesiano Pietro Braido. Participante da comunidade acadêmica da Universidade Pontifícia Salesiana (UPS) de Roma, foi brilhante aluno do P. Carlos Leôncio da Silva, fundador da Faculdade de Ciências de Educação da UPS. Como o próprio subtítulo do livro o está a indicar, trata-se de uma visão sistemática ou sistêmica da teoria e prática educativa de Dom Bosco, educador do século XIX (1815-1888), fundador da Família Salesiana. Um sistema é:

a) um **conjunto de elementos** (que são as partes ou órgãos componentes do sistema), isto é, os subsistemas;

b) **dinamicamente inter-relacionados** (isto é, em interação e interdependência), formando uma rede de comunicações e relações em função da dependência recíproca entre eles;

c) **desenvolvendo uma atividade ou função** (que é a operação ou atividade ou processo do sistema);

d) **para atingir um ou mais objetivos ou propósitos** (que constituem a própria finalidade para a qual o sistema foi criado).

Dentro desta visão de sistema, a tarefa do nosso autor é mostrar que o sistema educativo de Dom Bosco é um conjunto de elementos dinamicamente inter-relacionados desenvolvendo uma atividade ou função para atingir um objetivo ou propósito. O autor sublinha fortemente que o Sistema Preventivo não é uma criação original de Dom Bosco. “Salvo melhores resultados da pesquisa, nascem

nesse século [XIX] as fórmulas “sistema preventivo” e “sistema repressivo”, “educação preventiva” e “educação repressiva”. Elas parecem surgir na França, em geral polemicamente, em dois contextos e com relativos significados profundamente diferentes” (p. 69). Ao mesmo tempo, nosso autor sublinha que Dom Bosco não é único a aplicá-lo no século XIX. Ele cita os irmãos Cavanis, Ludovico Pavoni, Marcelino Champagnat e os irmãos maristas, Teresa Verzeri e as Filhas do Sagrado Coração de Jesus, Antonio Rosmini e uma série de outros educadores e instituições de educação que trabalham com este sistema.

Lendo este livro, tem-se a nítida idéia de que Dom Bosco foi uma pessoa que

colocou o sistema preventivo na prática. Ao mesmo tempo, foi um dos grandes teóricos deste sistema. Não resta dúvida de que Dom Bosco se coloca nas pegadas das grandes intuições educativas do século XIX.

Aluno brilhante no Seminário de Chieri da Arquidiocese de Turim, após sua ordenação sacerdotal ainda continuou seus estudos no Convitto Eclesiástico para sacerdotes jovens. Ele tinha clara consciência de que, apesar de ter estudado tanto, ainda não estava preparado suficientemente para desenvolver seu ministério sacerdotal. Ele mesmo o diz que no Seminário aprendeu a teoria e, no Convitto, a prática educativa e pastoral.

“Trabalho. Alegria. Amor pela juventude. Esses três pilares sustentaram

“Trabalho. Alegria.
Amor pela
juventude. Esses
três pilares
sustentaram a
história da vida de
Dom Bosco.”

a história da vida daquele jovem menino, filho de Margarida, carente e rico, e que iluminou o mundo com o seu carisma. João Bosco. Dom Bosco. A semente plantada floresce em escolas, oratórios, paróquias, obras sociais, comunidades espalhadas por cantos e recantos. Onde está um jovem aí se encontra um desafio, o desafio de transformá-lo em uma pessoa com maturidade e feliz” (p.11).

Dom Bosco viveu num período histórico onde existiam dois tipos de sistemas educativos: o repressivo e preventivo. “Ambos se fundam sobre razões plausíveis e podem se orgulhar de metodologias produtivas e êxitos positivos. Um se preocupa mais com o jovem e com os limites de sua idade, portanto, com uma assistência assídua e amorosa do educador, que paternal ou materno está presente, aconselha, guia, ampara. Daí nascem regimes educativos de orientação familiar. O outro se preocupa mais diretamente com a meta a ser atingida, e por isso olha o jovem como um futuro adulto e, como tal, deve ser tratado desde os primeiros anos. Nascem então regimes educativos mais austeros e exigentes, escolas rigidamente disciplinadas por leis, relações e medidas fortemente responsabilizantes, colégios de estilo militar ou semelhantes” (p.13-14).

Dom Bosco, sem nenhuma sombra de dúvida, optou pelo sistema preventivo. Sistema esse que se apresenta como um “sistema aberto”. É um sistema dinâmico e dialético que considera a vivência, a cultura trazida pelos educandos, bem como o conteúdo inédito, surgido da relação e interação no fazer educativo. Quando bem realizado, esse tende, por natureza própria, a tornar-se aquilo que foi chamado de um “novo sistema educativo”, que é fruto da inculturação contínua na realidade juvenil, educativa e social. Em outras palavras, dentro do sistema preventivo, tem-se uma alma viva e dinâmica que não pode ser perdida.

À medida que vamos percorrendo o livro, uma sutil pergunta passa a se fazer

presente: o sistema preventivo nasceu como teoria e foi apresentado pronto para ser aplicado? Apesar de a pergunta aparecer de forma sutil, percebemos que o autor nos apresenta a resposta de forma categórica: Não! Pois o Sistema Preventivo é fruto da síntese entre a ação social e o pensamento pedagógico. Isto mesmo, nasceu da experiência cotidiana, onde presenciou o olhar daqueles jovens que começaram a se transformar, quando tocados na alma... Isto o convenceu de que daria certo.

Em “Prevenir, não reprimir”, P. Braido faz um passeio sobre os principais enfoques desse sistema. Nos capítulos de 1 a 5, apresenta uma visão histórica sobre os sistemas existentes na época de Dom Bosco; do capítulo 6 ao 8, a formação pedagógica de Dom Bosco; do capítulo 9 ao 11, a escolha do interlocutor: os jovens; nos capítulos 12 a 17, apresenta aquilo que chama de itinerários educativos: deveres e graça, virtudes e compromisso, razão-religião-amorevolezza, espírito de família, alegria e festa, amor exigente; termina seu passeio apresentando as instituições educativas (cap. 18) e rumo ao amanhã (cap. 19).

Finalizando, podemos afirmar que o sistema preventivo de Dom Bosco, com seu estilo familiar de educação, oferece uma contribuição aos nossos dias, já que nos encontramos num período histórico onde parece imperar a palavra crise: crise civilizatória e crise de esperança. Também estamos num período no qual o jovem clama pela sua auto-estima e por seu reconhecimento. Assim sendo, oferecer um ambiente educativo onde educador e educando compartilhem as experiências e a vida, onde a pessoa seja colocada no centro, onde o protagonismo juvenil seja verdadeiramente vivenciado e valorizado, contribuirá para formar pessoas com autonomia e com responsabilidades pessoais e sociais.

Desejo a cada uma/um uma boa leitura.

Normas para os Colaboradores

A **Revista ATITUDE - Construindo Oportunidades** tem interesse na publicação de artigos de desenvolvimento teórico e trabalhos empíricos.

Os artigos de desenvolvimento teórico devem ser sustentados por ampla pesquisa bibliográfica e devem propor novos modelos e interpretações para fenômenos relevantes com relação à gestão de negócios no sentido do desenvolvimento das organizações.

Os trabalhos empíricos devem fazer avançar o conhecimento na área, por meio de pesquisas metodologicamente bem fundamentadas, criteriosamente conduzidas e adequadamente analisadas.

A **Revista ATITUDE - Construindo Oportunidades** está aberta a colaborações do Brasil e do exterior. A pluralidade de abordagens e perspectivas é incentivada.

Podem ser publicados artigos de desenvolvimento teórico e artigos baseados em pesquisas empíricas (de 10 a 15 páginas).

A aceitação e publicação dos textos implicam a transferência de direitos do autor para a Revista. Não são pagos direitos autorais.

Os textos enviados para publicação são apreciados por pareceristas.

Os artigos deverão ser encaminhados para o Núcleo de Editoração (NEd) com as seguintes características:

- Em folha de rosto deverão constar o título do trabalho, o(s) nome(s) completo(s) do(s) autor(es), acompanhado(s) de breve currículo, relatando experiência profissional e/ou acadêmica, endereço, números do telefone e do fax e e-mail.

- A primeira página do artigo deve conter o título (máximo de dez palavras), o resumo em português (máximo de 250 palavras) e as palavras-chave (máximo de cinco), assim como os mesmos tópicos vertidos para uma língua estrangeira (inglês - title, abstract, keywords).

- A formatação do artigo deve ser: tamanho A4, editor de texto Word for Windows 6.0 ou posterior, margens 2,5 cm, fonte Arial 12 e espaçamento 1,5 linha.

- As referências bibliográficas devem ser citadas no corpo do texto pelo sistema autor-data. As referências bibliográficas completas deverão ser apresentadas em ordem alfabética no final do texto, de acordo com as normas da ABNT (NBR-6023).

- Diagramas, quadros e tabelas devem ser numerados seqüencialmente, apresentar título e fonte, bem como ser referenciados no corpo do artigo.

- Os artigos deverão ser enviados em disquete, acompanhado de duas vias impressas ou via e-mail em arquivo eletrônico anexo. O autor receberá a confirmação de recebimento.

Os colaboradores serão os primeiros a se empenharem na divulgação da Revista para que possa crescer em quantidade e qualidade.